



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES, SOBERANIA E INTEGRAÇÃO
NA
AMÉRICA DO SUL: A UNASUL EM EL PAÍS BRASIL E BBC BRASIL**

BEATRIZ SOARES BIDARRA

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES, SOBERANIA E INTEGRAÇÃO
NA
AMÉRICA DO SUL: A UNASUL EM EL PAÍS BRASIL E BBC BRASIL**

BEATRIZ SOARES BIDARRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

Linha de Pesquisa: Geopolítica, Fronteiras e Regionalização

Foz do Iguaçu
2020

**GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES, SOBERANIA E INTEGRAÇÃO
NA
AMÉRICA DO SUL: A UNASUL EM EL PAÍS BRASIL E BBC BRASIL**

BEATRIZ SOARES BIDARRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

(UNILA)

Prof. Dra. Anna Silvia Andreu da Fonseca

(UNILA)

Prof. Dr. Roberto França da Silva Júnior

(UNILA)

Prof. Dra. Kelly Cristina de Souza Prudencio

(UFPR)

Foz do Iguaçu, 14 de fevereiro de 2020

Catálogo elaborado pela Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

B584g

Bidarra, Beatriz Soares.

Geopolítica de comunicações, soberania e integração na América do Sul: a UNASUL em el país Brasil e BBC Brasil / Beatriz Soares Bidarra. - Foz do Iguaçu, 2020.

142 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Lucas Kerr de Oliveira.

1. Geopolítica de comunicações - América do Sul. 2. Conglomerados - meios de comunicação. 3. Comunicação de massa - União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). I. Oliveira, Lucas Kerr de, Orient. II. Título.

CDU: 911.3:32:316.774(8)

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos que passaram voando. Como todas as coisas boas e profícuas da vida, o correr embrulha tudo, já dizia o poeta Guimarães Rosa. O mestrado, para além de um período de intenso aprendizado profissional, foi, sobretudo uma descoberta do meu próprio ser latino-americano, apaixonado pela integração regional e nossas possibilidades de crescimento.

A gratidão é imensa por ter podido estudar nessa Universidade tão rica e diversa, que é a Unila. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, PPGICAL, pelas oportunidades e tantos aprendizados compartilhados ao longo desta caminhada. Mais do que paixão pela oportunidade, a gratidão sem tamanho é pelas pessoas que estiveram presentes e compartilharam comigo o sabor das lutas cotidianas.

Agradeço aos meus pais, Zelimar Soares Bidarra e Jorge Bidarra que me deram a vida e todo apoio que precisei para me desenvolver enquanto ser humano e sempre fizeram de seus colos meu porto seguro. A eles, agradeço pela torcida de sempre. Toda gratidão ao meu companheiro de vida, Acacio Scos, pelo apoio, pela compreensão e pelo suporte diário necessário. A ele sou muito grata por todas as vezes que sonhamos juntos, lutamos e sentimos o gosto da realização do que almejamos, saboreado com alívio, amor e alegria pelas conquistas alcançadas. Agradeço também ao meu irmão, Bernardo Soares Bidarra, pelo companheirismo e pelo conhecimento em Economia e estatística, me dando um enorme auxílio na elaboração de mapas e gráficos. Sou grata também a minha avó Laudicea e aos demais familiares, que sempre acreditaram nos meus sonhos. Tenho gratidão aos meus sogros, Dona Wanda e Seu Ênio, que não hesitaram em me apoiar e sempre torcer para eu obtivesse êxito em minha jornada.

Sou grata ao meu orientador, Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira, pela confiança e pelos ensinamentos. Agradeço aos Professores da Banca, Prof. Dra. Kelly Prudencio, Prof. Dr. Roberto França e Prof. Dra. Anna Fonseca, pelas contribuições para a pesquisa desde a banca de qualificação. Da mesma forma, estendo meu agradecimento a todos os professores do PPGICAL, ao Professor Dr. Wolney Roberto Carvalho (*In Memoriam*), pelas aulas de Economia Política, que tornavam um conhecimento tão técnico e denso (para uma pessoa como eu, que nunca foi afeita a cálculo), em um aprendizado leve e instigante. Agradeço ao técnico Administrativo do Programa, por tanto conhecimento compartilhado, pela dedicação e empenho em manterem viva a chama por uma América Latina forte e unida.

Agradeço também ao Poder Legislativo de Foz do Iguaçu, pela liberação parcial de Jornada, o que me possibilitou assistir às aulas com mais tranquilidade. Aos amigos e colegas de trabalho que se alegraram com minha conquista e incentivaram a caminhada, meu muito obrigada.

Agradeço aos colegas de mestrado, em especial Armstrong (que me ajudou sem medir esforços na formatação do trabalho), Hannah, Joel, Jéssica, Dayqueline, Raquel (*In Memoriam*), que fizeram desse período de aprendizado uma fase mais leve da vida, compartilhando comigo seus medos, conhecimentos e planos para o futuro, bem como nossas paixões e sonhos pela América Latina.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado objetivou investigar a Geopolítica de Comunicações na América do Sul e quais efeitos os conglomerados de mídia estrangeiros, com produção e rotina própria no Brasil, produzem ao veicular notícias que tratam de iniciativas de integração regional, tomando como exemplo a União das Nações Sul-americanas (UNASUL). Considerando isso, o problema de pesquisa parte da seguinte pergunta: Como se estabelece a Geopolítica de Comunicações na América do Sul, especialmente no Brasil, e qual a influência disso em processos integracionistas por meio da ressignificação midiática? Para responder tal pergunta, procedeu-se à metodologia embasada na análise de conteúdo. Algumas ferramentas do enquadramento multimodal foram utilizadas, bem como alguns critérios de agendamento midiático, observando sobre o que se fala quando a Unasul é citada nas matérias. Para isso, a análise midiática foi realizada a partir da categorização de 141 notícias, por meio do ambiente online de dois jornais: BBC Brasil e El País Brasil, no marco temporal de 2013 a 2018. O ano de 2013 é o período em que os dois veículos já possuem produção e rotina própria de produção de conteúdo jornalístico no Brasil. E, 2018 é o período da crise mais emblemática da Unasul, com a saída de 6 países membros do bloco. Os resultados encontrados demonstraram um silenciamento para facilitar a desfragmentação do bloco e desconstruir o processo integracionista. A categorização nos permitiu encontrar alguns elementos principais na construção do imaginário sobre a União das Nações Sul-americanas: a ideia de que a falta de consenso entre os países contribuiu para estagnação, fragilidade e paralisia do organismo. Também foi possível notar, a partir da análise, um processo de guerra híbrida contra a Venezuela e a redução do papel da Unasul de apenas mediadora do conflito. A hipótese principal que norteia essa pesquisa é de que os conglomerados de mídia estrangeiros com rotina no Brasil contribuem para elaboração do imaginário coletivo de que a integração regional na América do Sul é ineficaz e não traz benefícios para a sociedade. Paralelo a isso, temos as dificuldades das assimetrias regionais, do contexto geopolítico mundial e regional, bem como a falta de marcos regulatórios que possibilitem redução do poder midiático nas mãos de países hegemônicos, que produzem e disseminam a imagem sobre nossa realidade.

Palavras-chave: Geopolítica de comunicações. Conglomerado de mídia. Unasul. América do Sul. Guerra Híbrida.

RESUMEN

Esta disertación de maestría tuvo como objetivo investigar la Geopolítica de las Comunicaciones en América del Sur y qué efectos producen los conglomerados de medios extranjeros, con su propia producción y rutina en Brasil, transmitiendo noticias relacionadas con iniciativas de integración regional, tomando como ejemplo la Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR). Considerando esto, el problema de nuestra investigación parte de la siguiente pregunta: ¿Cómo se establece la Geopolítica de las Comunicaciones en América del Sur, especialmente en Brasil, y cuál es su influencia en los procesos integracionistas a través de la resignificación de los medios? Para contestar a esta pregunta, procedemos a la metodología basada en el análisis de contenido. Se utilizan algunas herramientas del encuadre multimodal, así como algunos criterios de programación de medios, observando lo que se dice cuando se menciona a Unasur en los artículos. Para esto, el análisis de los medios se realizó con base en la categorización de 141 noticias, a través del entorno en línea de dos periódicos: BBC Brasil y El País Brasil, en el período de 2013 a 2018. 2013 es el período que ambos vehículos ya tienen su propia producción de contenido periodístico en Brasil. Y, 2018 es el período de la crisis más emblemática de Unasur, con la salida de 6 países miembros del bloque. Los resultados mostraron un silenciamiento deliberado para facilitar la desfragmentación del bloque y deconstruir el proceso de integración. La categorización nos permitió encontrar algunos elementos principales en la construcción del imaginario sobre la Unión de Naciones Suramericanas: la idea de que la falta de consenso entre los países contribuyó al estancamiento, la fragilidad y la parálisis de la organización. También fue posible observar, a partir del análisis, un proceso de guerra híbrida contra Venezuela y la reducción del papel de Unasur como mediadora del conflicto. La hipótesis principal que guía esta investigación es la que los conglomerados de medios extranjeros en Brasil contribuyen rutinariamente con la elaboración de una imaginación colectiva de que la integración regional en América del Sur es ineficaz y no beneficia la sociedad. Paralelamente a esto, tenemos las dificultades de las asimetrías regionales, del contexto geopolítico global y regional, así como la falta de marcos ajustados que permitan la reducción del poder de los medios en manos de los países hegemónicos, que producen y difunden la imagen de nuestra realidad.

Palabras clave: Geopolítica de las Comunicaciones. Conglomerados de medios. Unasur. América del Sur. Guerra híbrida.

ABSTRACT

This master's dissertation have investigated not only the Geopolitics of Communications in South America, but also the effects foreign media conglomerates, with their own production and routine in Brazil, produce by broadcasting news dealing with regional integration initiatives, taking as an example the Union of Nations South American. Considering this, the research problem starts from the following question: How is the Geopolitics of Communications established in South America, especially in Brazil, and what is its influence on integrationist processes through media resignification? To answer this question, we proceed to the methodology based on content analysis. Some tools of the multimodal framing are used, as well as some criteria of media scheduling, observing what is said when Unasur is mentioned in the articles. For this, the media analysis was performed based on the categorization of 141 news, through the online environment of two newspapers: BBC Brasil and El País Brazil, in the period of 2013 to 2018. The year of 2013 is the period in which the Both vehicles already have their own production and journalistic content production routine in Brazil. And, 2018 is the period of the most emblematic crisis of Unasur, with the departure of 6 member countries of the bloc. The results showed a deliberate silencing to facilitate the defragmentation of the block and trying to deconstruct the integration process. The categorization allowed us to find some key elements in the construction of the imaginary about the Union of South American Nations: the idea that the lack of consensus between countries contributed to stagnation, fragility and paralysis of the organism. It was also possible to note, from the analysis, a hybrid war process against Venezuela and the reduction of Unasur's role as mediator of the conflict. The main hypothesis that guides this research is that the foreign media conglomerates routinely in Brazil contribute to the elaboration of the public opinion that regional integration in South America is ineffective and does not benefit the society. Between that, we have the difficulties of regional asymmetries, of the global and regional geopolitical context, as well as the lack of regulatory frameworks that allow the reduction of media power in the hands of hegemonic countries, which produce and disseminate the image about our reality, looking from their perspective. .

Keywords: Communications Geopolitics. Media Conglomerate. Unasur. South America. Hybrid War.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos conceitos	35
Quadro 2 - Categorias para análise de fontes utilizadas nas matérias sobre Unasul BBC Brasil e El Pais Brasil.....	89
Quadro 3 - Resultado análise de Fontes: BBC Brasil e El Pais Brasil.....	89
Quadro 4 - Análise de imagem notícia “Unasul fará reunião para discutir tensão na Venezuela”.....	108
Quadro 5 - Análise de imagem notícia “Venezuela pede ajuda internacional para mediar crise”.....	109
Quadro 6 - Análise de imagem notícia “Unasul adia sua visita a Caracas para reativar o diálogo”	110
Quadro 7 - Análise de imagem notícia “Unasul apoia regime Chavista”.....	111
Quadro 8 - Análise de imagem notícia “A Unasul será mediadora entre a oposição e o Governo venezuelano”	112
Quadro 9 - Análise de imagem notícia “Unasul pede que os EUA revoguem as sanções contra a Venezuela”	113
Quadro 10 - Análise de imagem notícia “Unasul tem atrasos, reclamações e Dilma como ‘pinguim’”	115
Quadro 11 - Análise de imagem notícia “Argentina se aproxima dos BRICS”.....	118
Quadro 12 - Análise de imagem notícia “Integração regional idealizada por Chávez fracassou”	119
Quadro 13 - Análise de imagem “Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam Unasul”.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram Unasul em 2014.....	95
Gráfico 2 – Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram Unasul em 2018.....	99
Gráfico 3 – Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram Unasul em 2015.....	101
Gráfico 4 – Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram Unasul em 2016.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Geopolítica dos fluxos globais de comunicação centralizados nos EUA.....	69
Figura 2 -Imagem para retratar notícia “Unasul fará reunião para discutir tensão na Venezuela	107
Figura 3 - Imagem para retratar notícia“Venezuela pede ajuda internacional para mediar crise”	108
Figura 4 - Imagem para retratar notícia “Unasul adia sua visita a Caracas para reativar o diálogo”	109
Figura 5 - Imagem para retratar notícia“ Unasul apoia o regime chavista”	110
Figura 6 - Imagem para retratar notícia “A Unasul será mediadora entre a oposição e o Governo venezuelano”	112
Figura 7 - Imagem para retratar notícia “Unasul pede que os EUA revoguem as sanções contra a Venezuela”	113
Figura 8 - Imagem para retratar notícia “Unasul tem atrasos, reclamações e Dilma como 'pinguim”	115
Figura 9 - Imagem para retratar notícia “Unasul inicia nova etapa para ganhar relevância na região”	116
Figura 10 - Imagem para retratar notícia “Argentina se aproxima dos BRICS”.....	117
Figura 11 - Imagem para retratar notícia “Integração regional idealizada por Chávez fracassou”	119
Figura 12 - Imagem para retratar notícia “Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam Unasul”.....	121

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 - Fluxograma para análise midiática	21
Fluxograma 2 - Fluxograma sobre metodologia de análise	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
COSIPLAN	Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento
FMI	Fundo Monetário Internacional
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: PANORAMA DA DEPENDÊNCIA SUL-AMERICANA	22
1. GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: PANORAMA DA DEPENDÊNCIA SUL-AMERICANA.....	23
1.1. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO: DO CENTRO AOS PARADIGMAS LATINO-AMERICANOS.....	26
1.2. TEORIAS GEOPOLÍTICAS E GEOPOLÍTICA DAS COMUNICAÇÕES	29
1.2.1. Teorias Geopolíticas Clássicas	29
1.2.2. Economia política da Comunicação e a subordinação ideológica imposta pelo poder do capital financeiro	33
1.3.O USO GEOPOLÍTICO DA INFORMAÇÃO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, O ESTADO E AS RELAÇÕES DE PODER	35
1.3.1.Das relações de poder ao Soft Power	36
1.3.2.Guerras não convencionais, guerras não militares e uso das mídias	41
1.4.GEOPOLÍTICA DA INTEGRAÇÃO E O PAPEL DAS COMUNICAÇÕES	45
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	52
CAPÍTULO 2 - GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA DO SUL: DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA, SOBERANIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL .	54
2.1. GEOPOLÍTICA E HISTÓRIA DAS COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA DO SUL: CONTEXTO DAS RELAÇÕES CENTRO PERIFERIA.....	55
2.1.1. A formação dos Estados Nacionais e as Comunicações na América do Sul	55
2.1.2. Dos primeiros processos integracionistas ao Mercosul, IIRSA e UNASUL: desafios para a integração de infraestrutura de comunicações	57
2.1.3. Desnacionalização dos meios de comunicação na América do Sul, as permissividades do Estado e a (falta) de regulamentação	61
2.2. AS COMUNICAÇÕES E OS DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	63
2.2.1. Histórico dos processos de Integração na América do Sul e suas relações com a comunicação: do Mercosul e Unasul e os impasses atuais.....	66
2.2.2. Estrutura física de Comunicações e o atraso da América do Sul	68
2.2.3. Os efeitos da digitalização e as mudanças recentes nas comunicações.....	74
2.3. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E MARCOS REGULATÓRIOS NA AMÉRICA	

LATINA COMO DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL	77
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	80
CAPÍTULO 3 - A ANÁLISE MADIÁTICA DA COBERTURA SOBRE A UNASUL NOS CONGLOMERADOS EL PAIS BRASIL E BBC BRASIL (2013-2018): SILENCIAMENTO PARA DESINTEGRAÇÃO.....	82
3. A ANÁLISE MADIÁTICA DA COBERTURA SOBRE A UNASUL NOS CONGLOMERADOS EL PAIS E BBC BRASIL: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	83
3.1. A TONALIDADE DAS REPORTAGENS SOBRE UNASUL.....	87
3.2. ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA DOS DADOS OBTIDOS: COBERTURA MADIÁTICA, POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	92
3.2.1 Análise Geopolítica	103
3.2.2 Análise de imagens	105
3.3. COBERTURA MADIÁTICA COMO INSTRUMENTO DE GUERRA HÍBRIDA CONTRA A VENEZUELA.....	106
3.3.1. Análise do uso de imagens ilustrativas nas notícias referentes ao papel da UNASUL na mediação da crise na Venezuela	107
3.3.2. Análise do uso de imagens ilustrativas nas notícias referentes à falta de consenso no bloco da UNASUL	114
3.3.3. Análise do uso de imagens ilustrativas nas notícias referentes à paralisia e esvaziamento da UNASUL	118
3.4. Breves considerações sobre a Conjuntura Regional em 2019	123
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE - LIVRO DE CÓDIGOS PARA ANÁLISE DE IMAGENS: ENQUADRAMENTO VEICULAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE A UNASUL EM EL PAIS E BBC BRASIL.....	137

INTRODUÇÃO

Como se estabelece a Geopolítica de Comunicações na América do Sul e quais os efeitos dos conglomerados de mídia estrangeiros, com produção e rotina própria no Brasil, em processos integracionistas e na busca pela soberania comunicacional da região? Nesta inquietação reside a pergunta central desta pesquisa que norteou todo percurso do trabalho desta dissertação.

A justificativa para o estudo se traduz na importância que a comunicação, as mídias e o cenário geopolítico possuem nas relações entre os países da região, ainda mais se levada em consideração certa falta de autonomia comunicacional dos países latino-americanos e sul-americanos. Pouco se entrelaça as pesquisas das áreas de Comunicação, Geopolítica e Relações Internacionais, embora os temas tenham relação constante na realidade. Essa é também a proposta da presente pesquisa que vislumbra necessidade de prolongamento das pesquisas interdisciplinares das áreas supracitadas.

A mídia é elemento central para construção da agenda e, também, para formação de certo consenso na sociedade sobre alguns assuntos ora pautados. Na ressignificação da mensagem, no processo de construção da notícia, é que ela trabalha a formação da opinião pública. A concentração dos meios, tanto na América Latina, como na América do Sul, é tema estudado frequentemente pelas pesquisas em Comunicação. Contudo, a análise interdisciplinar entre Comunicação e Relações Internacionais, pensando nos desafios e (possíveis) caminhos para construção de uma soberania e/ou autonomia comunicacional da região, ainda é assunto pouco abordado pelos estudos de área.

Nesta dissertação, o objetivo principal foi analisar a Geopolítica de Comunicações na América do Sul e como a entrada de conglomerados de mídia estrangeiros no Brasil¹, com produção e rotinas próprias, como El País e BBC Brasil, influenciou nos processos integracionistas da região, tomando como exemplo as notícias que citam a União das Nações

¹ Apesar de ser veículo de mídia estrangeiro com produção e rotina no Brasil, o Le Monde Diplomatique não foi analisado nesta dissertação, dada as características de texto muito distintas de El País e BBC Brasil. Le Monde prioriza artigos jornalísticos, os outros dois veículos utilizam-se mais de reportagens ou notícias. Ademais, a periodicidade de Le Monde Brasil também é outro fator que difere do Britânico BBC e do Espanhol EL País. Tais fatores não permitiriam total equidade na análise.

Sul-Americanas, Unasul nesses veículos, observando o efeito do discurso geopolítico disseminado por esses meios.

Ressalta-se que nesta pesquisa optou-se por conglomerados de mídia estrangeiros com produção e rotina própria no Brasil uma vez que os grandes veículos nacionais do Grupo Globo, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Band, SBT, os grandes canais de comunicação nacionais são extremamente utilizados na pesquisa em jornalismo. Considerando que o estudo entrelaça área das relações internacionais e geopolíticas, importa mais ainda analisar a entrada de conglomerados de mídia estrangeiros e nossos territórios. Pontua-se aqui que, apesar da presença do conteúdo jornalístico do veículo Deutsche Welle em diversos países da região, o caráter estatal do meio de comunicação alemão não o coloca em mesmo patamar de análise com os outros conglomerados midiáticos ora analisados neste estudo.

Como caso de integração regional, a análise é centrada na veiculação de conteúdo jornalístico informativo sobre a União das Nações Sul-americanas. A Unasul constituiu-se em processo de integração relevante para os países sul-americanos e, neste sentido, importa pensar em como essas as mídias estrangeiras com presença no Brasil constroem ou desconstroem a opinião pública sobre tentativas integracionistas do bloco. A relevância disso reside no fato de que a Geopolítica das Comunicações está presente não só em relações políticas, institucionais, mas também em uma esfera mais próxima da cultural, da sociedade, que é a midiática. E, não obstante, importante é refletir em quanto o olhar do centro ou dos chamados países hegemônicos, nos retrata e influencia em nossos processos de integração regional.

Para alcançar o objetivo central da pesquisa, foram observados alguns objetivos específicos, que seguem: a) Explorar as teorias da integração, comunicação e geopolíticas, revisando o histórico de geopolítica de comunicação na América do Sul, desafios para a soberania comunicacional; b) Analisar o papel das Comunicações nas Principais Teorias e Modelos Explicativos para a Integração Regional; c) Analisar, brevemente, os principais aspectos das legislações de regulações dos meios no Brasil, a fim de identificar quais são as restrições e permissões para atuação da mídia estrangeira no país, considerando a necessidade de se identificar separadamente dois aspectos principais dessa legislação: (I) A legislação que viabiliza ou mantém a separação dos meios e da infraestrutura física de transmissão, (II) os aspectos da legislação voltados à regulação da produção de conteúdo, principalmente conteúdo, especialmente diante dos processos de digitalização dos meios de comunicação e d)

Verificar como o agendamento e enquadramento midiático podem influenciar (positiva ou negativamente) a disseminação de informação sobre processos integracionistas sul-americanos, como a Unasul.

Com relação ao desenho metodológico para se alcançar os objetivos da investigação, esta pesquisa consiste em um estudo de meios de comunicação estrangeiros, exemplificado pela análise de que tipo de presença midiática e de conteúdo El País Brasil e BBC Brasil praticam no país, considerando que ambos têm produção e rotinas próprias no maior país da América Latina, o Brasil.

O presente estudo se centrou em analisar o conteúdo jornalístico desses meios, somente no ambiente digital: sites dos referidos veículos de comunicação. Utiliza-se, para tanto, de recursos quantitativos e qualitativos. Ela está respaldada na análise de conteúdo, agendamento (o que a mídia faz com que entre na agenda pública) e enquadramento das notícias (como os assuntos são tratados pela mídia) que se relacionam a processos integracionistas, com ênfase especial na Unasul.

Em suma, a proposta consistiu em analisar os veículos somente em publicação online e a partir da categorização das notícias, de acordo com o enquadramento, e formar durante o percurso da investigação científica um panorama que permita compreender de que forma a opinião pública vem sendo formada sobre o assunto. Vislumbrando tal consistência de entendimento, se propôs a mescla da análise quantitativa com a qualitativa, do enquadramento dos temas agendados, da forma como eles aparecem e com que frequência.

A seleção das notícias analisadas aconteceu por meio da ferramenta de busca dos sites BBC Brasil e El País Brasil, sendo coletadas apenas notícias, reportagens e entrevistas, que citassem a palavra “Unasul”, a partir do ano de 2013 até 2018, com a acentuação da crise do bloco, quando seis países suspendem a participação do bloco. A análise foi feita seguindo maior parte dos elementos metodológicos de Entmann (1993), buscando identificar que quadros de sentidos estavam sendo formados quando se falava de Unasul nos dois veículos.

A Unasul foi fundada oficialmente em 2008. Contudo, uma vez que esta pesquisa é interdisciplinar, perpassa tanto pelo campo da Comunicação, como das Relações Internacionais, o recorte da análise de conteúdo midiático se dá a partir de 2013, ano que os dois veículos acima já estão estabelecidos no Brasil, com suas redações e rotinas. A análise estende-se até 2018, com a crise da Unasul, quando seis países anunciaram suspensão da participação do bloco, inclusive o Brasil.

No primeiro capítulo o estudo faz uma revisão bibliográfica que perpassa a

Geopolítica de Comunicações na América Latina, com enfoque na América do Sul. Dentre os pontos abordados neste capítulo estão: Teorias da Comunicação, das centristas até as latino-americanas; Teorias Geopolíticas e geopolíticas das Comunicações, chegando até os efeitos da digitalização e as mudanças recentes nas comunicações. A última parte do primeiro capítulo fala das teorias da integração que tangem a questão comunicacional, abordando o papel das comunicações nas principais teorias e modelos explicativos para integração regional.

O segundo capítulo tem enfoque na Geopolítica de Comunicações na América do Sul, abordando os desafios para democracia e integração regional; tratando da história das comunicações na América do Sul no contexto das relações centro-periferia; a desnacionalização dos meios de comunicação da América do Sul e os donos da mídia na atualidade, considerando o caráter estratégico dos meios de comunicação nos processos de integração regional e observando que como ter em mente o quanto nos é caro pensar em autonomia e soberania, enquanto região, e também a comunicacional nos é elemento estratégico chave para nossa sobrevivência. O terceiro capítulo abordou a Unasul e integração regional nos meios de comunicação contemporâneos, passando em como se retrata tentativas integracionistas como a Unasul no periódico Espanhol com produção e rotina própria no Brasil, o El País e na Britânica BBC Brasil, considerando análise crítica da narrativa, respaldada em Motta (2005), análise imagética e de fontes.

Quantitativamente, o estudo observa a frequência de alguns temas partindo de conceitos de Agendamento (Agenda-setting). Qualitativamente a pesquisa observa o enquadramento dado às fontes, temas e à linguagem a qual a notícia, artigo, nota ou reportagem se aplicam ao tema em estudo. Os recursos da Análise de Conteúdo estão alicerçados em Laurence Bardin (1977), ao conceituar o método, ela deixa claro os procedimentos pertencentes a essa metodologia para se retirar o que se deseja de seu objeto. Tais inferências de dados são possíveis quando analisado o enquadramento conferido às notícias. Para tanto, a análise quanti-qualitativa observará algumas categorias, tais como: crise na Venezuela, Falta de consenso, Ineficácia do bloco.

O Enquadramento defendido foi por Erving Goffman (1975) e Gaye Tuchman em 1976, partiam do pressuposto que as notícias são consideradas como uma construção da realidade. Colling (2001), referenciando Entman, trabalha com a ideia de que a percepção do enquadramento pode ser observada não só através de elementos textuais das reportagens, mas de palavras e imagens que aparecem constantemente nas matérias, assim como metáforas, símbolos e outros elementos que têm maior ênfase na narrativa.

A análise desta pesquisa utiliza ferramentas do enquadramento multimodal sobre o assunto central, considerando o problema: cobertura midiática utilizada para implodir processo de integração regional na América Latina e trabalhando com algumas causas: Interesses externos para que a América Latina não se integre somam forças potentes; falta de construção de política de estado que vise a integração regional; alta concentração dos meios de comunicação; falta de legislação e incentivo dos meios de comunicação para produção de conteúdo próprio e regional; Guerras não convencionais (guerra híbrida) buscando implodir governos e processos integracionistas.

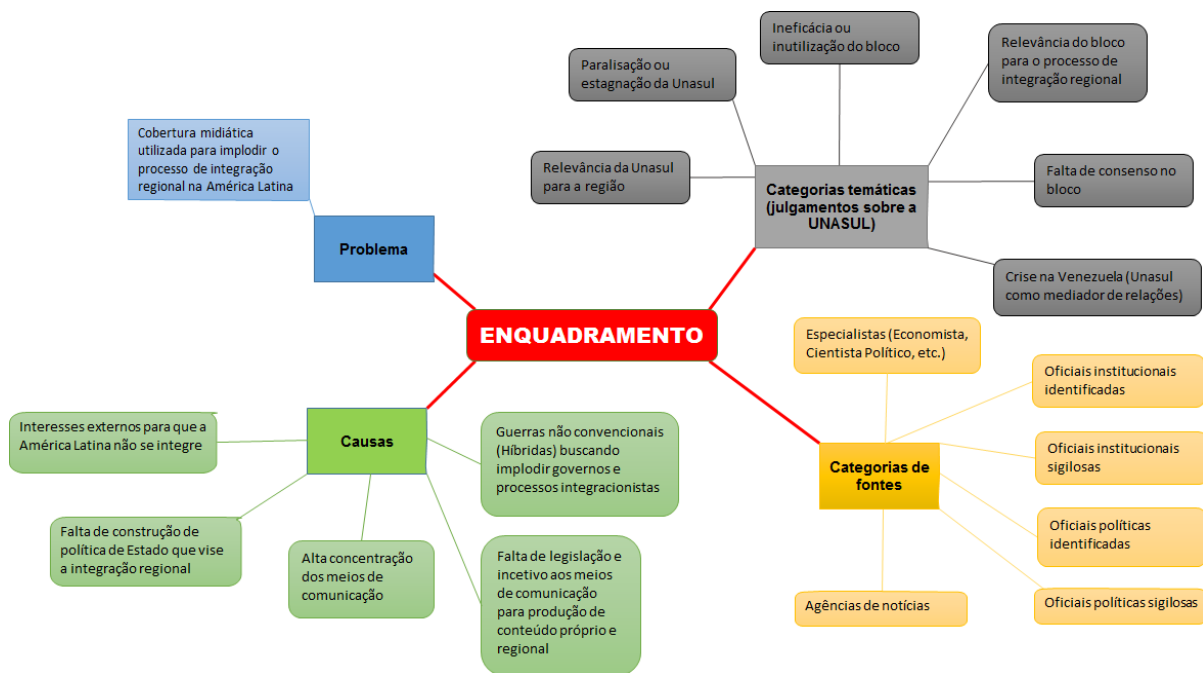
Para que se obtivesse indícios que levassem a essas causas, algumas categorias temáticas de análise foram criadas: Relevância do bloco para processo de integração regional; relevância da Unasul para região; falta de consenso no bloco; ineficácia ou inutilidade do bloco; Paralisia ou estagnação da Unasul e Crise na Venezuela (Unasul como mediador de relações).

Por fim, com intuito de se obter qual tom era dado nas matérias que citavam Unasul nos dois veículos BBC Brasil e El País Brasil, outra categoria definida foi das fontes ouvidas nos textos jornalísticos: Oficiais institucionais identificadas; oficiais institucionais sigilosas; oficiais políticas identificadas; oficiais políticas sigilosas; agência de notícias e Especialista (Economista, cientista político, professor universitário). A pesquisa considera de suma importância o peso das fontes utilizadas pelas notícias e reportagens.

Já com relação às fotografias utilizadas na cobertura, o recorte da pesquisa é principalmente do primeiro semestre de 2018, período em que se acentuou a crise da Unasul, quando seis países pediram suspensão da participação no bloco, dentre eles, o Brasil. É possível identificar o desenho metodológico do trabalho, observando o fluxograma abaixo².

² O Fluxograma apresentado neste momento se repete no capítulo 3, quando forem abordados os resultados da análise midiática.

Fluxograma 1 - Fluxograma para análise midiática



Fonte: Elaboração própria.

**CAPÍTULO 1 - GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA
LATINA: PANORAMA DA DEPENDÊNCIA SUL-AMERICANA**

1. GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: PANORAMA DA DEPENDÊNCIA SUL-AMERICANA

Este capítulo discute, a partir de uma revisão bibliográfica, desde a Geopolítica de Comunicações na América Latina, com enfoque na América do Sul, considerando as Teorias da Comunicação, Teorias Geopolíticas e geopolíticas das Comunicações, as mudanças recentes no campo comunicacional, abordando processo de digitalização e convergência.

Faz-se importante diferenciar a Geopolítica das Comunicações da Geografia das Comunicações. Embora se relacionem, a Geografia e a Comunicação, a área da geografia das comunicações é mais aplicada a explicar transportes terrestres, circulação, infraestrutura e mobilidade de bens, serviços e pessoas. Contudo, alguns autores consideram mais adequado o uso do termo Geografia da Circulação. A Geopolítica das Comunicações é, portanto, a área que envolve as discussões de relações de poder, com o sistema internacional de Comunicação, com sistema financeiro.

A geopolítica, especialmente a crítica, tem, segundo Messias Costa (2016, p. 321) interesse nas contradições existentes em todo estatal-territorial, espaço em que as desigualdades e suas manifestações políticas são fundamentais. Nesse sentido, cabe trazer WAINBERG (2006) que ressaltava que a geopolítica se preocupa, em grande parte, com a dimensão cultural dos estudos, área em que a comunicação está envolvida. Portanto, a relação entre comunicação e geopolítica pode ser observada, também, no âmbito cultural.

O panorama das comunicações na América Latina, especialmente, na América do Sul, é permeado por intensa concentração do capital, caracterizada por grande concentração de propriedade dos meios de comunicação de forma oligopólica. Assim como por legislações que refletem desavenças nas relações de poder entre governantes, donos da mídia e o povo.

Como exemplo, podemos citar o caso da *Ley de Medios* de 2009 da Argentina, apontada como ruptura entre o grande conglomerado de mídia do país, o Clarín e o governo dos Kirschers. A Colômbia, em situação que não se difere muito do Brasil, tem seus meios concentrados nas mãos de grupos familiares, mas até o final da década de 1990 ao menos a administração da televisão estava em poder do Estado. Depois disso, conforme relatam BECERRA & MASTRINI (2017), a escolha do país, diferente de outras nações sul-americanas foi pela televisão digital no modelo Europeu. Embora mesmo nesse cenário a

concentração ainda seja um problema latente, a cadeia de rádio colombiana sofre grande domínio do Grupo Prisa (espanhol). O mesmo acontece no Chile, todavia em panorama um pouco diferente, em que os veículos estão majoritariamente nas mãos de chilenos, a rádio que opera no país é em grande parte de conglomerados de mídia estrangeiros, como Prisa.

Segundo BECERRA & MASTRINI (2017), a concentração dos meios na Argentina tem estrutura de conglomerado e apresenta tendência de convergência entre os meios que dominam o setor. Ao mesmo, esses autores pontuam que no Brasil a alta concentração e também, a propriedade dos meios nas mãos de políticos (apesar da proibição constitucional), e por grandes grupos, como as Organizações Globo, é fator que indubitavelmente faz parte da realidade brasileira.

O caso da Globo se destaca pelo longo período em que a rede se manteve hegemônica, em alguns momentos, exercendo quase monopólio na tele difusão brasileira. Historicamente, no setor de radiodifusão brasileira, em que esse grupo teve papel fundamental na divulgação de um ideário liberal conservador na política brasileira (HERZ, 1987; WEBER, 2000, p. 117-138). O conglomerado tem também um longo histórico de intervenção na política nacional, por exemplo, apoiando o processo de desestabilização do Governo Getúlio Vargas (1951 a 1954) (VIZENTINI, 2003; PIANA CASTRO, 2011) no processo de desestabilização do governo Jango, seguido do apoio ao golpe militar de 1964, tendo se passado por uma grande expansão justamente no regime militar, de 1964 a 1984 (HERZ, 1987), assim como no controle do posterior processo de redemocratização, nos anos 1980 (MARQUES MELO, 1985).

O maior conglomerado de mídia no Brasil teve papel determinante, eleição de Fernando Collor em 1989 (STADNIK, 1991) e na sua posterior deposição (SCHRODER & PIANA CASTRO, 2008, p. 340-354), na desestabilização do governo Itamar Franco (idem, p. 354-360) e na sustentação das políticas neoliberais e privatizantes do governo Fernando Henrique Cardoso (idem, p. 361-374) até o momento em que lhe interessava. Participaram ativamente das tentativas de ataque ao governo Lula, principalmente no contexto das disputas pelo modelo de transição do modelo para TV digital, 2003-2007, período permeado pela crise político-midiática do caso do denominado Mensalão (2006-2007) (idem p. 378-383) e no longo processo de desestabilização do governo da Presidenta Dilma (2013 a 2016). Sempre mantiveram posição conservadora sobre diversos assuntos que lhes fossem confortáveis para sua manutenção no poder. De outro lado, existe outro conglomerado do Grupo Record, sob a propriedade do Bispo Edir Macedo. O Grupo Bandeirantes, de propriedade da família Saad.

A América Latina contou com aprovação de algumas legislações importantes no que se trata de um marco regulatório dos meios de comunicação. Em 2004, aprovaram a lei de rádio e TV no Peru; No Equador, em 2013 houve a aprovação da Lei Orgânica de Comunicação; em 2014, a Lei da TV Digital no Chile. Em 2011, tanto na Bolívia, quanto no Brasil, foram aprovadas duas legislações importantes para regulação dos meios: no Brasil, foi a Lei de Serviços de acesso a TV por assinatura e na Bolívia, a Lei de Telecomunicações (MENDEL; GARCIA; GOMÉZ, 2017, p. 31).

No México, a concentração de mídia também é alarmante, o maior grupo: Televisa, da família Azcárraga, está presente no mais diversos mercados comunicacionais. Importante ressaltar que embora não seja um meio de maior penetração no México, o rádio está sob propriedade de grupos que possuem aliança com o conglomerado espanhol Prisa. Becerra & Mastrini (2017) destacam que restrições com relação à participação estrangeira no setor comunicacional, especialmente a partir da assinatura do acordo de livre comércio (NAFTA) praticamente desaparecem no país. Conforme o próprio Wainberg (2006) destaca, para a geopolítica importa considerar os grandes sistemas ou redes construídas, sejam por aparatos tecnológicos ou não, mas que de alguma forma se influenciam mutuamente.

Com relação à infraestrutura comunicacional, quem cuidava do setor das telecomunicações até a década de 1990 no Brasil era a Telebrás. No entanto, com a globalização, a necessidade de aprimorar os aparatos tecnológicos para o setor fizeram com que houvesse mudança nesse sentido, foi então que em 1997 foi criada a Anatel e o setor começou a ter mais regulação. Nesse mesmo período, houve também a abertura das telecomunicações para o capital privado.

Em abril de 2017 foi anunciada a inauguração de mais cabos submarinos que permitem comunicação instantânea. Esse seria ligando o Brasil até Europa, foi intitulado de *EllaLink*. Segundo dados da Associação Brasileira de Telecomunicações, em fevereiro de 2019 o país detinha 93.781 estações rádio base (antenas). Diante do cenário comunicacional latino-americano, conforme breve panorama da dependência relatado nesta seção, Becerra & Mastrini (2017) mostram como a tendência conglomeral dos meios na região é tão evidente. Segundos os autores, ela se potencia pela convergência tecnológica e a capacidade de integração dos processos produtivos (BECERRA & MASTRINI, 2017, p. 192).

A mesma lógica de concentração acontece com a infraestrutura dos meios digitais, que em sua maioria são controladas por grupos de telefonia. Veículos de Comunicação impressos

são os mais afetados pela convergência, quando seus modelos de negócios migram todos para o ambiente digital (BECERA & MASTRINI, 2017, p. 208).

Na mesma linha de raciocínio da convergência, Wainberg (2006) ressaltava que os aparatos de comunicação denotavam a capacidade de integração do país, dada suas enormes dimensões territoriais. Ao mesmo tempo, o autor afirma que a geopolítica está interessada em modelo transmissional de informação. Diante desse cenário, cabe pensar que os problemas sociais que perpassam pela comunicação também são tratados pelas Teorias da Comunicação, que em muito se relacionam com as características da sociedade, seja para pensar os processos produtivos comunicacionais, as formas de recepção de conteúdo, a características das audiências, enfim, os mais diversos fatores que influenciam no processo comunicacional. Em vista disso, é que a pesquisa traz contexto histórico das teorias, interrelacionando os temas da geopolítica, relações internacionais e comunicação.

1.1. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO: DO CENTRO AOS PARADIGMAS LATINO-AMERICANOS

Os efeitos sociais da Comunicação na sociedade norteam os pensamentos teóricos da área. De certa maneira cíclica, os estudos dos impactos da comunicação, mais precisamente da mídia, na população, consideram nos anos 1920 os efeitos ilimitados da comunicação na população, pressuposto que se pode encontrar na Hipótese da Agulha hipodérmica ou Teoria da Bala Mágica, considerando que o cidadão era diretamente atingido pelos efeitos midiáticos, sendo esse último passivo em relação ao que recebia (WOLF, 2003).

Já na década de 1940 a interação foi um ponto relevante das análises da relação entre mídia e público. Os estudos dos usos e gratificações buscavam compreender as escolhas do espectador ou receptor de conteúdo e a concepção a respeito do usuário ou espectador deixa de ser de um sujeito passivo com relação a informação recebida.

Importa analisar que a pesquisa, considerando análise midiática a qual se propõe, compreende que em certa medida a mídia possui disfunções narcotizantes, que deixa a sociedade menos atenta a algumas questões, ao mesmo tempo em que sobrepõe, no debate público, os assuntos agendados pela imprensa,

A ideia de “narcótico” é usada pelos autores para definir esse efeito de distração. A mídia poderia, segundo eles, atuar como espécie de droga para deixar a sociedade menos atenta ao que se passa ao redor e, dessa maneira, forçar situações ou impor uma opinião. (MARTINO, 2009, p. 29).

Essa ideia narcótica, na era digital, pode ser pensada no âmbito da desinformação na era da informação, causando distúrbios de informação, seja por meio de textos com conteúdos fabricados, manipulados, enganosos, de falsa conexão, que é quando texto e imagem não são necessariamente correspondentes. São os mais diversos fenômenos que podem ocorrer no ato de comunicar, considerando qualquer tipo de texto ou gênero textual em questão (WARDLE & DERAKHSHAN, 2017). Há uma divisão de gênero dentro do campo jornalístico. Essa divisão surgiu de uma discussão que se estabeleceu no campo da Comunicação e foram desenvolvidas ao final dos anos de 1950, considerando que a definição, sejam informativos, opinativos, de entretenimento, são eurocêntricas. Observa-se como a primeira tentativa de classificar os textos no século XVIII com o inglês Samuel Buckeley.

É no século XIX que surge a Teoria do Espelho, que entende que os fatos ou as notícias são reflexo fiel da realidade e o jornalista seria apenas mediador neste campo. Contudo, essa perspectiva teórica é questionada quando se considera os cuidados que se deve ter ao encarar como reflexo da realidade, uma vez não haveria como existir transmissão direta da mensagem dos acontecimentos.

Em oposição à Teoria do Espelho surge a Teoria do Newsmaking (construtivista), caminhando para o sentido de que a notícia é construída a partir não só dos fatos, mas também dos processos produtivos, da cultura profissional dos jornalistas que a escrevem, dentre outros fatores a considerar. A produção de discurso considerando pressões sociais e rotinas produtivas seria uma das características da notícia, a partir da Teoria do Newsmaking, a qual tem como principal expoente Gaye Tuchman.

Importante considerar o conceito de Espiral do Silêncio, desenvolvido por Elizabeth Noelle-Neuman. A ideia do conceito é de mostrar que à medida que uma opinião é disseminada pela mídia, ela tende a ser aceita como pública, de modo progressivo (MARTINO, 2009, p. 208). Segundo a teórica alemã, seja por medo do isolamento, a tendência é que quem tem opinião contrária ao que foi difundido, acabe silenciando.

Ao pensar em difusão da informação, é relevante pontuar o modelo de Agenda-setting, desenvolvido em 1960 nos Estados Unidos, com os estudos de Mc Combs e Donald Shaw. A ideia central de definição da agenda é de que os meios de comunicação determinam os assuntos discutidos pelas pessoas, como se os temas pautados pela mídia virassem agenda pública. (MARTINO, 2009, p. 203). A discussão do agendamento, ainda presente atualmente, é utilizada posteriormente na análise midiática realizada por esta pesquisa, pontuando o que se

fala quando o assunto abordado pelos veículos analisados é a Unasul.

Assim como o agendamento, outro conceito importante utilizado mais especificamente na pesquisa em comunicação é o de enquadramento. Ele também é base para a análise midiática realizada por este estudo. A discussão sobre enquadramento como conceito começou com Bateson em 1954 e Goffmann, em 1974. Para o sociólogo Erving Goffmann, o enquadramento acaba influenciando a percepção da realidade pelo indivíduo. O mesmo conceito é utilizado mais tarde por Gaye Tuchman, em 1978, em que a autora considera o enquadramento como forma de construção da realidade. Para Entmann (1993),

Enquadrar envolve seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito (ENTMANN, 1993, p.52)³

É na década de 1980 que o enquadramento ganha mais força a partir dos estudos de Todd Gitlin. O autor investiga a cobertura jornalística relacionada ao movimento estudantil da década de 1960, o Students for a Democratic Society (SDS). Ocorre que a pesquisa clássica que utiliza o enquadramento considera apenas elementos textuais. Neste estudo, a imagem também entra como elemento da análise, captando alguns conceitos do enquadramento multimodal.

Relevante área da Comunicação é não só a dos processos produtivos diários de informação, mas também a da pesquisa. Em 1959, como relata Felipe Pena (2005), a Universidade de Navarra (Espanha) aponta como um dos primeiros centros de estudos a sistematizar os textos em: informativos, narrativos, descritivos e argumentativos. Classificação relevante a se pensar em pesquisas da área.

Relevante considerar que no Brasil o primeiro teórico de área a classificar os textos jornalísticos foi Luiz Beltrão, que é também o pai da Teoria da Folkcomunicação, conhecida como primeira teoria brasileira desta área do conhecimento. Nela, ele considera a importância do líder de opinião no processo comunicacional. A teoria de Beltrão foi amplamente divulgada, especialmente no nordeste brasileiro. Muito embora, seu sucessor, José Marques de Melo tenha tido um modelo mais adotado na academia. E, análise midiática da qual se

³ Tradução nossa para o seguinte trecho: “Framing essentially involves selecting and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and /or treatment recommendation for the item described.

propõe essa pesquisa utiliza-se do modelo de Marques de Melo como classificação primeira do conteúdo. Sobre a sistematização de Melo, Felipe Pena explicita que o próprio José Marques parte da sistematização feita por Luiz Beltrão, mas não a acompanha integralmente. Para Melo, Jornalismo informativo se divide em: nota, notícia, reportagem, entrevista e Jornalismo opinativo em: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura ou carta (PENA, 2005, p.69). Pena aponta ainda que,

Para Marques de Melo, a distinção entre nota, notícia e reportagem está na progressão dos acontecimentos. A nota corresponde ao relato dos acontecimentos que estão em progresso de configuração e por isso é mais frente em rádio e TV. A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social. (PENA, 2005, p. 69).

As definições do autor são utilizadas neste estudo como conceituações a serem utilizadas para selecionar o conteúdo jornalístico analisado. Para esta pesquisa, que se propõe a compreender o efeito do uso geopolítico da informação, a produção dos conglomerados de mídia estrangeiros no Brasil e o papel deles na disseminação de notícias sobre processos de integração regional, é importante entender que em estudo que vincula áreas da comunicação e relações internacionais, bem como entende a informação como elemento central e objeto de disputas por poder - não à toa os conglomerados midiáticos se expandem para países periféricos - é preciso trazer conceitos da geopolítica para compreender os meandros das relações de poder que permeiam essas relações.

1.2. TEORIAS GEOPOLÍTICAS E GEOPOLÍTICA DAS COMUNICAÇÕES

1.2.1. Teorias Geopolíticas Clássicas

Falar sobre comunicação é também e, sobretudo, pensar a respeito da instalação e como se estabelecem as relações de poder no cenário mundial. O Poder, na Geopolítica (mais especificamente a clássica), está associado a domínio e território. Nas teorias geopolíticas clássicas estava presente o fato de que para vencer a guerra houve o controle dos meios de comunicação como estratégia de poder.

Na 2ª Guerra o uso dos meios de comunicação ficou claro. Após a primeira guerra mundial surgiu o rádio em 1920 como mídia para divulgação de informações às massas. É na 2ª Guerra mundial que ele se consolida como veículo importante em contexto estratégico. Na década de 1930, o rádio era utilizado por países chaves no conflito, tais como: Alemanha,

Polônia, Itália, como meio para propaganda, com intuito de difundir a própria ideologia política dos países e desmentir a de outras nações.

Nesse contexto, em meados de 1935 o Reino Unido dá início às transmissões da BBC, rede britânica que se tornou o principal meio de comunicação durante o conflito mundial. Os Estados Unidos, que vieram a se tornar hegemonia também na questão midiática, só se engajaram na guerra em 1940, após o ataque às bases de Pearl Harbor. No âmbito midiático, o país seguiu a mesma lógica, passando a investir e ter entrada na comunicação, via rádio, também nesse período, destacada a importância de Franklin. Roosevelt.

No período entre guerras, especialmente entre grandes conflitos mundiais que mudam cenário geopolítico, surgem teorias comunicacionais. Nesse sentido, vale ressaltar que a Teoria Hipodérmica, do campo da comunicação, que considera, a hipótese de o indivíduo ser inevitavelmente atingido pela mensagem emitida, surge em um cenário tomado pelas propagandas de estadistas, governos e movimentos como nazismo,

Historicamente, a teoria hipodérmica coincide com o período das duas guerras mundiais e com difusão em larga das comunicações de massa e representou a primeira reação que este último fenômeno provocou entre estudiosos de proveniência diversa. Os principais elementos que caracterizam o contexto da teoria hipodérmica são, por um lado, a novidade do próprio fenômeno das comunicações de massa e, por outro, a ligação desse fenômeno às trágicas experiências totalitárias daquele período histórico. (WOLF, 2003, p. 20).

A partir da teoria crítica, no campo comunicacional, o próprio conceito de Indústria Cultural, substituindo de cultura das massas, começou a ser utilizado mais largamente na década de 1940, uma vez que anteriormente com o nazismo a Escola de Frankfurt foi fechada, sendo reaberta somente em 1950.

Retomando a Geopolítica Clássica, a preocupação com a Comunicação foi observada em trabalhos de diferentes teóricos da área. Mackinder, geopolitólogo clássico, preocupava-se com poder terrestre. Para ele, características físicas dos territórios colocavam algumas nações em vantagens em relações a outras. Ao falar sobre a condição da Eurásia, ele destaca a importância dos rios da região no processo de comunicação humana,

A massa de terra contínua da Eurásia assim incluída entre o mar e o deserto mede 21.000.000 milhas quadradas, ou metade de todas as terras do globo, se excluir do cálculo os desertos do Saara e da Arábia. Há muitos desertos de destaque espalhados pela Ásia, do nordeste da Síria e da Pérsia até a Manchúria, mas esse espaço contínuo não pode ser comparado ao Saara. Por outro lado, a Eurásia é caracterizada por uma distribuição muito notável de drenagem de rios. Ao longo de uma imensa porção do centro e norte, os rios têm sido praticamente inúteis para a finalidade da comunicação humana com o mundo exterior. (MACKINDER, 2011, p. 10).

A preocupação de Mackinder também se dava em relação às condições que propiciassem a mobilidade de homens e animais. No século XIX, o geógrafo inglês que alerta para as transformações mundiais, olhou para o transporte a vapor e as redes de comunicação que surgiam como inovação no período e, que, posteriormente, viriam mudar a maneira de produzir e transportar.

Em Mackinder, as inovações tecnológicas nos meios de transporte, com o advento das locomotivas e das ferrovias transcontinentais, dariam ao poder terrestre uma mobilidade muito superior ao poder marítimo, o que poderia acarretar a substituição do Poder Marítimo pelo poder terrestre no domínio mundial. (ALMEIDA MELLO, 1999, p. 34).

Para Mackinder, o barco a vapor, as locomotivas eram preocupantes porque colocam em segundo plano o poder terrestre, uma vez que ele acreditava que a supremacia de um país estava baseada nisso, na força que a nação possui em terra, ao considerar as disputas, guerras e quaisquer outros conflitos em que o país precisasse se proteger.

Foi ele quem desenvolveu a teoria do *Hearthland*, que consistia em considerar região central como pivô. Para o autor, essa região era uma fortaleza natural por dois aspectos, que seguem: o isolamento do mediterrâneo e a topografia plana, o que proporcionava aos povos nômades condições de mobilidade. E, mobilidade, para Mackinder era um ponto crucial no exercício do poder terrestre. No tocante a essa área que Mackinder discute, Violante (2015), pontua,

Nesse caso, a ilha mundial seria a Europa e grande parte da Ásia e África; a área pivô seria uma área central dentro da ilha mundial e seria formada por parte da Europa e da Ásia; e a heartland seria o coração da área pivô, onde seria atualmente a Europa oriental. (VIOLANTE, 2015, p. 231).

Pensando na proteção do *Hearthland* surge a teoria da contenção, baseado no pensamento de Mackinder, e na ideia de que uma possível aliança da Alemanha com a Rússia poderia dominar a área do *Hearthland*. Spykman pensando nisso coloca no cenário a teoria das fimbrias.

Ainda no contexto da Geopolítica Clássica, outro teórico importante é Alfred Mahan, Geopolitólogo americano, com o foco voltado para a geopolítica do poder marítimo, acreditando em um expansionismo dos Estados Unidos, seu país, viável a partir do Poder marítimo que esse desenvolvesse. Para o autor, o mar era elemento central no desenvolvimento das nações.

Toda a teoria de Mahan, alicerçada em seu clássico: *The influence of sea power upon*

history: 1660-1783, foi importante na construção e embasamento da estratégia norte americana de Poder naval e na transição do país para condição de hegemonia mundial, situação que muda a geopolítica mundial e a respeito disso, Messias da Costa⁴ (2016) aborda que,

Com a emergência dos Estados Unidos como grande potência, o quadro geopolítico mundial achava-se completo. O mundo agora estava dividido por áreas de influência de cada uma delas. As fronteiras formais eram apenas uma das linhas de eventuais tensões, somadas às novas “zonas de fricção” em escala global. Doravante, as estratégias dos Estados também serão condicionadas e conformadas pela nova situação; tornar-se-ão necessariamente também globais. As plataformas a partir das quais serão lançadas as projeções de poder poderão ser “terrestres” ou “marítimas”, mas sempre mundiais. Será nesse conforto que se desenvolverá a “nova geografia política” e a sua vertente aplicada às estratégias de domínio e de guerra, a geopolítica. (MESSIAS DA COSTA, 2016, p. 68).

Mahan considerava a importância do poder marítimo, também pela relevância desse tipo de comércio, elemento facilitador da comunicação entre os povos. Com a hegemonia norte-americana se firmando no contexto mundial, é nos anos de 1980 que os Estados Unidos jogam todas as suas forças políticas e geopolíticas contra a então URSS. A respeito do poder no sistema político, Deutsch (1978), afirmou que,

Num sistema político, o poder é usado para todas as funções básicas do sistema de manutenção dos padrões, adaptação, consecução de objetivos e integração. Onde falta o poder, estas funções podem periclitar. Frequentemente, portanto, onde falharem aquiescência e persuasão, o poder é invocado; onde o poder falhar, a força é chamada; onde falhar a força, tende-se a retirada. Onde até mesmo a retirada falhe, ou seja, impraticável, crescem as tensões e as frustrações dentro do sistema, e suas funções de adaptação precisam ser melhoradas correspondentemente; ou, então, onde adaptação e integração falhem, a manutenção dos padrões fica ameaçada e o colapso do sistema torna-se eminente. (DEUTSCH, 1978, p. 69).

Interessante notar que, tanto nas Teorias Geopolíticas Clássicas, quanto nas mais contemporâneas, o poder consiste em elemento central na manutenção de padrões e sistema político e é sob e em torno dele que, tanto a geopolítica clássica, quanto a comunicação se estabelecem embora submetido ao poder do capital.

⁴ Nesta pesquisa, utilizamos como padrão de referência para a citação dos autores latino-americanos a menção preferencial aos dois últimos sobrenomes, considerando a fusão dos padrões de citação brasileiro e hispano-americano, visto que no Brasil cita-se o último sobrenome e nos países de língua hispânica cita-se o penúltimo sobrenome.

1.2.2. Economia política da Comunicação e a subordinação ideológica imposta pelo poder do capital financeiro

Uma área do conhecimento que interliga Ciências da Comunicação e Economia Política traz conteúdo relevante para analisar a estrutura econômica que influi no sistema comunicacional. Há nesta área do conhecimento a problematização do papel do Estado e das Políticas Públicas na área comunicacional. No Brasil, César Bolaño falou do tema mais profundamente em sua tese de Doutorado. Na Argentina, Mastrini discute essa abordagem (KRAKOWIAK, 2018).

A Economia Política da informação e Comunicação é uma área que estuda as relações sociais e especialmente de poder que se relacionam com a produção, distribuição de conteúdo também na área de Comunicação. (MOSCO, 2006). A atenção, neste sentido, volta-se para circulação dos produtos comunicacionais, que tem muita relação com a estrutura. O campo da Economia Política auxilia na compreensão da estrutura comunicacional na América Latina (MASTRINI, 2017).

Como um elemento propiciador da comunicação no cenário geopolítico mundial, a infraestrutura tem importante função, seja para dar condições de fluxo físico de informação, tecnologia e outros elementos importantes para a geopolítica da comunicação. No entanto, os investimentos em infraestrutura, ao menos no Brasil, em grande parte da história sempre foram deficitários, o que nos coloca em condição de subordinação aos países de centro, especialmente os Estados Unidos, detentores de capital e tecnologia. Como um país continental que é, em termos de dimensões, para o desenvolvimento o Brasil deveria possuir sua rede de transporte, energia e comunicação, funcionando em benefício da população. (PADULA; COSTA, 2007, p. 123). Esses investimentos fazem parte de política de Estado. A respeito disso, os autores afirmam,

Os investimentos em infraestrutura não geram produtos, geram a própria produtividade. Os transportes abrem novos mercados para os produtores ao transferir a oferta para a demanda, permitem maior escala de produção, resultando em menores custos e maiores lucros, e em novos espaços para o crescimento econômico. (PADULA; COSTA, 2007, p. 122).

No sistema internacional, a comunicação foi sempre utilizada por detentores do capital financeiro para legitimar seus interesses, seja no campo político em cenário internacional, como nacional. Houve privilégios, também, em legislações estatais que permitiram abertura ao capital estrangeiro,

Sin embargo, no les basta a los más privilegiados del sistema internacional controlar los grandes periódicos, las más prestigiosas revistas, las compañías cinematográficas y las cadenas de información para legitimar sus propios intereses. A tal fin, necesitan un núcleo de intelectuales y especialistas que produzcan determinadas categorías de análisis funcionales a sus intereses porque son precisamente esas categorías las que, una vez producidas, condicionan la vida política nacional o internacional. (GULLO, 2018, p. 184) .

Pensando nos privilegiados do sistema internacional, o que fica evidente quando se analisa a América Latina, não é só a subordinação econômica, mas também a subordinação ideológica que se estabelece e passa a ser incisiva na defesa de interesse que não os regionais. GULLO (2018) ao citar Morgenthau, quando aborda a subordinação ideológica vista a partir do centro do Poder Mundial, fala que,

Para Morgenthau, através de la subordinación ideológico-cultural las grandes potencias no pretenden la conquista de um territorio o control de la vida económica sino el de las “mentes de los hombres” como herramienta para la modificación de las relaciones de poder. (GULLO, 2018, P. 192)

Para o autor, essa forma de imperialismo citada acima se intensifica após a segunda guerra mundial. Essa política de dominação ideológico-cultural, segundo aponta Marcelo Gullo (2008), vem ao encontro do conceito de Soft Power, de Joseph Nye (1991).

Dentro de los instrumentos oficiales de poder blando Nye menciona, entre otros, la diplomacia, las transmisiones por medios de comunicación, los programas de intercambio, la ayuda para el desarrollo, la asistencia em casos de desastres, los contactos entre ejércitos. (GULLO, 2018, p. 197).

Como relata o autor referenciado acima, a subordinação ideológica foi utilizada como ferramenta de dominação. Se observado o contexto histórico, a Grã-Bretanha foi o primeiro país a utilizar-se dela, inclusive como política externa, levando para outros países a ideia do iluminismo e também do livre comércio. (GULLO, 2018, p. 211).

A perspectiva da geopolítica clássica e da geopolítica contemporânea, mais crítica, se difere em alguma medida na base teórica e também nas discussões a respeito do poder, uma vez que na teoria clássica esse estaria mais relacionado ao território e a conquistas dele do que em outro tipo de relação. A respeito disso, Messias da Costa (2016), afirma,

Nos estudos tradicionais, salvo exceções, predomina uma abordagem funcionalista do sistema estatal-territorial (o poder central diante de forças centrífugas e “centrípetas”, por exemplo), na qual se perseguem situações de equilíbrio entre o centro e as periferias. Na perspectiva dessa “geopolítica crítica”, ao contrário, interessam, sobretudo as situações de contradição presentes no todo estatal-territorial, nas quais as desigualdades e suas manifestações políticas são fundamentais (MESSIAS DA COSTA, 2016, p. 321).

Muito embora o autor explicita que a “extraterritorialidade” aconteceria em relações econômicas de grandes corporações, além de fluxos financeiros (MESSIAS DA COSTA, 2016, p. 328), a soberania teria uma tendência de adaptação a esses novos padrões das relações internacionais, portanto, aqui ainda se considera o papel primário do Estado na política internacional.

Ao se considerar o papel do Estado neste cenário, é importante trazer ao debate a questão estrutural que possibilita avanços nas comunicações e autonomia dos países. Considera-se aqui autonomia como um conceito político, diferente de soberania, que embora muitas decisões sobre ela ocorram em âmbito político, ela esteja mais fundamentada em marcos jurídicos. Ao invés de estar enraizada na noção jurídica de soberania, no Brasil autonomia é um conceito político; um instrumento para salvaguardar-se contra os efeitos mais nocivos do sistema internacional (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p. 166).

Para Puig (1986, p. 51) autonomia tem a ver com a ampliação da margem de decisão própria. Além pensar em soberania, autonomia no âmbito da Geopolítica das Comunicações, faz-se necessária a discussão sobre o uso geopolítico da informação, uma vez que o cerne das disputas de poder encontra-se geralmente com quem detém informação.

Quadro 1 - Síntese dos conceitos

CONCEITO	DEFINIÇÃO
SOBERANIA	Poder de um Estado sobre ele mesmo e respeito dos outros países a essa delimitação de território e decisões internas.
AUTONOMIA	Tem relação direta com a ampliação da margem de decisão.
INTEGRAÇÃO REGIONAL	Conceito interligado com a ideia de coesão entre os estados da região, o que pode acontecer na esfera política, social, cultural, econômica, respeitando as assimetrias e contribuindo para o fortalecimento regional.

Fonte: Elaboração própria.

1.3. O USO GEOPOLÍTICO DA INFORMAÇÃO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, O ESTADO E AS RELAÇÕES DE PODER

O uso geopolítico da informação pelos meios de comunicação e as (intrínsecas) relações de poder que ocorrem no âmbito das mídias e Estado são também objetos desse

estudo. E, também, em como a influência mútua dessas instâncias garante a permanência e a existência das relações formadores tanto do Estado, quanto da mídia, na sociedade capitalista.

Para alcançar a discussão, é necessário pontuar alguns momentos: o debate sobre o Estado como uma relação de força, perpassando pelo conceito de Soft Power de Joseph Nye (2002) autor que considera as mídias como um poder mais brando) perpassando pela discussão sobre o controle e a (falta) de regulamentação do campo da comunicação por parte do Estado. Por último, discute-se conflitos não convencionais como guerra híbrida, guerra de 4ª geração, em que se observa a presença da comunicação como ferramenta dos conflitos.

Para tal, aborda-se o Estado como a relação presente nas relações de forças que se estabelecem na sociedade e como representação de uma unidade política das classes dominantes, que se fazem intensamente presentes por meio de regulação, presença, publicidade e controle dos meios de comunicação.

É preciso memorar, ainda, que os meios de comunicação, historicamente são utilizados a serviço dos interesses dessas relações que formam o Estado e são a representação do que as classes detentoras de capital e a superestrutura estatal (igreja, escola, família), na qual estão inseridos os meios de comunicação, desejam transmitir a todo o momento para a sociedade, de modo a não só, impor um pensamento dominante, como construir permanente outro discurso.

Refletir a respeito da autonomia comunicacional dos países faz-se necessário, especialmente, em um contexto em que as guerras não são mais declaradas e possuem caráter mais difuso e complexo, é fundamental. Uma vez que o ataque aos países, especialmente, emergentes como Brasil, China e Índia vem sendo constante, ainda que o tema não esteja em voga na agenda pública ou não seja abertamente falado pelos governos como forma de proteger suas riquezas, soberania e suas posições no cenário mundial. Conforme Vigevani & Aragusuku (2014), a autonomia é uma noção que depende do grau. Trata-se da questão do Estado conseguir implementar seus objetivos, considerando interferências externas. Ainda de acordo com os autores, a autonomia na América Latina vem sendo pensada como uma forma de “libertar” os países da dependência externa (VIGEUVANI; ARAGUSUKU, 2014, p. 167). O que é de alguma forma uma relação de poder.

1.3.1. Das relações de poder ao Soft Power

Se o capitalismo e, também, o regime democrático, trouxeram mudanças sociais, econômicas para a sociedade, foi nele (capitalismo) que a comunicação passou a ter livre

fluxo e os donos do capital, o Estado-como representante dos interesses das classes dominante- passaram a ter grande frequência de inserção no campo midiático. Hirsch (2005) fala sobre a forma política do capitalismo e em como ela atravessa instituições não institucionais do ponto de vista do Estado,

Resumiendo: la forma política del capitalismo no debe ser confundida con el aparato concreto del Estado, puesto que éste es sólo una exteriorización institucional de las estructuras sociales subyacentes. Las determinaciones capitalistas en cuanto a la forma – económica como política – de manifestarse atraviesan todos los ámbitos de la sociedad, marcando entonces tanto las burocracias estatales como el sistema de partidos, los grupos de intereses y los medios de comunicación, las instituciones económicas, hasta la familia. Todo el complejo del “Estado” y la “sociedad civil” conforma así un sistema de instituciones interdependientes y a la vez contradictorias. “Estado” y “sociedad civil” no son esferas que se contraponen simplemente, sino que forman una unidad condicionada por sus contradicciones. (HIRSCH, 2005, p. 173).

A questão pode não ser o (complexo) Estado regulador dos limites do capital na sociedade. Mas, por vezes, é ele o intermediador de relações que garantem a estrutura de funcionamento dos meios de comunicação e, que por sua vez, acabam por assegurar o funcionamento do próprio Estado da forma que essa relação convém ao capitalismo, às classes dominantes, que ou operam as mídias ou tem influência sobre elas.

Acontece que o capital externo - elemento que permitiu o desenvolvimento e aprimoramento, sobretudo tecnológico dos próprios meios de comunicação, especialmente na América Latina – na correlação de forças acabou por ter enorme influência em áreas estratégicas, a exemplo de setores energéticos e telecomunicações. A respeito disso, GARCIA LINERA (2008):

En términos de correlaciones de fuerzas en el campo económico, el poder del capital externo se ha debilitado abruptamente en áreas estratégicas (hidrocarburos, telecomunicaciones), perdendo flujos financieros, activos y excedentes. En otros casos, el capital extranjero ha perdido el control monopólico de los precios (soya, aceite). En tanto que los sectores del capital comercial y de servicios locales adheridos al capital externo, que formaban parte de las elites empresariales intermediarias, hoy ya no cuentan con las anuales transferencias de recursos públicos, que están siendo dirigidos en mayor medida a apoyar a pequeños y medianos productores urbanos y agrícolas (Banco de Desarrollo Productivo (bdp), para pequeños productores artesanales e industriales; en apa, con créditos para pequeños agricultores). (GARCIA LINERA, 2008, p. 517).

Uma das definições de Garcia Linera (2008.p, 502) considera o Estado como uma correlação política de forças sociais e é nessa correlação que outros aparatos, como as mídias marcam presença em áreas geopoliticamente estratégicas, como já mencionado: setor de segurança, telecomunicações, energia. A informação, que é a peça chave circulante nas mídias

é também a razão de ser dos meios de comunicação.

Quando se pensa nessas relações: Estado, mídias e o uso geopolítico da informação como maneira de manutenção e influência nas bases de poder mundial, é relevante analisar que ao se pensar todo esse contexto inserido em regimes democráticos, importa levar em consideração a discussão feita por Atilio Boron (2006) a respeito da verdadeira democracia capitalista, a despeito da concepção básica de que seria um regime do povo e para o povo. BORON (2006) aborda em sua discussão sobre democracia, uma entrevista realizada por Latinobarómetro, em que as pessoas foram questionadas sobre quem exerce maior poder dentro das democracias. Os meios de comunicação ficaram em 2º lugar, com 65%.

Una encuesta realizada por Latinobarómetro entre 231 líderes en la región (que incluyó varios ex presidentes, ministros, altos funcionarios del Estado, presidentes y gerentes generales de empresas, etc.) les solicitó que identificaran quién ejerce realmente el poder en las democracias latinoamericanas. El 80% de la muestra señaló a las grandes empresas y los sectores financieros, mientras que el 65% mencionó a la prensa y los grandes medios de comunicación. En comparación, solamente el 36% identificó la figura del presidente como alguien en posición de ejercer el poder real, mientras que el 23% de los encuestados dijo que la embajada estadounidense era un actor con mucho poder en los asuntos locales. Comencemos, entonces, a examinar la verdadera estructura de poder en Latinoamérica. (BORON, 2006, p. 61).

Para Gramsci, a opinião pública está ligada à hegemonia, sendo um ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política. Na concepção de Gramsci, a opinião pública nasce em um período de luta da classe burguesa pelo poder. O autor defende que a opinião pública como conhecemos atualmente emerge com a queda dos estados absolutistas. É por tal motivo que o autor ressalta haver luta pelo monopólio de órgãos que contemplam a opinião pública, dentre eles, os jornais ou meios de comunicação, de forma mais ampla.

O poder dos meios de comunicação, que atuam na formação da opinião pública, são classificados por poder brando, que se insere de forma sutil na sociedade, mas está permeado por toda ela. Quando Joseph Nye (2004) desenvolveu o conceito de Soft Power, o autor afirmava que o poder já é menos coercitivo com as democracias. A atração e Agenda Setting (o que a mídia pauta e coloca na agenda pública) são comportamentos classificados por Nye que caracterizam o Soft Power, que se coloca mais por diplomacia, valores, cultura, do que pela força ou por sanção. A respeito do agendamento enquanto construção das preocupações públicas sobre determinados temas, Miguel (2002), aponta que,

Dito de outra maneira, a mídia possui capacidade de formular as preocupações públicas. O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se veem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões. (MIGUEL, 2002, p. 171).

Para além de revisar as relações de poder, conceito e atuação do Estado, e relações de força, a inserção de temas na agenda pública de discussão e todo cenário que essas relações modificam, é preciso refletir em como tudo isso se opera em ambiente tecnológico, digital, que atualmente deve ter especial atenção. Com o espaço tecnológico e o incremento dos fluxos de informação digitais, há uma certa mudança de paradigma na relação direta de se enxergar os meios de comunicação como produtores unilaterais de uma visão de mundo, que ao ser transmitida, chegaria da mesma maneira ao indivíduo. A respeito disso Mattelart (2004), afirma:

Com a liberação do espaço tecnológico, assistimos a descompartmentalizações em cadeia: indústria privada e indústria nacionalizada, indústria de um mesmo ramo, indústria local e filiais de sociedade transnacionais, indústria e universidade, indústria e escola, concepção, industrialização e comercialização; mas também usuários e construtores, produtores e consumidores. É sobretudo nesse quadro que se produziu a reconciliação de muitos intelectuais e pesquisadores com o mundo da indústria e comércio (MATTELART, 2004, p. 188).

O campo da comunicação sofreu grandes mudanças a partir da década de 1980, o que Mattelart (2002) aponta é para a substituição, especialmente no contexto americano hegemônico, do que o autor chama de “diplomacia dos canhões” pela “diplomacia das redes”. O último conceito tem origem na tese de Zbigniew Brzezinski. Essa reconfiguração de cenário faz com que o poder e a sociedade americana fiquem mais difíceis de serem limitados, uma vez que essa é a primeira sociedade global da história, dada pelo novo contexto tecnológico e eletrônico que faz com que os Estados Unidos reconfigurem sua relação com o restante do mundo.

Importante lembrar que anterior ao processo de digitalização, o rádio e, posteriormente, a televisão, tiveram papéis centrais quando se fala em mídia, política e influência dos discursos geopolíticos. Luis Felipe Miguel (2002) apontou para o uso desses meios como veículos de propaganda de guerra e, posteriormente, de repercussão de discursos políticos e populares, embora não fossem plurais, dado o acesso aos meios de comunicação.

Outro aspecto que diferencia a sociedade tecnológica é a transmissão ao vivo e

oportunidade que a informação sobre diversos acontecimentos fosse veiculada no momento real. Um exemplo histórico disso foi a Guerra do Vietnã, que Mattelart (2004, p. 77) comenta como primeiro conflito transmitido ao vivo, relevante foi o poder da imagem na construção da história e da paz, ainda que fosse uma cobertura quase unilateral da Guerra. Ao mesmo tempo que o fluxo comunicacional e as tecnologias permitem outros alcances na esfera midiática e política, qualquer tentativa de regulação das mídias é levado ao debate social como tentativa de censura ou, ainda pior, nem se consegue discutir o assunto com a sociedade.

Na medida em que os interesses de empresas, países hegemônicos que trabalham a todo momento para garantir o interesse de seus estados, os anos 1980, por exemplo é marcado por mais desregulamentação e privatização de serviços de telecomunicações. O direito à informação fica renegado ao discurso hegemônico de que os meios seriam auto-reguláveis e nem sequer aborda o dever do Estado em propiciar condições mais igualitárias de acesso e uso da informação que circula. A respeito disso, Mattelart (2004), aponta:

A liberdade de comunicação não deve sofrer nenhuma proibição. As reservas que podem ser feitas em relação a essa concepção da liberdade logo serão tachadas pelos grupos de pressão de tentativas de restauração da censura. Somente a sanção exercida pelo consumidor sobre o mercado livre-oferta deve reger a circulação dos fluxos culturais e informacionais. O princípio de auto-regulação tira a legitimidade de toda a tentativa de formulação de políticas públicas, nacionais e regionais, no assunto. Não encontram acolhida nem sequer as interrogações sobre o papel que deve desempenhar o Estado em uma coordenação dos sistemas de informação e comunicação tendo em vista a preservação dos canais de expressão cidadã em relação às lógicas de segregação diante do mercado e da técnica, nem as que estão ligadas à função das organizações da sociedade civil como fator de pressão decisivo para exigir da autoridade pública essa arbitragem (MATTELART, 2004, p. 154).

O que fica mais evidente é que ao próprio Estado não interessa colocar o tema na agenda, seja de pautas em âmbito dos Poderes Institucionais: como Legislativo ou Executivo, e menos ainda de discutir com a população, Universidades, setores organizados, até porque essas relações, como ainda ressalta Mattelart (2004) são produtoras de alienação política. E, em certa medida, ao Estado isso é muito interessante para que continue existindo como tal.

Serão abordadas nesta pesquisa outras guerras não convencionais, que perdem a característica do Estado como elemento central e controlador do conflito, abrindo caminho para outro tipo de conflito, em que o uso da informação sofre mais influência e manipulação psicológica do que as guerras tradicionais em que as forças militares, armadas faziam parte do cenário tradicional e do imaginário popular ao pensar o contexto de conflito.

1.3.2. Guerras não convencionais, guerras não militares e uso das mídias

Ao logo do tempo e das disputas por narrativas, seja por parte dos Estados ou de sua superestrutura que se retroalimenta, outras guerras não militares, sem uso da força das forças armadas dos países aparecem no cenário mundial. A Guerra de 4ª geração é marcada pela ausência do tradicional monopólio do Estado na guerra, devido à proliferação de grupos armados não estatais, além da influência de outros fatores, tais como o cultural. É o momento em que se coloca em dúvida a legitimidade do Estado e os conflitos passam a ter base mais estratégica do que operacional.

Alexandre Visacro (2011) elencou algumas diferenças entre a guerra na era industrial e a guerra na era da informação. Para ele, a guerra na era da informação possui multiplicidade de meios, dando ênfase para campo político, psicossocial. No tocante ao setor comunicacional, se nos conflitos da era industrial existiam intensas campanhas de propaganda anteriores ao início da guerra, agora na época da informação como elemento chave, as Comunicações são globais, há a perda absoluta do controle sobre os meios de comunicação de massa e o acesso irrestrito à informação digital limitam a capacidade estatal de moldar a opinião pública interna e fortalecer a vontade nacional (VISACRO, 2011, p. 49).

Em um contexto histórico, Lind (2005) relata que é com a Paz em Westfália, em 1648, que acabou com a Guerra dos Trinta Anos, que o Estado se estabelece como monopólio nas guerras modernas. O autor classifica em Guerra de 1ª Geração a de linha e coluna, observada pela tentativa de reforçar a cultura de ordem. Segundo Visacro (2011), a primeira geração da guerra moderna está compreendida no período que vai do fim da Guerra dos Trinta Anos (1648) até o início da Era Napoleônica.

Para Lind (2005), a Guerra de 2ª geração tentou concentrar poder de fogo. Enquanto a Guerra de 3ª Geração se diferencia colocando em grau maior de importância a velocidade de ação, de deslocamento mental e físico, no efeito surpresa. A Guerra de 4ª Geração é a ruptura com a Paz de Westfália, observa-se nesse tipo de conflito a perda do monopólio estatal sobre a guerra.

Uma chave para o sucesso na guerra de Quarta Geração talvez seja “perder para vencer”. Parte do motivo porque as guerras no Afeganistão e no Iraque não estão sendo vencidas é que as nossas invasões iniciais destruíram o estado, criando um feliz campo de caça para forças de Quarta Geração. Em um mundo onde o estado está em decadência, se for destruído, é difícil recriá-lo. Outra citação das minutas é, “Embora a guerra contra outro país possa ser necessária, deve-se tentar preservar o estado mesmo enquanto se derrota. Permita aos exércitos inimigos as ‘honras da guerra’ (LIND, 2005, p. 15).

A Guerra de 4ª geração rompe com o conceito de conflito linear entre forças militares de Estados com interesses antagônicos (VISACRO, 2011, p. 53). Nesse contexto de Guerras não convencionais e em que o Estado não é mais elemento central de resolução ou mediação do conflito, surge a Guerra Híbrida, conceito norte-americano de Guerra que mescla elementos judiciais, empresariais, parlamentares e midiáticos no lugar do uso de força militar.

A Guerra Híbrida ou *Hybrid Warfare*, conceito trazido em 2002 pela tese de William J. Nemeth, tenta traduzir a complexidade dos conflitos modernos e amplifica a importância da percepção das pessoas. O sistema moderno de comunicação, com satélites, ambiente digital e outras ferramentas, trouxe outros modelos de propaganda de guerra. Mansoor (2012) destaca que no sistema de comunicação atual não basta vencer a guerra com uso de força ou na disputa de narrativas, mas também fazer crer que a guerra acabou. Para Visacro (2011), a era da informação mudou totalmente a conduta dos conflitos, não no quesito tecnológico somente, mas na forma de atuação. Novas demandas são criadas pela sociedade, como um conceito mais amplo de segurança e defesa, a partir de fenômenos como terrorismo, globalização da violência.

Peter Mansoor (2012) traz como exemplo a eficácia do uso de meios híbridos de ataque nas guerras do Iraque e Afeganistão e também com os ataques de 11 de setembro de 2001 ao Centro Comercial das Torres Gêmeas. Os meios de comunicação que têm sido potencialmente utilizados quando se fala em Guerra Híbrida são as Redes Sociais, que propiciam contato direto com usuário, mais informações de perfil do público alvo e têm sido meio para gerar desinformação em massa.

O documento “*Public report social media hybrid warfare*”, de 2016, fala do papel do Twitter, por exemplo nas revoluções conhecidas como Primavera árabe. A rede social foi fundamental para coordenação das ações do movimento e do envio de mensagens. Contudo, as manifestações não teriam somente com a mobilização via ambiente digital. O mesmo relatório também mostra a desinformação como estratégia nesse tipo de guerra não convencional. Há o exemplo da guerra entre Rússia e Ucrânia em que foi disseminado conteúdo para gerar medo e ansiedade em grupos étnicos da Ucrânia que moravam na Rússia.

As estratégias da Guerra Híbrida remontam no uso redes sociais para veicular desinformação, medo e outros fatores, com a diferença de que por meio desse tipo de mídia a informação obtida a respeito das pessoas, de grupos alvos, do ambiente em que elas giram, do que elas leem, conferem muito mais informação aos Estados, governos ou quem quer que esteja encabeçando os interesses da guerra, que neste momento é mais psicológica do que

militar. Um dos efeitos evidenciados pelo relatório no caso do conflito Rússia e Ucrânia foi o fato de desencorajar as pessoas a participarem de debates na internet sobre o assunto, dando espaço para mensagens de propagandas⁵. Ao mesmo passo, o relatório ainda mostra que o conflito na Síria é considerado historicamente o mais mediado pela mídia social, justamente por entenderem que a percepção pública era mais relevante que o conflito armado.

O pesquisador Andrew Korybko em entrevista concedida e repercutida em veículos de comunicação do Brasil, dentre eles o jornal “Brasil de Fato” defende que o Brasil, assim como outros países dos Brics (China, Rússia) está sendo alvo de uma Guerra Híbrida intentada pelo Estado Americano. Segundo o pesquisador, o Brasil teria se tornado alvo de Guerra híbrida não só a partir do momento da descoberta de pré-sal e mais campos de petróleo, mas também a partir do governo de Lula que fazia mais acenos à multipolaridade. Segundo Korybko (2018) esse cenário pode ser observado no país com as manifestações de 2013 e uso intenso das mídias sociais como meio de convocação para os protestos, apresentando já características das Revoluções Coloridas, conceituada pelo autor como sendo a primeira parte de uma Guerra Híbrida.

Ao se pensar em como distinguir os conflitos por suas características, Ortega (2009) faz um paralelo sobre as semelhanças entre a Revolução Laranja (Ucrânia), a Revolução das Rosas (Geórgia) e as Revoluções Coloridas, antes chamadas de Revolução das Tulipas no Quirguistão. O autor, dessa maneira, traz como semelhança entre os movimentos a ação de grupos opositores sobre as massas. O envolvimento de atores estrangeiros nessas revoluções é outro ponto de semelhança entre os movimentos. Nesse sentido, Ortega (2009) afirma que:

Se o envolvimento intenso de atores estrangeiros é característico das Revoluções Coloridas, o mesmo se pode dizer da resposta a esse envolvimento por parte dos líderes que chegaram ao poder. A manifestação de uma postura nitidamente pró-ocidental foi marcante, ao menos durante os processos georgiano e ucraniano. No Quirguistão, a mesma tendência não pôde ser claramente observada, embora as posições russa e ocidental tenham sido as mesmas frente à Revolução das Tulipas. (ORTEGA, 2009, p. 7).

Ainda segundo o autor, essas três revoluções possuem ligação com processos eleitorais dos países como forma de questionar os governos que estavam no poder. Como resultado, as revoluções, tanto das Rosas, como a Laranja, quanto a das Tulipas, segundo Ortega (2009),

⁵ One of the most significant effects of the activities of trolls is the potential to discourage people from participating in open debate on the Internet, leaving space for propaganda messages. (p .32).

tiveram resultados parecidos. Nas da Geórgia e Quirguistão houve a renúncia dos governistas e na Revolução Ucraniana aconteceu a anulação do resultado eleitoral (VIZENTINI, 2006; ORTEGA, 2009).

No Brasil, a ligação das mídias com processos eleitorais é bastante visível historicamente, desde que a televisão se mostrou como uma ferramenta de poder e está presente na política do país. Nilo Piana de Castro (2011) abordava o envolvimento da família Marinho, dona do Conglomerado Globo, com os Estados Unidos no Golpe de 1964 no Brasil, até porque, conforme aponta o autor, Marinho já era candidato a sócio de empresas estrangeiras no país, o que viria a ser consolidado durante o período da ditadura.

Piana Castro (2011) Já destacava a utilização de *Joint Ventures* com empresas que possuíam capital estrangeiro para driblar a legislação brasileira no sentido de operar comunicação no Brasil. Daí a suspeita de que Marinho fosse “testa de ferro” de grupo americano, que teve influência maior no país depois do golpe de 1964 e a mistura dos interesses na área de comunicação e projetos nacionais. Importante considerar que é somente com o Código Brasileiro de Telecomunicações que foi regulamentado em 1963 que é vedada a posse de dois canais de televisão na mesma área ou localidade para o mesmo grupo (HERZ, 1987). Nilo Piana de Castro (2011) aborda, ainda, como a fundação da TV Globo em acordo com a *Time Life* contou com auxílio governamental e ao mesmo tempo trabalhava em prol da ascensão dos militares no país.

Como maneira de se defender da Guerra Híbrida, Korybko (2018. p, 98) pontua deve haver estabelecimento de salvaguardas civilizacionais, pois, uma vez que se sentem parte de algo maior, ficam menos propensos a tomar decisões subversivas ou desfavoráveis ao governo, a ponto de comporem a colmeia (parte da população que envolvida com a causa a dissemina).

A partir da discussão levantada até aqui, a seção final deste capítulo é destinada a demonstrar a importância dos campos das Relações Interacionais e da Geopolítica e dos estudos da Integração Regional, para o desenvolvimento de uma visão interdisciplinar do tema de pesquisa, consolidando sua interrelação com a Área de Ciências da Comunicação. Para isso, serão discutidos, brevemente e a título de contextualização, alguns dos conceitos e aspectos das teorias do campo internacional, voltadas para explicar os processos integracionistas ou de integração regional, tais como, modelos clássicos como o de transbordamento, ou *spillover* (HAAS, 1958), conforme utilizado pela denominada Escola Funcionalista-Neofuncionalista das relações internacionais (SARFATTI, 2005). Ademais, são

utilizadas algumas das interpretações geopolíticas para os processos de Regionalização e formação de Blocos de Poder, e, algumas das abordagens cepalinas, especificamente, a interpretação de Celso Furtado dos desafios para o desenvolvimento na América Latina. O objetivo desta contextualização é observar os movimentos integracionistas na América Latina e em como a Comunicação e suas teorias tangenciaram e, por vezes, influenciaram as iniciativas históricas de Integração Regional.

Cumprido ressaltar que muito embora as Teorias da Integração tomem como base o processo integracionista da União Europeia (UE), e em certa medida a realidade latino-americana e sul americana seja muito distinta dos países Europeus, a considerar condições econômicas, culturais e as assimetrias entre os países da região, a integração da UE consiste no modelo mais concreto de uma integração que, em alguma medida, funcionou e possa ser analisada para pensar projetos de integração regional. A questão central é analisar como a comunicação pode ser ferramenta utilizada a serviço da integração regional sul-americana e pensar em iniciativas integracionistas e quais as contribuições que a área da Comunicação pode fornecer a projetos dessa origem na América do Sul.

1.4. GEOPOLÍTICA DA INTEGRAÇÃO E O PAPEL DAS COMUNICAÇÕES

No período pós-Segunda Guerra Mundial e, com destaque, no contexto do pós-Guerra Fria, os processos de globalização, integração e fragmentação tornaram-se mais influentes na realidade política econômica e social internacional, e por isso, ganharam maior destaque entre os analistas das áreas de Ciências Políticas, Econômicas e das Relações Internacionais. Esta seção desenvolve uma breve discussão dos conceitos de Globalização, Integração Regional e Fragmentação, demonstrando a importância destes conceitos para a compreensão da problemática desenvolvida nesta dissertação.

A respeito do conceito de Globalização, há visões concorrentes de distintos autores sobre sua conceitualização, sua delimitação geográfica e analítica, ou ainda, histórico-temporal. As interpretações dominantes nos anos 1990, por exemplo, tendem a visualizar como um fenômeno ora estritamente econômico, ora estritamente cultural, geralmente associados à conjuntura daquela década, em que se fazia premente a Hegemonia dos EUA.

É interessante destacar que enquanto alguns autores delimitavam o processo de globalização de forma eminentemente otimista, ora como simplesmente o chamado “Fim da História” (FUKUYAMA, 1992), ora como um processo inexorável de internacionalização do capital e das redes de empresas multinacionais / transnacionais, marcado pela de redução das

desigualdades de oportunidades resultante da disseminação horizontal de tecnologias, especialmente através dos novos sistemas e redes de comunicação e informação (FRIEDMAN, 2005).

Outros autores, por sua vez, viam na globalização de forma eminentemente pessimista, como a fonte do aumento das desigualdades entre povos e nações, origem do desemprego e caos social, muitas vezes associada à crise dentro dos Estados, diretamente relacionada aos processos de implosão dos Estados de “Bem Estar Social” ou mesmo dos Estados Nação, muitas vezes impulsionando forças centrífugas, como o separatismo, ou seja, a fragmentação e balcanização de países e regiões. Alguns autores consideram que a globalização é um processo histórico bem mais antigo e marcadamente cíclico, inerente ao próprio capitalismo e mundializado progressivamente a partir do seu centro euro-atlântico (WALLERSTEIN, 2002; ARRIGHI, 1996).

Uma outra definição, mais ligada ao campo das Relações Internacionais trabalha da seguinte forma com o conceito:

Dessa forma, sem a pretensão de dar uma interpretação definitiva com relação ao termo, mesmo porque creio que todos os teóricos estão tocando em uma parte do elefante, defino a globalização como o processo no qual as tradicionais barreiras entre os Estados caem, fruto do avanço tecnológico, que possibilita intensa troca de informações entre as pessoas no mundo. Esse fenômeno é observado virtualmente em todos os aspectos das relações humanas, incluindo não somente a economia, como também cultura, meio ambiente, educação, imprensa, etc (SARFATTI, 2005, p. 318).

O autor destaca os impulsos tecnológicos, os avanços nas tecnologias de informação. Na definição conferida por Sarfatti (2005), a globalização foi um processo que teve tendências de aproximação. Muito embora essa aproximação não fosse sempre no caminho de paz e cooperação entre as nações.

Por sua vez, a importância da Comunicação nos processos de Globalização aparece em diversos autores, desde os já citados Thomas Friedman, até a abordagem utilizada por Joseph Nye (1991, 2002, 2004), que se destaca no uso do conceito de *soft power*, ou poder brando. Esse poder exercido estava mais centrado em influência a partir de ideias, da diplomacia, das comunicações, da influência cultural e, portanto, do exercício da hegemonia. A globalização, para Nye, está diretamente relacionada com o aprofundamento das relações de interdependência entre as nações.

A integração pode ser entendida como um processo de regionalização em que os atores envolvidos passam por processos de aproximação e cooperação, desenvolvendo novas formas

de coesão ou fortalecendo a coesão pré-existente entre eles, como a noção de pertencimento e comunidade. Tanto o espaço territorial e geográfico, quanto os elementos culturais que formam um povo ou conjunto de povos, são afetados pela criação de novas conexões e fortalecimento de laços de interdependência, fluxos comerciais, financeiros, humanos (migrações, turismo) e de comunicações, com vistas a produzir novas formas de integração (econômica, política, sociocultural, infraestrutural ou no campo da segurança coletiva e defesa comum).

Nas últimas décadas, a tendência à regionalização de mercados e de cadeias produtivas, especialmente dentro dos blocos econômicos ou blocos regionais de poder, ampliou ainda mais a competição inter-regional internacional. Acelerada pela integração da infraestrutura (energia transportes e comunicações) e das instituições (intergovernamentais e supranacionais), a integração econômica de cadeias produtivas e mercados consumidores e, ainda, a integração política entre Estados de uma mesma região e com interesses comuns vem se tornando uma realidade cada vez mais comum. (KERR OLIVEIRA & SCHNEIDER MARQUES, 2015, p. 114).

O reconhecimento da necessidade de construção de uma comunidade de paz e segurança ou de defesa coletiva, passa pela necessidade de construção de capacidades coletivas para a defesa da soberania de cada Estado envolvido, mas também do próprio bloco regional, assim como a necessidade de ação conjunta para defender a estabilidade social, política e econômica. Todos esses são aspectos-chave da definição do conceito do processo intitulado de integração (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 310).

Sob uma perspectiva geopolítica, a regionalização e formação de blocos regionais, pode ser entendido como um processo de formação de “blocos de poder”, que pode ser entendido como uma forma de alterar as balanças de poder entre as grandes potências. Conforme Vizentini (2006):

Os blocos comerciais, que representam um dos resultados da globalização, estão se tornando blocos político-econômicos, que tendem a ser converter em novos atores no lugar das super-potências. Assim, para os Estados Dinásticos, no congresso de Viena de 1815, foram substituídos pelas potências (o sistema europeu de equilíbrio de poder), e estas pela super-potências na Conferência de Ialta em 1945, hoje estas poderiam estar em vias de ceder seu lugar aos **blocos regionais de poder** (VIZENTINI, 2006, p. 17, grifo nosso).

Neste contexto, é interessante destacar que a competição inter-estatal, especialmente entre as grandes potências, tem sido impulsionada por outras transformações de longo prazo, como a relativa horizontalização de capacidades militares e tecnológicas das potências emergentes e a consolidação de uma estrutura tripolar ou multipolar com disputas por áreas de influência: “Em um contexto internacional competitivo e instável torna-se mais provável a

ocorrência de disputas por áreas de influência entre os polos de poder do sistema internacional.” (KERR OLIVEIRA, 2017, et al).

Normalmente, a política das grandes potências envolve sabotar, deliberadamente, o acúmulo de poder relativo por parte das potências concorrentes e de países emergentes (MEARSHEIMER, 2001; PINHEIRO GUIMARÃES, 2006; VIZENTINI, 2006, KERR OLIVEIRA et al, 2017). Diante dos processos de formação de blocos regionais, especialmente dos processos de integração regionais liderados por potências emergentes, as potências tradicionais tendem a reagir de forma semelhante, pois visualizam na formação de um bloco regional, um polo de poder potencialmente concorrente ou possivelmente rival. Outra reação comum das potências tradicionais, tem sido a de buscar reforçar sua preponderância nas áreas de influência respectivas, enquanto buscam bloquear ou sabotar a ampliação da influência de potências rivais na forma de blocos regionais.

Um exemplo deste padrão de comportamento das grandes potências tradicionais, pode ser visualizado na estratégia dos EUA, de sabotar processos de integração ou formação de blocos de poder na América do Sul. Conforme Friedman (2012), o Brasil é o único país das Américas que representa uma ameaça potencial de longo prazo para os interesses dos EUA, pelo risco de se tornar hegemônico na América do Sul e no Atlântico Sul:

Há um único país latino-americano com potencial de competir com os Estados Unidos com suas próprias forças, e é o Brasil. (...) O único perigo que o Brasil poderia oferecer para os Estados Unidos seria se sua expansão econômica continuasse a ponto de conseguir desenvolver poder aéreo e naval para dominar o Atlântico entre o seu litoral e a África Ocidental, uma região que não é patrulhada intensivamente pelo Estados Unidos, diferentemente do Oceano Índico ou do Mar do Sul da China. (p. 238). (...) Isso poderia resultar num Atlântico Sul não apenas dominado pelo Brasil, mas com forças navais brasileiras sediadas tanto no Brasil como nas costas africanas (p. 238). (FRIEDMAN, 2012, p. 237-238).

As ameaças representadas pelo Brasil neste processo envolvem os recursos naturais estratégicos que possuímos, nos diferenciando de outras nações. Temos saída para os oceanos, rios, pré-sal, petróleo, Aquífero Guarani, Amazônia, dentre outros recursos, que se bem utilizados pelo próprio Brasil internamente, teríamos capacidade de desenvolvimento como potência mundial.

Diante deste cenário distante e pouco provável, a estratégia estadunidense é clara e passa por sabotar o desenvolvimento brasileiro e a integração sul-americana, o que implica em esvaziar as instituições de integração e, em termos geopolíticos, sabotar a parceria estratégica central para a integração que é a aliança Brasil-Argentina (GRASSI, 2019). Para alcançar esse objetivo, George Friedman recomenda:

Na próxima década, ao mesmo tempo em que mantêm relações amistosas com o Brasil, os Estados Unidos deveriam fazer o possível para fortalecer a Argentina, o único país que pode servir de contrapeso. (...)

O Objetivo norte-americano deve ser fortalecer lentamente a economia da Argentina e seus recursos políticos de modo que, durante os próximos vinte ou trinta anos, caso o Brasil comece a emergir como um potencial perigo para os Estados Unidos, o crescimento argentino rivalize com o do Brasil. (...) Os Estados Unidos também devem ser preparados para atrair suas forças militares para mais perto das forças argentinas, mas por meio do governo civil, de modo que não incite medo de que os Estados Unidos estão favorecendo as forças argentinas. (...) O presidente norte-americano deve tomar cuidado para não demonstrar suas intenções verdadeiras nesse processo, e não deve se apressar. (FRIEDMAN, 2012, p. 239-240)

A integração regional na América Latina foi uma das ideias Cepalinas centrais, juntamente com a ideia de desenvolvimento. Nos moldes do que fora defendido por Celso Furtado, era um objetivo ideal a ser alcançado, em especial, para reduzir custos de escala, ampliar o mercado e sustentar a industrialização e o desenvolvimento da região. Até porque para Furtado (1983), o sistema econômico tem seu desenvolvimento em ciclos. E, nesse sentido Furtado defende a evolução tecnológica, dizendo que quanto mais ela tivesse relação com a economia e viesse a reduzir custos de produção, controlar custos da exportação de produtos primários, mais ela se concretizaria. Para ele, na economia interna a tecnologia e seus avanços viabilizavam o controle e as previsões da inserção social das mudanças tecnológicas (FURTADO, 1961, 1983).

Diante de contextos de assimetrias e divergências políticas, econômicas e culturais, por vezes os processos de integração não se efetivam ou sofrem fragmentação. Por fragmentação pode-se entender, como um processo que leva a desintegração de eixos e alianças e que por tal motivo são necessários para que a integração não se concretize, de forma a não consolidar um poder maior dos países em desenvolvimento. Geralmente, tal qual aconteceu no mundo árabe por volta de 1973, os processos de fragmentação, especialmente a política, aflora conflitos internos nos países (VISENTINI, 2006).

A questão é também de nossa condição de subdesenvolvimento tem características que dificultam processo integracionista, seja pelas vulnerabilidades sociais, alta concentração de renda e disparidades sociais das mais diversas. Esses e outros fatores inviabilizam, falando do contexto mais específico sul-americano o processo de integração regional.

Alguns temas também propiciaram discussões midiáticas, como dificuldades energéticas dos países, questões de infraestrutura e momentos de crise política e toda a questão plural que engloba a integração. A integração consiste em fenômeno multidimensional, político, societal, cultural e econômico. Uma integração bem-sucedida

depende da capacidade que as pessoas têm de interiorizar o processo integrador (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF JR, 2003, p. 649).

Nas Teorias de Relações Internacionais, a funcionalista foi a que deu maior sustentação às teorias da integração. Essa mesma base teórica teve importante função no processo de integração da Europa. O Funcionalismo, que possui como foco de estudo a cooperação internacional, teve suas ideias e conceitos postos na sociedade na década de 1940. Nesse âmbito, o teórico, David Mitrany foi importante, como destacada SARFATTI (2005),

O Funcionalismo é uma teoria que estuda a cooperação internacional em determinadas funções. Essa cooperação quase sempre é materializada em instituições internacionais. As suas ideias estão associadas a David Mitrany, que, principalmente no fim da década de 1940, estava preocupado em como assegurar a paz na Europa do pós-guerra. No pós-Primeira Guerra, buscou-se construir respostas para a pacificação por meio do idealismo, enquanto, no pós-Segunda Guerra, a polêmica começava a ser discutida em relação às doutrinas realistas de balanço de poder e às ideias de segurança coletiva. (SARFATTI, 2005, p. 184).

O funcionalismo impulsionou iniciativas integracionistas, como a Comunidade Europeia de Carvão e Aço em 1952, que teve por intuito desenvolver harmonia no ambiente econômico. No entanto, como algumas críticas foram tecidas à teoria do funcionalismo, posteriormente surge o neofuncionalismo, tendo Ernest Haas como principal expoente teórico da corrente (SARFATTI, 2005).

Para a escola de pensamento neofuncionalista, o papel das instituições e dos grupos de interesse são fundamentais para a continuidade dos processos de integração regionais, a despeito das mudanças de governos. Haas desenvolve o conceito de *spillover*, para explicar o transbordamento de processos e temas de integração das agendas econômicas para as agendas políticas e destes para os processos de institucionalização da integração. A partir desta base conceitual, interpreta-se que alguns processos de cooperação e integração econômica ou de infraestrutura, quando iniciados, estimulam novos processos de cooperação ou, até mesmo, integração política e institucional entre os países. Ademais, o entrelaçamento entre a integração econômica e política aumentaria os custos para se reverter esses processos, o que daria maior “estabilidade” para a integração:

Central a essa corrente é o conceito *spillover*, desenvolvido por Haas, que significa que a integração de determinada função conduziria à integração de outras funções em um processo de intensificação da integração. Ou seja, se no princípio se integraram na Europa o carvão e o aço, isso levou à integração de outros bens e, por conseguinte, a integração desses outros bens criou a necessidade de instituições comuns, que criaram a necessidade de integração legal, e assim por diante. (SARFATTI, 2005, p. 187).

As correntes funcionalistas e neofuncionalistas consideram que a integração é um processo que tem continuidade. A integração pode constituir-se por vezes em interesses convergentes. Importante ressaltar que alguns autores da área das Relações Internacionais, como Deutsch e Hass, consideram a comunicação como elemento chave no processo integracionista.

Importa destacar, que sob a perspectiva geopolítica, as iniciativas integracionistas e processos de regionalização, incluindo desde a formação de alianças, processos de integração político-institucionais, de integração econômica ou infraestrutural, impactam diretamente o Sistema Internacional, na medida em que provocam mudanças no equilíbrio de poder e na política internacional. Isto porque, a formação de blocos de poder altera os padrões de dependência e interdependência, nas relações de cooperação e nos padrões de amizade-inimizade entre os países e regiões. Simultaneamente, impacta nas balanças de poder entre as regiões, na medida em que uma região integrada em um bloco de poder, torna-se mais forte, autônoma e soberana do que uma outra região que continue fragmentada ou acabe balcanizada (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007).

Os países médios que constituem a América do Sul se encontram diante do dilema ou de se unirem e assim formarem um grande bloco de 17 milhões de quilômetros quadrados e de 400 milhões de habitantes para defender seus interesses inalienáveis de aceleração do desenvolvimento econômico, de preservação de autonomia política e de identidade cultural, ou de serem absorvidos como simples periferias de outros **grandes blocos**, sem direito à participação efetiva na condução dos destinos econômicos e políticos desses blocos, os quais são definidos pelos países que se encontram em seu centro. A questão fundamental é que as características, a evolução histórica e os interesses dos Estados poderosos que se encontram no centro dos esquemas de integração são distintos daqueles dos países subdesenvolvidos que a eles se agregam através de tratados de livre comércio, ou que nome tenham, os quais ficam assim sujeitos às consequências das decisões estratégicas dos países centrais que podem ou não atender às suas necessidades históricas. (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 171, grifo nosso).

Uma abordagem crítica das Relações Internacionais deriva em certa medida da Escola de Frankfurt, que na área da Comunicação teve relevante importância a se pensar em processos culturais e hegemônicos. A Teoria da Interdependência também se faz importante ao pensar o processo comunicacional. Há, contudo, certa ausência na Teoria das relações internacionais da Comunicação como elemento primário, seja no arcabouço teórico da área, seja para pensar e construir base para o processo integracionista da região, tanto latino-americana, quanto sul-americana, influência que na prática da vida social e cotidiana não pode ser ignorada.

A Comunicação e as mídias inserem na agenda pública assuntos de interesses

específicos e os ressignificam à sociedade, fazendo essa tomar o discurso midiático como relevante e assumindo a posição a qual os meios midiáticos se prestam. Portanto, nem na área das Relações Internacionais, nem em qualquer outra que pense em integração regional, pode ser desconsiderado o papel estratégico da Comunicação em um projeto ou planejamento nesse sentido.

A questão da infraestrutura é inclusive pontual ao ponderar papel estratégico que leve a processos de integração regional. Darc Costa (2011) definiu infraestrutura como risco decorrente de longo prazo de execução e investimento, grandes economias em escala, baixa rentabilidade.

Pode-se considerar que, em termos geopolíticos, a infraestrutura logística e energética, entendida como mecanismos transformadores de poder, foram indicadores basilares para compreender a capacidade de competição das grandes potências e, atualmente, dos principais processos de integração regional. Como os processos de acúmulo de riqueza e poder, estiveram historicamente relacionados à estruturação do Sistema Internacional de Estados, e a capacidade de construir e acumular diferentes formas de infraestrutura foi uma das variáveis que fizeram com que as grandes potências se consolidassem como os Estados dominantes. Com o tempo, a intensificação da competição internacional acabou por consolidar estruturas hierárquicas de dominação entre os Estados que controlavam tecnologias, infraestruturas e processos produtivos mais avançados de cada período ou ciclo, e, de outro lado, aqueles que não controlavam tais processos e acabariam tornando-se, frequentemente, dominados pelos primeiros. Nesse processo de competição, os Estados que mais acumularam poder relativo foram justamente os que utilizaram mais e, de forma mais eficiente, os recursos e a infraestrutura energética disponíveis naquele período histórico. (KERR OLIVEIRA & SCHNEIDER MARQUES, 2015, p. 114).

No tocante à integração de infraestrutura na América do Sul, Jaeger et al (2015, p.84) descrevem que, no século XIX, foi preponderante o transporte ferroviário para integração e mobilidade, enquanto no século XX, passou a predominar o rodoviário e outros modais. Já em meados de 1950 com as ideias Cepalinas consolidam a necessidade de integração que priorizasse a infraestrutura para desenvolvimento regional, embora a Cepal focasse muito voltada para a abordagem econômica da integração.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo demonstrou, a partir de uma breve revisão bibliográfica, a importância de conceitos e modelos explicativos advindos da geopolítica, das relações internacionais e da integração regional, apresentam significativo aporte descritivo e analítico para abordar sob uma perspectiva interdisciplinar a questão das Comunicações na América Latina contemporânea, com foco na América do Sul. Considerando as interconexões e

complementariedade entre as Teorias da Comunicação, Teorias Geopolíticas, das Relações Internacionais e Integração Regional, busca-se desenvolver um aporte mais abrangente para analisar a Geopolíticas das Comunicações na América Latina.

Por fim, foi desenvolvida uma breve análise da importância da geopolítica da integração regional, de suas implicações para o Brasil e para a América do Sul, especialmente diante do acirramento da competição internacional entre as grandes potências e blocos de poder regionais.

CAPÍTULO 2 - GEOPOLÍTICA DE COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA DO SUL: DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA, SOBERANIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

2.1. GEOPOLÍTICA E HISTÓRIA DAS COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA DO SUL: CONTEXTO DAS RELAÇÕES CENTRO PERIFERIA

Este capítulo tem enfoque na Geopolítica de Comunicações na América do Sul, abordando os desafios para democracia e integração regional; tratando um pouco da história das comunicações na América do Sul no contexto das relações centro-periferia; a desnacionalização dos meios de comunicação da América do Sul, iniciativas integracionistas e seus efeitos para a área de políticas de comunicação da região. Pontua, também, os impasses atuais no âmbito da integração regional, com a retomada de governos neoliberais, ultraconservadores, em grande parte dos países latino e sul americanos, o que intensifica nossas condições periféricas frente à geopolítica mundial.

2.1.1. A formação dos Estados Nacionais e as Comunicações na América do Sul

A formação dos Estados nacionais, seja entendida como configuração histórica, seja compreendida como uma formação em curso, na América Latina teve características bem marcadas. Bresser-Pereira (2017) traz em seu texto como uma das conceituações de país ou estado-nação como é um tipo de sociedade político territorial soberana formada por uma nação, um Estado e um território (BRESSER-PEREIRA, 2017, p.158).

No Brasil essa formação do Estado Nacional aponta para quando há a chegada da família Real em 1808, mas é em 1821 que isso se consolida. Em outros países da América Latina, especialmente da América do Sul, o contexto não muda muito. No Uruguai, a formação do país se dá em 1828, em virtude de interesses britânicos na internacionalização da Bacia do Prata. Ao longo do tempo e com as mudanças sociais, os Estados perderam domínio sobre o controle do seu território de alguma forma, do espectro radiofônico, televisivo, advindo das dinâmicas dos processos globais de fluxo da informação. A perda de soberania, para Castells (2006), representa impacto e momento de crise na democracia, crise que tem mais a ver com legitimidade,

O Estado-Nação, responsável por definir o domínio, os procedimentos e o objeto da cidadania, perdeu boa parte de sua soberania, abalada pela dinâmica dos fluxos globais e das redes de riqueza, informação e poder transorganizacionais. Um componente essencial dessa crise de legitimidade consiste na incapacidade de o Estado cumprir com seus compromissos como Estado do bem-estar social, dada a integração da produção do consumo em um sistema globalmente interdependente, e os respectivos processos de reestruturação do capitalismo. (CASTELLS, 2006, p. 401).

Esse cenário, segundo o autor, questiona a cidadania enquanto legitimidade de o Estado tomar algumas medidas relacionadas ao bem comum, sendo, portanto, pensada em uma cidadania coletiva, que represente o todo, de fato (CARVALHO, 2001). A questão é que os processos integracionistas discutidos pela pesquisa possuem relação total com desenvolvimento tecnológico, econômico, cultural, fatores que perpassam pela comunicação como direito e pelas vulnerabilidades sociais e disparidades dada as condições de semiperiferia na qual estamos envolvidos enquanto nação.

Os governos neoliberais na América do Sul foram responsáveis por desindustrialização dos países, aumento das importações e incremento sem freio da entrada do capital estrangeiro na região. As medidas de privatizações desaceleradas, de grandes empresas públicas, inclusive, acirram mais ainda essa realidade desfavorável a qualquer autonomia local e regional e a algum processo integracionista (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 175).

Importa ressaltar que a discussão se dá em torno do caráter estratégico da comunicação nos processos de integração regional. O debate se inicia breve revisão sobre a formação dos Estados Nacionais, de forma que se consiga compreender a importância da soberania para democracia e autonomia dos países. Seja no campo comunicacional, seja na atuação no cenário internacional. Para Puig (1986), a autonomia é objetivo da política nacional, uma vez que quanto mais autonomia se tem, maior capacidade de se desenvolver possui uma nação (PUIG, 1986, p. 40).

Na América do Sul, Samuel Pinheiro Guimarães, debateu autonomia como meio de condução do próprio destino econômico, cultural, identitário de forma a não ser absorvido como periferia ou semiperiferia dos centros, sem condições de definir o próprio caminho de desenvolvimento. (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 171).

2.1.2. Dos primeiros processos integracionistas ao Mercosul, IIRSA e UNASUL: desafios para a integração de infraestrutura de comunicações

Uma das principais iniciativas de integração na América Latina foi a criação da CEPAL em 1950, focada mais em uma união econômica entre os países da região como caminho para desenvolvimento. Liderada pelo argentino Raul Prebisch, segundo Samuel Pinheiro Guimarães (2007), foi “a tentativa do notável economista argentino, Prebisch, de explicar as razões do desenvolvimento na América do Norte em confronto com o atraso sulamericano levou à formulação da teoria estruturalista pela Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL” (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 177). Um dos grandes nomes da Cepal e que colocou a discussão de desenvolvimento econômico, tecnológico para o avanço e autonomia de países em condições periféricas foi Celso Furtado, defensor das ideias Cepalinas de integração como meio de sustentação do processo de industrialização.

Para fins de conceituação, considera-se nesta pesquisa, integração como um processo e não como uma condição (PUIG, 1986, p. 41). Por tal motivo, utiliza-se aqui o termo movimentos integracionistas, como parte de um processo que ocorre na região. Na linha de raciocínio histórica a respeito dos processos integracionistas, em 1960 foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, com a intenção de acabar com obstáculos entre os países membros da entidade no desenvolvimento do comércio. Em 1969 foi criado o pacto Andino e em 1980 “a estagnação das negociações comerciais levou a substituição da ALALC pela Associação Latino Americana de Integração (ALADI)”. (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 179).

Em 1991, algumas nações do cone sul se unem e formam o Mercosul, liderados mais especificamente por Brasil e Argentina. A década de 1990 marcava a América Latina com Governos neoliberais, abertura ao mercado exterior e aumento das desigualdades sociais. Nos anos 2000, a criação da IRSA foi de extrema relevância no sentido de planejamento, infraestrutura física da região. A respeito disso, Pinheiro Guimarães (2007) comenta,

A Iniciativa para a Integração da Regional Sul-Americana (IIRSA), em 2000, foi um passo de grande importância neste esforço de planejamento, que necessita para se concretizar da alavanca regional do financiamento. Uma das maiores dificuldades dos países da América do Sul é o acesso a crédito para investimentos em infraestrutura, devido a limites ao endividamento externo e à falta de acesso a instrumentos de garantia. (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 181)

É também com o intuito de reduzir as desigualdades que o Mercosul se estabelece visando certa cooperação econômica entre os países sul-americanos. Em 2004, assemelhando-

se um pouco com a União Africana, foi posta a ideia, em Cuzco (Peru), do que seria a Unasul – União dos países sul americanos, fundada em 2008. Importante memorar que a Unasul foi o único órgão formado pelos doze países da região e sem a presença dos Estados Unidos. A Unasul surge como desdobramento da CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações), que contou com pontapé do Brasil em 2004.

Já em 2002, com a eleição de Lula no Brasil a política externa do país muda e passa a pensar a integração e coalizão das relações sul-sul como alternativa mais viável dado o contexto de um mundo multipolarizado. A Unasul em sua formação trouxe alguns eixos desdobrados em conselhos, tais como: defesa, saúde, eleitoral, energético, desenvolvimento social, dentre outros. O Conselho de Defesa visava criar zona de paz e cooperar regionalmente neste âmbito. O energético previa o uso soberano dos recursos naturais com respeito aos povos e uma consequente redução das assimetrias.

A Unasul, vem no sentido de formar consenso entre os países da região, ao menos no campo político. O Conselho de Segurança e Defesa é expoente dessa tentativa. É preciso também compreender a questão do gás natural que envolve Bolívia e Brasil. Os dois países fizeram um acordo, “take-or-pay”, no final da década de 1990 para que o Brasil importasse gás natural da Bolívia, como forma de diminuir a dependência da energia elétrica. Com a construção do gasoduto interligando os dois países, o Brasil acabou por tornar-se dependente do gás boliviano. Quando em 2006, com o Decreto 28.701 a Bolívia nacionaliza toda sua produção de gás, como forma de enfrentamento ao neoliberalismo e privatizações, o Brasil se posiciona contrariamente a essa medida, que aumentaria o valor de venda do produto. Em 2007, no cenário latino-americano também houve um avanço importante, o Parlamento do Mercosul (PARLASUL), órgão Legislativo e consultivo para os países que integravam o Mercosul. Em 2010, foi criada a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), neste contexto de avanços em projetos integracionistas.

Em espaço de diversidades, a Unasul tenta ser um espaço de interlocução, com intuito de criar consensos a respeito de alguns temas estratégicos, afetos aos países do bloco (GRANATO, 2015, p. 186). O acordo militar da Colômbia com os Estados Unidos em 2009 que permitia os EUA colocarem bases em diversos locais da Colômbia expõe uma das assimetrias dos países da região, que é a abertura ao Americanismo. Com esse acordo, a Colômbia se tornou o quinto país do mundo a receber assistência militar dos Estados Unidos de 1999 a 2004 (DAE-HYEON CHO, 2012, p. 33).

Em 2011, os países emergentes sofrem com a queda do preço das commodities e com

o desaquecimento da economia da China e neste período o Brasil perde um pouco de sua preponderância no bloco. Muito embora o cenário atual, em 2018, seja mais desfavorável à continuidade da Unasul como instituição fortalecida, já em 2007 Samuel Pinheiro Guimarães apontava as dificuldades da Associação,

As negociações para concretizar a UNASUL têm encontrado três distintas resistências: primeiro, a de países que celebraram acordos de livre comércio com os EUA; segundo, a de países que dão prioridade ao fortalecimento do Mercosul e que acreditam que o Brasil estaria ‘trocando’ o Mercosul pela UNASUL; terceiro, a de países que consideram ser necessária uma organização mais audaciosa, com base na solidariedade e na cooperação e não naquilo que consideram ser o individualismo ‘mercantilista’ das preferências comerciais, dos projetos de investimento e do livre comércio. (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 181)

Importante considerar que nos próprios entes que seriam promotores de mecanismos de integração, tais como MERCOSUL e UNASUL, a comunicação não é pautada como elemento estratégico. Na verdade, quando o assunto entra em pauta, mais se assemelha à assessoria de imprensa para o bloco (BRITES & MARQUES DE MELO, 1997, p. 12). No informe do Mercosul (BID, 2015, p. 69) fala-se em construção de organismo interno que trate de política comunicacional para os países integrantes do bloco. A criação de uma Unidade Técnica de Comunicação Social no âmbito do Alto Representante do MERCOSUL teria sido proposta pelo Brasil, com objetivo de difundir informação sobre a entidade, reafirmando sua importância para a região.

Com a ausência de políticas de comunicação voltadas para o desenvolvimento regional, grupos melhores estruturados economicamente são favorecidos, abrindo-se mais ainda para entrada de grupos com capital estrangeiro na região (BRITTES, 2013, p.9). Segundo a autora, há no MERCOSUL tendência de favorecimento dos grupos empresariais no campo comunicacional.

Prova de que quando fala-se de política de comunicação os organismos regionais pensam em questões técnicas ou poucas estruturas relacionadas às telecomunicações foi o acordo firmado recentemente, em 17 de julho de 2019, o que Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai fizeram foi assinar um acordo, que passa a valer em 17 de agosto do mesmo ano, para não cobrança de taxa de roaming internacional para os usuários de telefonia móvel entre os países membros.

Em 2009, ocorre a criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), organismo interno da UNASUL, elaborado para pensar na infraestrutura regional. Com a criação do conselho, há alguns avanços na área de integração

de infraestrutura que propicia desenvolvimento, inclusive, de redes comunicacionais, como cabos de fibra ótica terrestres e marítimos. A decisão de melhorar essas redes está disposta em um documento de 2012 do Conselho, o qual visava melhorar qualidade das comunicações, diminuir custos e tornar mais eficaz a transferência de dados (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p. 177).

O cenário atual, todavia, é de desmantelamento da UNASUL, que se iniciou mais efetivamente em 2018, após diversos países sul americanos enfrentarem uma onda de ataque às próprias democracias e às suas instituições. A cooperação ficou sendo um elemento visto ainda distante, considerando a tomada de posição de alguns países, tais como: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai, que abandonaram a UNASUL em abril daquele ano, o que teria acontecido uma discordância em relação à Presidência tempore da Bolívia.

As seis nações significavam metade dos países que formavam a UNASUL e os países com maior representatividade do ponto de vista econômico no cenário mundial. Neste caso, a mídia em sua maioria, representando interesses políticos contrários à integração regional, produz e reproduz discursos hegemônicos. Para além de movimentos integracionistas, sejam institucionais ou não, a redução das assimetrias, não só no campo econômico, mas também social, cultural é ponto importante a analisar a integração regional. No tocante a isso, Samuel Pinheiro Guimarães aponta alguns casos,

Além da integração da infra-estrutura física em termos de rodovias, pontes, ferrovias e de energia é essencial a integração das comunicações aéreas, pela sua importância para a economia e a política, assim como da mídia, em especial a televisão, essencial à formação do imaginário sul-americano, através do conhecimento da vida política, econômica e social dos países da região, hoje desconhecida do grande público e, portanto, fonte de toda sorte de preconceitos e manipulações que envenenam a opinião pública e afetam os discursos, as atividades e as decisões políticas. A TV Brasil - Canal Integración e a TELESUR são experiências não hegemônicas de integração de comunicações, assim como a iniciativa brasileira de procurar estabelecer um padrão regional de TV digital, com a participação dos Estados do Mercosul, inclusive no processo industrial. (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, p. 182).

O que ocorre é a falta de uma política de comunicação integrada e de longo prazo, que, somados aos impasses estruturais, culturais e as dificuldades de infraestrutura, amplificam o desafio de aprofundar e impulsionar um processo integracionista sul-americano, muito embora a partir da CEPAL, a América Latina tenha deixado de ser apenas uma região, do ponto de vista geográfico, para ser uma questão histórica (FURTADO, 2007), e portanto mais voltada a questões sociais e identitárias. A própria Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) tinha alguns objetivos nesse sentido, dentre eles: superação das assimetrias, construção

da identidade regional e a questão da infraestrutura. A novidade do CDS foi uma associação exclusivamente sul-americana, sem as ligações com os Estados Unidos, que comumente ocorrem em processos comerciais ou políticos da América Latina (NERY, 2016).

2.1.3. Desnacionalização dos meios de comunicação na América do Sul, as permissividades do Estado e a (falta) de regulamentação

A desnacionalização dos meios de comunicação na América do Sul é especialmente observada com a incursão dos governos neoliberais, especialmente a partir de meados da década de 1990 e dos anos 2000. As fusões de grupos, a entrada de capital estrangeiro, todo esse conjunto pode ser observado após guinada política dos governos das regiões para o campo do neoliberalismo (DAMASCENO, 2012, p. 65).

A concentração dos meios de comunicação na mão de poucos donos é também parte da permissividade do Estado para que o sistema continue funcionando como atualmente vigora. Becerra & Mastrini (2017) destacam que quando se fala em concentração é preciso pensar em propriedade, centralização de poder e concentração das audiências. São, portanto problemas que possuem raízes econômicas e políticas (idem, p. 57). Os autores enfatizam, também, que a lógica de concentração dos meios e do capital comunicacional na América Latina estava sob a posse de grupos familiares, o que depois vêm sendo substituído por preferências em espaços de interlocução política, com a finalidade de continuar mantendo seu caráter de conglomerado.

Um passo importante na tentativa de reduzir a grande concentração foi a criação do Conselho de Comunicação social, fruto da Lei 8.389 de 1991 e, também, a norma de 1995 que definiu a televisão a cabo como parte de serviço das telecomunicações (Lei 8977/1995). Em alguns países latino-americanos existiram legislações importantes a fim de garantir maior pluralidade nos meios de comunicação. A Lei 26.552/2009 da Argentina, intitulada *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* foi um passo importante. Não quer se centrar nesta pesquisa na ótica da concentração dos meios de comunicação sob o aspecto dos donos de redes de televisão, espaço em que a concentração de propriedade fica mais aparente. Quando se aborda conglomerados de mídia, sejam eles estrangeiros ou nacionais, a concentração da propriedade é tema latente e precisa ser pauta de debate, uma vez que esses veículos não possuem apenas um jornal, rádio ou televisão, mas uma rede de veículos que, embora possam ser empresas separadas, a difusão de conteúdo é muito similar.

Nesse sentido, a Lei Argentina foi importante para posicionar o Estado como limitador de excessos ou de barganhas para manter as concessões sempre na mão dos mesmos donos de mídia. Ao mesmo tempo, a discussão na Argentina também foi essencial no processo de autonomia comunicacional da região, uma vez que conseguiu incorporar ao debate à sociedade.

Cumprir lembrar que houve no Brasil um importante movimento pela democratização da comunicação como direito público, que surgiu na época de redemocratização do país, entre 1983 e 1984, muito relacionado com contexto de manipulação do ambiente político-eleitoral por parte das organizações Globo, no movimento das Diretas Já. Nesse período surgiu a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, movimentação que orientou a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) para atuação entre 1988 com a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990, é criado o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Em 1994 houve a primeira Conferência dos Jornalistas do MERCOSUL, quando foi entrar em debate a importância das comunicações como campo estratégico, especialmente para os países latino-americanos e sul-americanos.

A questão com o ambiente digital foi não só a concentração dos meios de comunicação na mão de poucos detentores de capital, mas também com produtores de conteúdo de todos os lados, sem muitas demarcações de espaço. Nesse cenário, a sobrecarga de informação passa a ser um problema no que se refere ao uso da própria informação, especialmente se considerado os interesses geopolíticos que permeiam a relação: Estados, Meios de Comunicação e população. A respeito disso, Serrano et al (2013), afirma:

A sobrecarga de informação já demonstrou ser uma das formas mais efetivas de desinformação da cidadania. A censura das ditaduras impedia a divulgação de notícias indesejáveis para o poder. As democracias atuais a substituíram por informações falsas para esconder as verdadeiras, alcançando uma eficácia igual à da censura, mas evitando a acusação de atentado contra as liberdades. (SERRANO et al, 2013, p. 177).

O impasse é que ao mesmo tempo em que nas democracias as mídias e os meios possuem mais liberdade para dar fluxo às suas mensagens, de outro lado, a desinformação pelo excesso de conteúdo gerado ou mesmo pela manipulação, deturpação, omissão, também é percebida no cenário cotidiano atual, como estratégia de garantia de relações de poder nas mãos das nações hegemônicas, sem gerar desequilíbrio nas balanças de poder das grandes potências, portanto (KORYBKO, 2015).

É no âmbito da desinformação e manipulação de dados que surgem algumas guerras

não convencionais no mundo moderno. Segundo Andrew Korybko, uma dessas guerras é a neocortical, um conceito do teórico Richard Szafranski que vem a ser compreendido como esforço para controlar ou moldar instituições ou organismos inimigos, contudo sem destruí-los. De acordo com Korybko (2015), isso é feito controlando as percepções de mundo, consciência, influenciando na vontade do adversário e, conseqüentemente em suas ações futuras. Há nesse tipo de disputa o uso de imagem, linguagem e informações para o controle da mente.

Visto os conflitos atuais que permeiam o campo da comunicação, tornando o acesso e controle sobre a informação mais difusa, há que se pensar a (falta) de regulamentação dos meios, bem como do ambiente digital- em alguma medida para garantir pluralidade de acesso às mais diversas vozes que compõem a sociedade- não é do próprio interesse do Estado, uma vez que ele não é um ente distante ou observador da realidade social, como bem afirmou Hirsch (2005). É ele próprio (o Estado) a correlação de forças na sociedade. É um mundo, conforme Castells (2006) abordava, em que as identidades não são mais necessárias. Segundo o autor, é um mundo de instintos básicos e lutas pelo poder e cálculos estratégicos centrados em si próprios (CASTELLS, 2006, p. 418).

Trazendo a discussão para o cenário atual, importante destacar que mais recentemente, em julho de 2019, começou a tramitar no congresso brasileiro uma proposta de revisão da lei que versa sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; a Lei 12.485/2011. Segundo o art. 4º desta lei, são atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado: produção, programação, distribuição e empacotamento. A proposta até o momento é do senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), com intuito de eliminar as restrições à propriedade cruzada dos meios de comunicação. No âmbito das discussões, estão o fato de que a mudança na legislação resolveria, para a Anatel, impasses entre a Mexicana de telefonia Claro e a Americana Fox, que operam canais de televisão pagos no Brasil. Debate que no setor de radiodifusão brasileiro vem gerando bastante discussão.

2.2. AS COMUNICAÇÕES E OS DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL

As comunicações, especialmente impulsionadas pelas novas tecnologias digitais, como aponta Castells (2006), transformaram, em certa medida o papel da mídia no âmbito político. A velocidade de publicação e alcance das notícias no meio digital, bem como do *feedback* pela audiência, assim como a integração entre meios que tradicionalmente eram muito diferentes (radiodifusão, telecomunicações, cabodifusão), aprofundaram ainda mais esta

tendência. A própria democracia também passou a sofrer impactos dessas transformações tecnológicas, especialmente no que tange à garantia da liberdade de expressão e do direito a um bem inerente ao poder comum, como o acesso à informação.

O Estado, para Serrano et al (2013), passa a enfrentar um novo rol de desafios, diante dos quais passa a ter um papel fundamental de regulador e garantidor da democracia:

Estamos diante de um novo desafio: encontrar um método para que os cidadãos possam recuperar seu direito à informação através do Estado, de quem precisamos exigir o cumprimento de seu dever de garanti-lo. Nós, cidadãos, devemos dar poder a esse Estado, e ele, por sua vez, deve nos dar o controle. Essa é a verdadeira liberdade de imprensa numa democracia (SERRANO et al, 2013, p. 82).

Não só a democracia sofreu impactos da influência das redes, fluxos, do poder, da mídia, mas também a construção da identidade. Quando Castells (2006, p. 22) define identidade, o teórico defende a pluralidade do termo e em como isso é fonte de tensões e contradições, muito pela necessidade em distanciar e diferenciar identidade de papéis, na esfera social.

De que a identidade é construída, isso é ponto pacífico para muitos autores, dentre eles o próprio Manuel Castells. Há elementos ou atributos culturais que, em determinado grupo, (co) existem e caracterizam-se pelo o que se chama de identidade. É possível desenvolver o raciocínio, a partir do que relata o autor, a respeito da questão identitária, que quem a constrói, em grande parte é quem domina os conteúdos simbólicos. Nesse sentido, a mídia tem (grande) peso nesse processo,

Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (CASTELLS, 2006, p. 24).

A ideia de aldeia global, tratada por McLuhan na década de 1960, em que os fluxos de comunicação seriam menos hierarquizados e mais horizontais, não se produziu na prática. Pode-se observar exemplo disso com a dependência midiática das periferias e semiperiferias no sistema internacional, que em grande parte dependiam das agências de notícias para acesso e difusão da informação. As agências sempre foram originárias de países hegemônicos, tal como as consolidadas: Reuters (Britânica), EFE (Espanhola), AFP (Francesa), dentre outras dominantes no cenário mundial. Que, com ou sem digitalização e aumento dos fluxos comunicacionais mantiveram sua hegemonia, poder e influência na opinião pública e, conseqüentemente, nos processos identitários latino-americanos.

Houve, na América Latina, uma dependência audiovisual, em especial de países do norte. E, essa dependência, advinda do campo econômico e, também de condições estruturais, refletiu na própria construção da opinião pública latino-americana sobre temas que entravam na agenda midiática, porém, sob a ótica do centro. O processo de globalização, digitalização, na América Latina atraiu *players* de mercado,

Bancos e fundos de pensão passaram a investir atraídos pela expectativa de alta rentabilidade com a explosão digital. Isso significou uma interseção cada vez maior entre capital financeiro e capital midiático, cujas principais evidências são: a) garantia de suporte financeiro à aguda internacionalização da indústria de bens simbólicos; b) financiamentos bancários a compras, fusões e infraestrutura tecnológica; c) sociedades e participações cruzadas que asseguram aos bancos cotas acionárias e parcerias em projetos de entretenimento (parques temáticos, superproduções de Hollywood, turnês de astros da música pop); e d) interferência do trade financeiro em ações estratégicas dos conglomerados de comunicação. (MORAES, 2013, p. 24).

A questão dos meios de comunicação perpassa por um aspecto central que tem sua base na economia mundial. A oligarquia financeira internacional se impõe e atua e o que se observa como consequência é a subordinação ideológica e a interferência do capital financeiro no produto comunicacional é cada vez maior no cenário mundial, especialmente no caso de países semiperiféricos, que adquiriram (tardiamente) determinada autonomia de produção de conteúdo audiovisual e digital. No tocante a isso Gullo (2018), explicita:

El establishment mundial- cuyo núcleo duro está siempre constituido por la oligarquía financiera internacional-, utilizando los medios masivos de comunicación, viene llevando adelante desde hace décadas una nueva política de subordinación ideológico-cultural de todos los pueblos y naciones del mundo. Se trata de una nueva forma de imperialismo cultural, de una nueva forma de poder que hasta ahora no se había aplicado, de forma absoluta nunca antes: el biopoder. El establishment mundial viene realizando una lenta y casi imperceptible "revolución anestésica", tendiente a adormecer la consciencia de los pueblos a fin de imponer de manera definitiva los valores típicos de la sociedad de consumo: conspicua, predatoria, individualista e apolítica. (GULLO, 2018, p. 205).

Então, como pensar em construção de identidade da América-Latina, sob a influência do processo comunicacional dos países hegemônicos, pós período de digitalização dos meios de comunicação; ampliação dos fluxos informacionais, sem considerar que esse processo passou por dependência econômica e desconsiderou em grande medida nossas características culturais, com o cuidado que merece o enquadramento dos temas pelos veículos midiáticos ao entrar na agenda de discussões.

Por nuestra parte, creemos necesario agregar que, desnacionalizados los medios de comunicación, aumenta la posibilidad de que estos sean utilizados para se instalar debates supérfluos que desvíen la atención de la sociedad de los verdaderos problemas esenciales. Esos debates supérfluos, instalados como temas centrales, actúan como verdaderas “maniobras de distracción”, a veces planificadas desde el centro del poder mundial. (GULLO, 2018, p. 203).

A democratização dos meios de Comunicação entra na agenda de discussões há algum tempo na América Latina, impulsionada pela realidade empírica de grande concentração dos meios e formação de oligopólios. A nova cultura popular e, também, política reflete o jogo de forças entre sistemas de mídia diferentes, o da radiodifusão comercial e o destinado a um público menor e alternativo (JENKINS, 2009, p. 291). No entanto, na prática percebe-se pouca efetividade na construção efetiva de medidas que alterem esse quadro.

En la actualidad, el debate en torno a la concentración se há tornado más complejo debido a la masificación de internet, que por un lado permite la multiplicación exponencial de los mensajes emitidos, al mismo tiempo que genera empresas globales como Facebook y Google que dominan partes crecientes de los ingresos (vía publicidad) mundial del sector. Noam (2016) sintetiza de forma adecuada el nuevo debate: para algunos, el poder de los conglomerados de medios nunca ha sido tan importante, mientras que para otros, internet ha traído apertura y diversidad. (BECERRA & MASTRINI, 2017, p.24)

Muito embora Erick Untiveros (2014) fale de da democratização dos meios de comunicação tomando por base seu caso de estudo que é sobre a Televisão Digital na Bolívia, a conceituação que o autor faz a respeito da democratização da comunicação pode ser utilizada pensando em um contexto mais amplo de meio de comunicação. Para o autor, é preciso considerar quatro aspectos ao falar de democratização: o da propriedade, do sinal eletromagnético, da recepção e da presença social dos conteúdos nos meios (UNTIVEROS, 2014, p. 116).

2.2.1. Histórico dos processos de Integração na América do Sul e suas relações com a comunicação: do Mercosul e Unasul e os impasses atuais

No âmbito dos processos integracionistas, as ações no campo comunicacional como estratégia para consolidar a integração dos países integrantes dos blocos, ainda são muito incipientes. No cenário integracionista da região, cabe ressaltar que em 2014 houve no Mercosul a citação ao termo “Acesso à informação”, na diretriz para política comunicacional. Importante destacar que o papel da comunicação consiste também em contribuir para que a

população tome suas decisões, em esferas políticas e sociais. Contudo, para os tomadores de decisão, essa ainda não é pauta prioritária.

Dentre as iniciativas, a Unasul (União de Nações Sul americanas), em 2012, elaborou uma resolução autorizando a criação do Centro de Comunicação e informação da Unasul, oficina tecnológica e sala de imprensa. O intuito do documento foi promover, por meio da comunicação, maior integração entre os países membros da entidade.

Com o ambiente e plataformas digitais de produção de conteúdo midiático e tentativas de regular a concentração ou garantir maior presença de conteúdo regional no que é tratado como informação por esse veículos, ainda é difícil perceber priorização de conteúdos que abordem nossa própria realidade regional. Na medida em que o conteúdo que, antes era produzido para televisão, de rádio, de jornal impresso, deixam de ter a especificidade de espaço de publicação – não a especificidade quanto à linguagem e técnica jornalística – e passam a estar presentes em um único meio, com rápido acesso e conversão em métricas de audiência (passíveis de regulação e manipulação): a internet, a informação fica ainda mais difusa.

Uma questão que se impõe no pensamento da produção de conteúdo no momento pós digitalização e que em alguma medida é impasse para integração dos países da região é a imediata conversão desse produto intelectual a serviço do capital financeiro. A respeito disso, Jambeiro (2004),

A base ideológica dessas tendências está em que a informação, as comunicações, os mídia, a informática e a indústria eletro-eletrônica passaram a ocupar um lugar central no processo de acumulação de capital. O efeito imediato desta evolução foi a revisão das leis, decretos e regulamentos que normalizavam o setor. A isto se deu o nome de desregulamentação ou reregulamentação. Sob a influência desta – e da privatização, que lhe dá consequência- com considerável assistência dos estados nacionais, a tecnologia aprofundou e estendeu a habilidade das empresas para tornar mercadorias os produtos da Telemática - que são, em essência, informação sob variadas formas. (JAMBEIRO, 2004, p. 75).

Importa refletir em que medida que poder esses fluxos comunicacionais influenciam nos processos de uma possível (des)construção de identidades latino-americanas e, também, se nessa trajetória (perceptivelmente) mais proposital de inserção de conteúdo simbólico e ideológico na tentativa de desintegrar a região não contribuem em alguma medida para formação de mais identidades de resistência, como descreveu Castells (2006). Os fluxos, mudam e de alguma forma enfraquecem os Estados Nacionais. Milton Santos aborda que,

O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados nacionais. (SANTOS, 2008, p. 32).

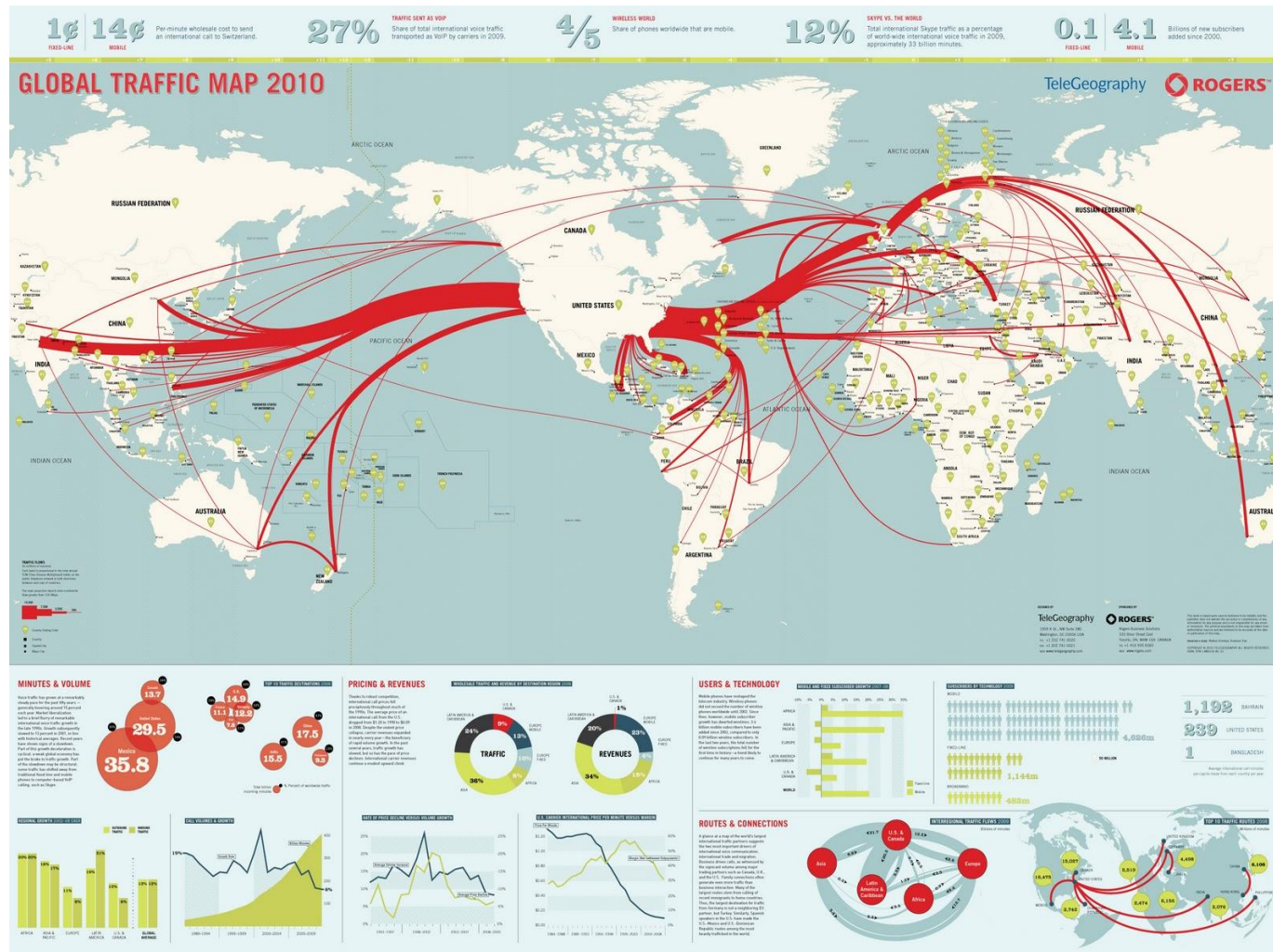
Ousado seria pensar, se de alguma maneira, mesmo que com vozes individuais, sobre lutas próprias de alguns grupos, no futuro não auxiliariam na construção de uma plataforma midiática latino-americana que produza conteúdo a partir da própria região, com ferramentas próprias, comunicadores próprios e com força capaz de impor forte presença midiática, ainda que somente no ambiente digital, para se sobrepor às redes de centro?

2.2.2. Estrutura física de Comunicações e o atraso da América do Sul

O investimento em infraestrutura é precário no contexto sul-americano. A infraestrutura de transporte, comunicação e energia não é diferente. Investimentos esses que levariam a integração nacional e geração de produtividade. Estima-se que nas últimas décadas houve ao menos na área das telecomunicações redução dos custos estruturais, com os avanços na área da informática. Evoluções que permitiram automatização de processos e melhora na qualidade dos serviços (SANTIAGO, 2011, p. 32). No entanto, é possível depreender que melhora na qualidade do serviço não significa diversificação de conteúdo.

A estrutura de telecomunicações, cabos de fibra ótica, satélites, enfim, o aparato físico que possibilita com as que as redes de comunicação se interliguem e os fluxos se formem e realmente aconteçam, também é outro fator importante a ser observado na América Latina e América do Sul. Historicamente, a falta, escassez ou deficiências dessa infraestrutura ocasionou atraso nos processos de desenvolvimento e acabou por fortalecer a situação de dependência dos países latino americanos, em especial do cone sul em relação, às grandes potências, principalmente dos Estados Unidos, que detinham o controle da maior parte dessas redes. A título de exemplo, o cartograma da figura 1, que trata da Geopolítica dos fluxos globais de comunicação centralizados nos EUA

Figura 1 Geopolítica dos fluxos globais de comunicação centralizados nos EUA



Fonte: TeleGeography (2010).

Isto fazia com que no caso do Brasil, por exemplo, o país se tornasse dependente desta infraestrutura para realizar grande parte de suas comunicações internacionais, mesmo com seus vizinhos sul-americanos, uma vez que grande parte dos cabos de fibra ótica do mundo, e principalmente os das Américas, Atlântico e Pacífico, passam pelos Estados Unidos. Na década de 1960, a situação do Brasil na área de telecomunicações era precária, o que representava estrangulamento do desenvolvimento econômico do país (MACHADO ARROIO, 1995, p. 61). É somente em 1985 que o maior país latino-americano instala sistema doméstico de telecomunicações por satélite, o que em alguma medida significava integração do território nacional.

O campo da Economia Política da Comunicação, citado anteriormente neste estudo, retoma sua força na década de 1990 e trata justamente da mercantilização do setor comunicacional. Dada as dificuldades estruturais que nos fizeram em alguma medida dependente do capital estrangeiro para equipar nossa infraestrutura, o autor levanta a necessidade de se discutir os marcos regulatórios comunicacionais,

Frente a la creciente mercantilización del sector comunicacional y la transformación de los marcos regulatorios para promover los intereses comerciales, es cada vez más necesario revalorizar las investigaciones de una Economía Política de la Comunicación que rescate los análisis sobre las relaciones de poder, reinstale el problema de la estratificación y las desigualdades de clase y, en términos generales, no se desentienda del análisis de las condiciones de producción, distribución e intercambio de la industria cultural. (MASTRINI, 2017, p. 143).

O problema da dependência do capital financeiro estrangeiro para o desenvolvimento do setor não é só a influência de outros países em nosso território e nossas relações políticas, identitárias e culturais, mas o fato de que se não há incremento de verba externa, nosso desenvolvimento no campo comunicacional fica estagnado. Ao mesmo tempo em que na década de 1960 houve entrada de capital Estado Unidense na América Latina, propiciando avanços no setor televisivo, na década de 1970 já há redução da entrada de capital, que é quando os Estados Unidos consolidam a TV a Cabo e o monopólio americano em nossa região já estava consolidado (DAMASCENO, 2016, p. 53).

A questão da infraestrutura que garanta uma autonomia comunicacional dos países latino-americanos, perpassa pela dependência do capital externo, o que impacta em aspectos mais subjetivos, como a identidade dos próprios países sul-americanos. Se pensada a questão da soberania, com o processo de globalização e as definições de território, Milton Santos

(2008), explica:

Com a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas públicas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa. Em outras palavras, a contradição entre o externo e o interno aumentou. Todavia, é o Estado nacional, em última análise, que detém o monopólio das normas, sem as quais os poderosos fatores externos perdem eficácia. Sem dúvida, a noção de soberania teve de ser revista, face aos sistemas transgressores de âmbito planetário, cujo exercício violento acentua a porosidade das fronteiras. Estes, são, sobretudo, a informação e a finança, cuja a fluidez se multiplica graças às maravilhas da técnica contemporânea. Mas é um equívoco pensar que a informação e a finança exercem sempre sua força sem encontrar contrapartida interna. Esta depende de uma vontade política interior, capaz de evitar que a influência dos ditos fatores seja absoluta. (SANTOS, 2008, p. 38).

O que Milton Santos deixa claro é que mais do que questões econômicas, estruturais e territoriais, diversas mudanças no cenário geopolítico dependem de vontade política. Cabe ressaltar, nesse sentido, que no âmbito político, em 2000 a IIRSA, que consistia na Iniciativa para a integração de infraestrutura Regional sul-americana, tinha como objetivo conseguir prover para a região a estrutura necessária para desenvolvimento de algumas áreas, dentre elas: transportes, energia, comunicação (PADULA, COSTA, 2007, p. 147). A proposta estava centrada no fato de que esses setores e suas evoluções significariam maior integração comercial e social da região.

Em alguma instância, essas últimas identidades são de (extrema) relevância para analisar o contexto midiático latino-americano, constituído sob hegemonia de países centrais, já de forma dependente, seja no início de capital para garantia de estrutura física e tecnológica que propiciasse o avanço das comunicações; seja, posteriormente, de meios e atores promotores de difusão da informação e construção de plataformas de informação digitais.

A pensar nos avanços sul-americanos com relação à infraestrutura que propicie o desenvolvimento físico da comunicação, importante considerar que a Argentina realizou pela primeira vez em 2015 o lançamento do primeiro satélite de Telecomunicação da América do Sul. Um deles permitiria serviços de televisão direta, acesso à internet para recepção em antenas VSAT e transmissões de dados de telefonia IP na América.

Em 2013, o COSIPLAN, da UNASUL, iniciou um projeto intitulado “Rede para a Conectividade Sul-americana”, para interligação de redes de fibra ótica entre os países da região. Esta iniciativa se sustentava através de parcerias multilaterais e binacionais, como a que foi firmada entre a brasileira Telebrás e a Uruguia Antel e inaugurou essa conexão entre Santana do Livramento, no Rio do Sul e Riviera, no Uruguay. A ideia da interligação era que

o tráfego de dados circulasse entre as redes locais de forma mais direta.

No Brasil, adoção do modelo Japonês de TV Digital também gerava uma expectativa maior de definição de imagem e, sobretudo, interatividade, o que não ocorreu. Embora os radiodifusores já soubessem que esse modelo não priorizava a multiprogramação e a interatividade, o que lhes agradava mais (GOBBI, 2010, p. 37). As novas tecnologias, na medida em que acabam transformando a indústria, são denominadas disruptivas, porque além da mudança no cenário, elas ocasionam a criação de modelos de negócios na área de Comunicação. A TV digital com esse carácter disruptivo poderia ter sido importante transformadora do cenário comunicacional, embora desagradasse o setor publicitário, considerando a possibilidade de multiprogramação e a interatividade que alteraria substancialmente, por exemplo, a questão de audiência e definição de horário nobre, o que atualmente ainda é base para tabela de veiculação de publicidade e definição de preço.

O Brasil ficou 13 anos negociando o modelo de televisão digital, entre 1994 e 2007, visto que a definição do modelo apresentava consequências tecnológicas e econômicas para a indústria de eletrônica no Brasil, e, também apresentava desafios para a soberania nacional e autonomia estratégica do país (HERZ, 1994, 2002 e 2006). O debate foi fortemente influenciado por questões políticas, mais do que técnicas, e por disputas entre grupos de interesse vinculados aos grandes conglomerados de comunicação já existentes no país (HERZ, 2006).

Por fim, o país acabou adotando um modelo e uma forma de fazer TV digital baseado principalmente na conversão do sinal de imagem analógico para o digital, a chamada modulação. As outras oportunidades relevantes para o contexto social, como a interatividade não entraram na discussão. É relevante memorar que até mesmo a própria televisão tradicional já havia sido elitista no país, acessível a poucos, até se tornar veículo de massa.

No Brasil foi adotado o modelo Japonês, também defendido pelas empresas de radiodifusão, por não cobrar royalties, oferecer como contrapartida a instalação de uma fábrica de semicondutores no país, eliminando a importação de peças e aparelhos e por permitir maior interatividade aos espectadores. Esse modelo apresentava algumas restrições à transmissão de imagens pelos aparelhos celulares, motivo pelo qual as operadoras de telefonia móvel contra argumentavam pela adoção do sistema europeu. Isso já foi resolvido com a adoção dos sinais ISDB-T (padrão japonês), incorporando inovações tecnológicas definidas pelo Comitê de Desenvolvimento, que resultou no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTDT-T). (MARQUES; LEITE, 2010, p.134).

Como apontam os autores, referenciados acima, a única qualidade oferecida pelo atual modelo de televisão digital brasileiro é a qualidade da imagem. E, ainda há, portanto, um

domínio dessas tecnologias por parte de quem fornece e oferece o conteúdo, quando a proposta seria de convergência, mobilidade, portabilidade.

Destacamos que o conceito de convergência utilizado por este estudo é trazido por Untiveros (2014). Apesar de o autor utilizar a exemplificação de convergência a partir da discussão a respeito da TV digital, é possível retirar o essencial de sua obra a fim de pensar a convergência no ambiente digital. A BBC foi exemplo disso, ela abriu seu conteúdo televisivo ao meio digital (JENKIS, 2009, p. 325).

Uma das formas de convergência, para Untiveros (2014) seria com relação à recepção do conteúdo, quando acontece confluência das audiências de realizadores e produtores na geração de conteúdo digital interativo. Outra forma de convergência conceituada pelo autor é a de programação. De acordo com o teórico, a forma de emitir o sinal cria convergência de programação na mesma banda (UNTIVEROS, 2014, p. 96). Para Jenkins (2009), convergência tem relação direta com o fluxo de conteúdos em múltiplas plataformas de mídia, com a cooperação de vários mercados de mídia e com certa migração do público dos meios de comunicações tradicionais que procuram o conteúdo que desejam em qualquer lugar (JENKINS, 2009, p. 29).

Para Untiveros, embora seja importante dizer que seu lugar de fala seja a Bolívia, o mais importante do que toda a questão técnica que engloba a televisão digital e os novos meios de comunicação, é o fato de que a TV digital deveria construir conhecimento social a partir da diversidade cultural, com a tolerância de nossas diferenças, trabalhando por uma sociedade mais plural, construindo reconhecimento das identidades (UNTIVEROS, 2014,p. 102).

As vantagens da convergência são muito exploradas pelos conglomerados de mídia, uma vez que a convergência cria vários modelos de negócios, explora diversas formas de vender conteúdo. A BBC foi um dos conglomerados mundiais que teve grande importância no processo de digitalização, o que representou uma mudança de paradigmas dos negócios midiáticos. Em 2005 ela já digitalizou grandes segmentos do próprio acervo e criou conteúdo em streaming disponibilizando o material na internet (JENKINS, 2009, p. 325). A aliança da indústria midiática por meio da convergência de conteúdo e utilização do ambiente digital evidenciou um caráter disruptivo das novas tecnologias, trazendo mudanças no público apenas como quem recebe o conteúdo.

A internet, por si só, já foi uma dessas novas tecnologias, com caráter disruptivo, que trouxe novas possibilidades ao consumidor, o qual em grande parte do tempo deixou de ser

apenas receptor de informação e dados, mas também produtor de conteúdo. No entanto, na questão estrutural, enfrentamos alguns problemas para o desenvolvimento. Ao comprar a licença do 3G, por exemplo, a empresa adquire o direito, mas não tem a obrigação de investir em uma rede de telefonia móvel (STILLE, LEMME & BRANDÃO, 2011, p. 242). Segundo os autores, em 2007 foram leiloadas licenças para exploração do serviço de telefonia móvel, com tecnologia 3G (STILLE, LEMME & BRANDÃO, 2011, p. 243).

Atualmente, discute-se a tecnologia 5G, desenvolvida pela empresa Chinesa Huawei. A China vem trabalhando para que suas empresas desenvolvam tecnologias nesse âmbito há pelos menos 10 anos. Contudo, a discussão mundial, é que para além de ser a quinta geração de tecnologia de telefonia móvel, o debate perpassa necessariamente pela questão da segurança cibernética. (KASKA, BECKWARD, MINÁRIK, 2019, p. 19).

2.2.3. Os efeitos da digitalização e as mudanças recentes nas comunicações

O que está posto no contexto pós globalização é de que a sociedade não é mais aquela que busca consolidação do poder terrestre ou expansão do poder marítimo, como visto anteriormente na relação com a Geopolítica clássica. Pensamento comum era de que em alguma instância isso influenciaria em processos e fluxos comunicacionais e no poder mundial. Perceptível é, com a mundialização, a transnacionalização de questões econômicas, financeiras, do capital e de conglomerados empresariais, os quais deixam de estarem fixos em suas nações e passam a ter entrada e domínio de relações, sejam elas políticas, ideológicas, de outros países. No que se refere a isso, Messias Costa (2016), afirma que,

Quanto à mundialização das relações econômicas, sob o comando do capitalismo financeiro-industrial e, notadamente, dos grandes conglomerados empresariais, trata-se também de tendência já observada e interpretada há pelo menos um século. Afinal, desde as análises pioneiras de Marx sobre o capital bancário e seu papel na formação das “sociedades anônimas”, passando pelos estudos de Lenin sobre os trustes e cartéis, ou mesmo de Hilferding sobre o capital financeiro, a natureza e o significado das chamadas multinacionais e a constituição do “sistema mundial” tornaram-se fenômenos sobejamente conhecidos. Em rigor, resta saber até que ponto a atual “revolução tecnológica” estaria alterando o mecanismo básico dessa “mundialização”. (MESSIAS COSTA, 2016, p. 314).

Observa-se, portanto, que após a globalização a sociedade torna-se mundial, não há mais isolamento das nações por condições geográficas, populacionais ou por falta de mobilidade. Assim como as experiências se cruzam, entrecruzam-se também a informação, as pessoas, bem como as pressões. A respeito disso, Nogueira (2007) explicita:

Nesse cenário, os Estados nacionais ficam submetidos a toda sorte de pressões e restrições. Sua soberania, suas estratégias de inserção, suas redes de comunicação, suas estruturas e suas perspectivas de poder acabam por ser condicionadas pela movimentação, pelos projetos e pelos interesses de inúmeros atores transnacionais, alguns dos quais extremamente poderosos. (NOGUEIRA, 2007, p. 31).

Manuel Castells destaca a entrada da política nos próprios meios. Embora ele olhe para o contexto audiovisual e midiático estado unidense, cabe também olhar para América Latina, sob viés similar e pensar em quem são os meios e qual autonomia eles possuem frente ao capital financeiro. Castells (2006), ao analisar a mídia dos Estados Unidos, retrata como alguns veículos de comunicação, até mesmo estatais, se associaram ao capital privado para garantir a própria sobrevivência frente ao processo de globalização que se instalava. E, também, a se beneficiarem da regulação, garantir acesso a informações. Diante do cenário, o autor insiste na autonomia dos meios de comunicação como elemento crucial:

Desde que os meios de comunicação mantenham relativa autonomia em relação ao poder político, os atores políticos acabam tendo de obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia. A política passa a ser inserida na mídia. (CASTELLS, 2006, p. 370).

Quando aborda a questão da sociedade em rede, Castells (2006) aponta para consequências diretas das novas tecnologias de informação e os impactos na busca pelo poder. O autor coloca, ainda, como ponto chave desse processo, a maneira como os meios de comunicação se converteu em espaço privilegiado de discussão e exercício da política. O *Youtube* que seria um espaço aberto, e a princípio mais democrático, já distribui de forma bastante desigual o conteúdo audiovisual e cultural, o que nos faz pensar que uma plataforma aberta não garante necessariamente diversidade. (JENKINS, 2009, p. 366).

As novas tecnologias de comunicação, como destacado anteriormente por Castells (2006), transformaram, em certa medida o papel da mídia na esfera da política. A convergência de diferentes meios de comunicação, a velocidade de publicação (quase instantânea), a possibilidade de descentralização e multiplicação de fontes de informação e o alcance das notícias no meio digital, bem como o papel do feedback dado pela audiência, foram os principais vetores deste processo. Antes do processo de digitalização, observado na América Latina no contexto pós 1990, as fronteiras, os espaços e fluxos estavam mais claramente demarcados, de forma que era mais clara a delimitação do território em que os veículos de comunicação atuavam e exerciam influência. A digitalização dos meios de comunicação rompeu muitas destas barreiras e “fronteiras” existentes até então, constituindo novos desafios não apenas para a gestão e regulamentação dos meios de comunicação, como

para os Estados nacionais exercerem sua soberania sobre seus próprios territórios, tanto no sentido físico como virtual.

É possível afirmar, que em certa medida, como relata Messias da Costa (2016), a partir da perspectiva de Raffestin, no que se relaciona ao conceito de território, há na área midiática uma certa territorialização do espaço, domínio de infraestrutura física de transmissão e dominação do espaço de difusão do conteúdo, como forma de dominação ideológica e projeção de poder,

Quando ao conceito de território, Raffestin não tem dúvida de que os geógrafos, vêm, equivocadamente, confundindo-o com o de espaço, este sim, a seu ver, o conceito central. Para ele, apenas quando os “atores” se apropriam de um espaço é que este se torna território, ou seja, “territorializam” o espaço. Por isso, interessa-lhe o modo pelo qual esses “atores” (os proprietários, por exemplo) projetam no espaço as representações de suas relações de poder. (MESSIAS COSTA, 2016, p. 320).

Evidente é que no contexto pós digitalização, a hegemonia das nações também se estabelece a partir do investimento em desenvolvimento científico e tecnológico, que propiciem um fluxo mais rápido de informação, maior alcance, interação e engajamento do público, seja ele de onde for, não há mais fronteiras para o mundo comunicacional e geopolítica mundial perde a noção de território como base fixa. Com o processo de digitalização que se inicia de maneira mais contundente nos anos 1990, a mídia personalizada era um dos ideais da revolução digital desse período, fazendo crer que a mídia digital “libertaria” as pessoas das amarras dos meios de comunicação de massa (JENKINS, 2009, p. 327).

As relações de poder, que interlaçam o campo da Geopolítica e da mídia, são (muito) marcadas pela inserção dos interesses oriundos dos meios de comunicação na agenda pública da sociedade. Contudo, é primordial refletir sobre o papel da imprensa para a democracia e, sobretudo, para processos integracionistas, quando se pensa no contexto regional. O ambiente digital e a convergência trouxeram novas formas de participação e colaboração na produção do conteúdo midiático, tentando criar um equilíbrio de poder do Estado e das corporações com o poder que as comunidades passam a ter em mãos (JENKINS, 2009, p. 328). Em tempos de disseminação de um volume elevado de informações e, muitas delas falsas, os meios de comunicação são estrategicamente indispensáveis para o fornecimento de informações, ao menos corretas e apuradas. A política de participação, extremamente necessária no campo das Comunicações, começa com o pressuposto de que podemos ter maior poder coletivo de barganha enquanto sociedade (JENKINS, 2009, p. 332).

Antes do processo de digitalização, observado na América Latina no contexto pós 1990, os espaços e fluxos possuíam uma demarcação maior do território em que os veículos de comunicação atuavam e exerciam influência. Quando aborda a questão da sociedade em rede, Castells (2006) aponta para consequências diretas das novas tecnologias de informação e os impactos na busca pelo poder. O autor coloca, ainda, como ponto chave desse processo, a conversão dos meios de comunicação em espaço privilegiado da política.

2.3. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E MARCOS REGULATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA COMO DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Com as colocações feitas durante o estudo, importa ressaltar a comunicação como elemento chave na estratégia em qualquer processo integracionista ou na garantia de direitos básicos, inerentes à democracia, à população. Observa-se que incipientes foram as iniciativas de entidades cujo objetivo seria voltado à integração latino-americana e sul-americana, como UNASUL e MERCOSUL, no sentido de repensar as políticas de comunicação dos países membros ou propor meios para que houvesse maior integração entre a comunicação dos próprios países integrantes dos blocos regionais.

Em uma discussão mais ampla, faz-se necessário refletir sobre as políticas e marcos regulatórios de comunicação na América do Sul, o que perpassa a compreender o cenário para além dos marcos jurídicos. É, sobretudo, entender como opera o setor financeiro e a analisar a questão a partindo da perspectiva da Economia Política da Comunicação, especialmente se tomado como exemplo o setor audiovisual no Brasil (BOLAÑO, 2003, p. 31).

No tocante à presença de capital estrangeiro no Brasil, foi criada a taxa aos canais e distribuidoras de programação internacional. Neste mesmo período tivemos outros avanços importantes, como a Política Nacional de Cinema, a criação da Agência Nacional de Cinema, a ANCINE (BOLAÑO, 2003, p. 66). A privatização da Telebrás e a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a Lei Geral das Telecomunicações, promulgada em 1997, no Brasil, alteram algumas regulações do setor midiático, embora tenhamos tido alguns avanços nos marcos regulatórios, quem continua ditando as regras na prática seja o mercado (BOLAÑO, 2003, p. 41). Em 2002, o Brasil enfrenta a outra fase da regulação da radiodifusão com a aprovação de emenda constitucional permitindo entrada de capital estrangeiro no setor.

Em âmbito regional, cabe citar a Argentina, que de forma semelhante ao Brasil também associa seu sistema de comunicação ao capital estrangeiro. Em 1989, com Carlos

Menem no poder são feitas mudanças nos marcos regulatórios do país, liberando a alta concentração dos meios e formação de grandes monopólios (BOLAÑO, 2003, p. 80). Em 1990, na Argentina, são privatizadas as empresas de Telecomunicações, que começam a ser controladas por monopólios. Em 1991 Carlos Menem assina acordo com a Americana, CEI, que posteriormente passa, lado a lado com o Grupo Clarín a controlar o setor de Telecomunicações no país.

Segundo Bolaño (2003), em 1996, os países integrantes do MERCOSUL assinaram Protocolo de Integração Cultural. O intuito era servir como meio de Intercâmbio, capacitação de pessoas e circulação de bens culturais entre as nações vizinhas. Foi um passo importante que demos para estimular que ao menos pudemos conhecer a cultura sul-americana e nos sentirmos latino-americanos.

Castells (2006), ao analisar a mídia dos Estados Unidos, retrata como alguns veículos de comunicação, até mesmo estatais, se associaram ao capital privado para garantir a própria sobrevivência frente ao processo de globalização que se instalava. E, também, ao se beneficiarem da regulação, garantir acesso a informações. Diante do cenário, o autor insiste na autonomia dos meios de comunicação como elemento crucial, desde que os meios de comunicação mantenham relativa autonomia em relação ao poder político, os atores políticos acabam tendo de obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia (CASTELLS, 2006, p. 370). Ocorre que diferente da questão da propriedade dos meios, que chegou a ter alguma discussão jurídica e Legislativa, nunca houve no Brasil uma política voltada aos produtos nacionais no setor de radiodifusão, Telecomunicações e tampouco o conteúdo digital (BOLAÑO, 2003, p. 85). A difusão de conteúdo nacional ou ao menos um equilíbrio entre a quantidade de produto comunicacional estrangeiro, perpassa por aspectos culturais e sociais, como cidadania.

Quando fala em cidadania, Manuel Castells destaca exatamente a entrada da política nos meios. Embora ele olhe para o contexto audiovisual e midiático dos Estados Unidos, cabe também olhar para América Latina, sob viés similar e pensar em quem são os meios e qual autonomia eles possuem frente ao capital financeiro.

A mídia retrata fatos, fazendo o processo de ressignificação, a partir da construção da notícia, referindo-se a acontecimentos seja sobre atores sociais ou a partir da perspectiva deles. Nesse contexto, o teórico debate identidade e democracia como elementos importantes. Importa pensar no controle dos fluxos, na sociedade e na influência nos processos democráticos e na questão da identidade. Para ele,

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto representação quanto na ação social. (CASTELLS, 2006, p. 22).

Com a sociedade em rede, aponta Castells (2006), que os meios de comunicação galgaram mais poder do que já possuíam, conseguiram burlar os controles políticos e estatais, facilitado pela interconexão global, pelas novas tecnologias que propiciaram outro tipo de atuação no campo midiático. Com a digitalização e advento de novas ferramentas de produção de conteúdo, disponíveis a uma grande massa, as tecnologias colocam recursos que antes eram acessíveis apenas aos meios de comunicação, candidatos, partidos, ao cidadão comum (JENKINS, 2009, p. 368).

Analisar as relações de poder e os meios de comunicação, é também refletir sobre o acesso à informação, que se para alguns é privilegiado a essa ferramenta de participação política, de conhecimento; para outros, de acordo com Castells (2006) há a possibilidade de induzir à sociedade do espetáculo, se observada a volatilidade dos meios. Para ele, inclusive, há uma certa fusão do espetáculo e do entretenimento, dada à perspectiva midiática que tomou espaço no contexto social e as relações, até promíscuas, entre campo midiático voltado a produzir jornalismo, com a publicidade.

Embora os fluxos comunicacionais tenham sido facilitados por todo processo relatado, houve também um acréscimo significativo de difusão de notícias falsas. E, em uma sociedade em que cada vez menos as pessoas conseguem ler, dialogar e checar o que recebem como conteúdo, o contrafluxo de informação tem funcionado bem e confundido o cidadão. É um pensamento comum de vermos as tecnologias como ferramentas democráticas, elas parecem ser promotoras de cultura da participação, tendemos a ver mídia alternativa como resistente e não reconhecemos que por vezes as pessoas utilizam-se apenas dos meios aos quais possuem mais acesso (JENKINS, 2009, p. 369).

O conceito de Cultura da Participação do qual fala Henry Jenkins (2009, p.30), contrasta com a noção mais antiga de passividade que se tinha na área de comunicação a respeito do receptor de conteúdo. A “utopia realizável”, da qual falava, Pierre Lévy, ainda está distante. Nossa comunicação inserida no sistema geopolítico desenhado atualmente nos coloca distante, também territorialmente, de recursos, meios e formas de desenvolvermos uma comunicação mais autônoma, democrática, soberana e favorável a valorizar nossas diversas

culturas latino-americanas. O acesso e desenvolvimento de comunicação mais cidadã é outro desafio a ser colocado na ordem de preocupações dos processos de integração regional, para além dos marcos regulatórios dos meios midiáticos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esse capítulo demonstrou um pouco da formação dos Estados nacionais, aliados à importância na busca por autonomia e soberania estatal, o que envolve também a comunicacional. Aliado a isso, discutiu-se o histórico dos processos integracionistas da América do Sul que obtiveram maior expressão e conseguiram galgar resultados importantes para a região, pontuando, sobretudo o contexto de criação da própria UNASUL. Algumas ponderações a respeito da desnacionalização dos meios de comunicação na região e todo nosso processo de dependência externa para desenvolvimento desse campo do conhecimento, também foram colocadas em voga. Nesse sentido, o capítulo demarcou alguns conceitos basilares nesta dissertação: o de autonomia e soberania.

Importante observar que a discussão feita neste capítulo é fundamental para o entendimento do objetivo central da pesquisa, que consiste em entender a influência dos meios de comunicação estrangeiros, especialmente os que possuem características de conglomerado, exercem na opinião pública a respeito do processo integracionista da região.

Compreender em como a concentração de mídia é um desafio histórico, fruto de nossa dependência e também de alinhamento de nossas empresas locais com capital externo, nos fazem refletir a respeito da falta de participação popular até mesmo para reivindicar espaço para outros conteúdos e outro tipo disseminação de conteúdo midiático, o que tem total relação com a construção de nossa democracia e cidadania. Com desenvolvimento do campo comunicacional de forma tardia e dependente, ficamos à mercê de interesses externos.

Pensar a Comunicação no âmbito regional e não seria apenas imputar a instituições como MERCOSUL e UNASUL a promoção de projetos nesse sentido, até porque seria uma utopia. A situação atual, política e econômica dos países latino-americanos, inclusive com governos contrários a qualquer projeto integracionista, deixa estagnada qualquer proposta de integração para a região. Contudo, o espaço dessas organizações pode ser ambiente de mediação e tomada de posições que resultam da e/ou na esfera pública.

Analisando o contexto histórico até as transformações atuais como a tecnologia 5G, é compreensível nossa passividade em receber informações e formar consenso sobre realidades das quais nossas próprias assimetrias regionais são obstáculos enormes e nos distanciam da

realidade dos países vizinhos. De forma que todo esse contexto, da maneira que foi e continua sendo construído, parece conformar que a nossa situação midiática e cidadã continuem da mesma maneira. Considerou-se, também, desde as transformações recentes no campo comunicacional, abordando os processos de digitalização e convergência tecnológica, até o atual cenário da tecnologia do 5G de telefonia móvel, desenvolvida pela China e que já promove certo desequilíbrio nas balanças de poder com os Estados Unidos.

CAPÍTULO 3 - A ANÁLISE MIDIÁTICA DA COBERTURA SOBRE A UNASUL NOS CONGLOMERADOS EL PAIS BRASIL E BBC BRASIL (2013-2018): SILENCIAMENTO PARA DESINTEGRAÇÃO

3. A ANÁLISE MIDIÁTICA DA COBERTURA SOBRE A UNASUL NOS CONGLOMERADOS EL PAIS E BBC BRASIL: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo aborda os dados relacionados com a análise política da temática, das vozes predominantes das matérias (fontes jornalísticas utilizadas) e da imagem passada a respeito da Unasul pelo noticiário online do El País Brasil e da BBC Brasil. A análise midiática a qual se propôs o estudo percorreu apenas o conteúdo jornalístico informativo, seja notícia, entrevista ou reportagem, que citassem a Unasul no período de recorte da análise, de 2013 até 2018, quando da suspensão da participação de seis países no bloco devido a discordâncias com a então presidência *pro tempore* da Bolívia.

A perspectiva metodológica utilizada foi a da análise de conteúdo (textual e imagético) do material informativo coletado, considerando a palavra “UNASUL” como filtro para seleção das notícias nos dois veículos: BBC Brasil e El País Brasil, somente no ambiente online. O estudo utiliza para análise do material elementos do enquadramento, referenciado em Entman (1993) e, também, do agendamento midiático. Considerando alguns elementos do enquadramento multimodal, explicitado por Wosniack et al (2014). Na análise que utiliza o enquadramento, percebe-se que um *frame* ressalta o que a notícia destaca, fazendo com que uma parte da informação seja mais memorável pela audiência (ENTMAN, 1993, p. 53).

A escolha do conteúdo jornalístico se deu apenas pelos gêneros informativos: notícia, entrevista e reportagem. Retomando Marques de Melo e Assis (2016), a função social é um dos fatores que define um gênero. Portanto, o gênero informativo cumpre uma demanda social latente no contexto em que é produzido e difundido. A análise textual parte da constatação de Motta (2005), de que nenhuma narrativa é ingênua, puramente espontânea ou aleatória:

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticos e extralingüísticos para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário. (MOTTA, 2005, p. 02).

A análise de enquadramento de texto e imagem é de certa maneira escassa nas pesquisas que englobam Geopolítica, Relações Internacionais e Mídia, o que reforça a relevância de se utilizar essa modalidade de método para este estudo. Wosniack et al (2014),

trazendo Entmann ao debate, afirmavam que o enquadramento da realidade, por meio da notícia, envolvia quatro elementos: a definição do problema, avaliação, interpretação causal e recomendação de tratamento. No quesito textual, a análise da narrativa observa muito do que Motta (2005) chama de contrato cognitivo implícito entre jornalistas e a audiência, que implica na verificabilidade do que foi construído como texto (e imagem). Até porque, a notícia jornalística, por mais que se pretenda isenta, é imbuída de aspectos éticos e morais pertinentes ao(s) autor(es), seja de forma explícita ou implícita, que pode ser identificada por este método analítico (MOTTA, 2005, p. 14).

A análise das imagens veiculadas nas reportagens coletadas, restringe-se somente à análise das fotos principais utilizadas pelas matérias. Para tal, foi construído um padrão de código de imagens (disponível em Apêndice), que viabilizou a classificação de um conjunto de variáveis e elementos como: veículo, data da reportagem, fonte, cenário e plano da imagem, considerando o que a imagem representava e o que as pessoas retratadas pela imagem estavam desenvolvendo: ações como protesto ou discurso, por exemplo.

A narrativa, nesta pesquisa, foi analisada enquanto um conjunto de processos de jogos de linguagem e constituição de um contexto que provoca um efeito de realidade. É, portanto, uma mediação linguística, temporal e contextualizada. O texto jornalístico se utiliza de características linguísticas para dar veracidade ao fato narrado, conferindo ao leitor sensação de confiabilidade, incluindo a noção do que, e como, de fato, ocorreu e a que tempo (MOTTA, 2005). Neste estudo, com relação à análise temática dos conteúdos veiculados, depois de realizada a pré-análise antes da quantificação dos dados, classificou-se o conteúdo em seis categorias.

As categorias abaixo seguem alguns organizadores de conteúdo (BARDIN, 1979):

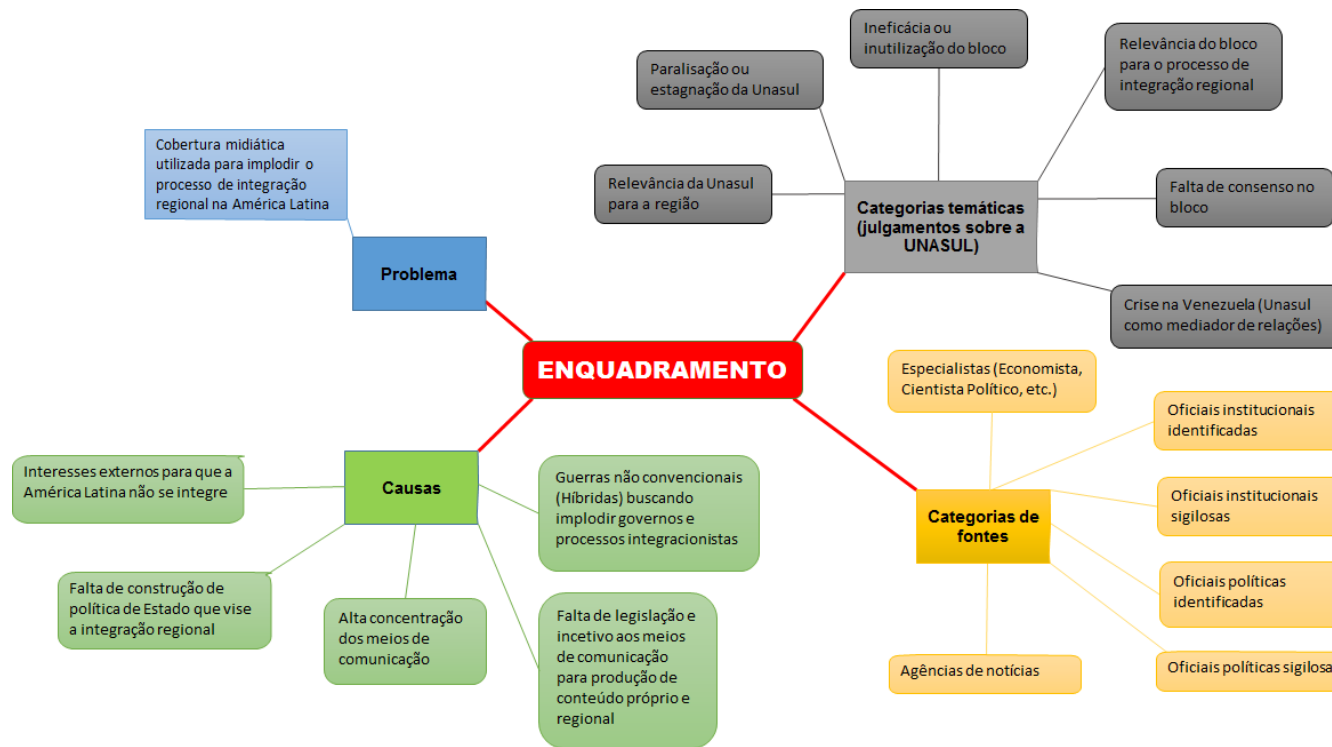
- 1) Relevância do bloco para processo de integração regional: enquadram-se nessa categoria trechos dos textos jornalísticos, sejam eles entrevistas, reportagens ou notícias, que falem do processo de integração regional da Unasul como um fator relevante para a integração regional sul-americana como um todo, demonstrando alguns avanços de políticas públicas, conselhos de segurança, evoluções em pautas de infraestrutura, energia, dentre outros fatores importantes para o desenvolvimento da região de forma integrada.
- 2) Relevância da UNASUL para região: enquadram-se nesta categoria os trechos dos textos jornalísticos que citem o bloco de maneira relevante para a região que atua.

Difere-se esta da primeira categoria uma vez que nem sempre quando é dito que a Unasul é importante para a região, há o enfoque de que necessariamente ela é relevante para o processo de integração regional. O que acontece, é que muitas vezes a integração enquanto processo acaba ficando em segundo plano.

- 3) Falta de consenso no bloco: foram reunidas nessa categoria as citações em textos jornalísticos, com expressões ou palavras que denotem a falta de consenso entre os países do bloco; divergências de tomada de decisões; falta de iniciativa dos próprios países membros para agir em prol da integração e de seu desenvolvimento.
- 4) Ineficácia ou inutilidade do bloco: agrupam-se nesta categoria de análise citações que fazem referência à ineficácia do bloco, falta de ações concretas e úteis; tentativas históricas e reiteradas de integração no organismo que acabaram não passando de ideais.
- 5) Paralisia ou estagnação da UNASUL: enquadram-se nesta categoria trechos que citam situação de total estagnação ou paralisia da UNASUL e a falta de desenvolvimento de atividade entre os países que integram o bloco.
- 6) Crise na Venezuela (UNASUL como mediador de relações): estão reunidas nessa categoria toda menção à crise na Venezuela e à posição de mediadora do conflito imputada à UNASUL. Percebe-se uma tentativa de redução da atuação do próprio organismo de integração regional na medida em que os países hegemônicos forçam posicionamento e atuação da UNASUL.

Importante considerar a maneira como foram construídas as categorias. Elas foram elaboradas após uma pré-análise das reportagens e a partir de palavras-chaves que permitiram identificar o peso de cada uma dessas subdivisões na cobertura em estudo. O fluxuograma a seguir foi construído com base nas hipóteses traçadas pela pesquisa e posteriormente ele foi sendo ajustado de acordo com os dados encontrados nas análises. Logo, ele não foi exclusivamente construído antes do início da investigação midiática, mas durante o estudo. A forma como foi realizada a análise pode ser compreendida melhor por meio do fluxograma a seguir:

Fluxograma 2 - Fluxograma sobre metodologia de análise



Fonte: Elaboração própria.

3.1. A TONALIDADE DAS REPORTAGENS SOBRE UNASUL

Além da análise temática a partir do filtro das reportagens de BBC Brasil e El País Brasil que citam a Unasul, a pesquisa também trata da análise das fontes utilizadas pelas matérias e qual a tonalidade dada pelos veículos quando movimentos integracionistas como Unasul entram em pauta. Importa considerar que, por vezes, no processo jornalístico de pauta, apuração da notícia, construção da reportagem e edição, as fontes não são meramente as vozes ouvidas na produção do texto, elas assumem outro papel importantíssimo, o de promotores de notícias.

Aliás, “os promotores de notícias” passaram a interferir de forma decisiva no processo jornalístico, sendo também produtores ostensivos de conteúdos com qualidade de notícias, garantindo o seu espaço nos processos jornalísticos. Enfim, têm o poder e a capacidade de criar acontecimentos públicos adaptados à noticiabilidade. Partem das práticas e critérios dos jornalistas e tratam de oferecer conteúdos que atendam aos requisitos que tornam um acontecimento, uma notícia irrecusável (SCHMITZ, 2011, p. 12).

Considerando esse papel importante das fontes, observa a predominância de alguns tipos de fontes mais específicas, como as oficiais. A análise de conteúdo das fontes segue o modelo de categorização, referendado em Bardin (1979), exposto na tabela abaixo. As categorias das fontes são subdivididas da seguinte maneira, seguindo matriz de classificação semelhante à matriz de Aldo Schmitz (2011, p. 23):

- 1) Fontes oficiais institucionais identificadas: Enquadram-se nesta categoria as fontes que representam a visão oficial dos fatos, ocupantes de cargos institucionais, como por exemplo: Ernesto Samper, ex-secretário Geral da UNASUL. Nesta categoria foram selecionadas apenas as fontes oficiais institucionais identificadas, que tem seu nome revelado na reportagem.
- 2) Fontes institucionais sigilosas: agrupam-se nesta categoria as fontes oficiais, tal qual classificação acima, no entanto as que foram mantidas sob sigilo, tiveram o nome omitido ou preservado. Um exemplo é quando há citação da seguinte forma: “um membro da chancelaria Equatoriana”.
- 3) Oficiais políticas identificadas: foram enquadradas nesta categoria de análise as fontes oficiais políticas, que não ocupam cargos em chancelaria, Ministério ou em blocos como MERCOSUL. Nesta categoria, entram as fontes políticas citadas na reportagem, assim como: o presidente do Partido dos Trabalhadores, por exemplo.

Importante ressaltar que nesta categoria estão agrupadas apenas as fontes políticas identificadas.

- 4) Oficiais políticas sigilosas: seguem a classificação da categoria acima no que se trata de fonte política. O que difere é que as fontes agrupadas nesta categoria são sigilosas, por exemplo: um membro do PSDB;
- 5) Agências de notícias: agrupam-se nesta categoria as informações obtidas e reveladas sendo oriundas de agências de notícias, na grande parte dos casos são agências internacionais, tais como: EFE, Reuters.
- 6) Especialistas: foram enquadradas nesta categoria citações a fontes especializadas, que conferem informações mais analíticas sobre as situações ou assuntos reportados. São exemplos de fontes nesta categoria: Professores, Economistas, Cientistas Políticos.

Para análise das fontes jornalísticas utilizadas pelas reportagens analisadas, foram primeiramente lidas todas as matérias e classificadas pelas categorias. Para fins quantitativos, foi considerada somente uma vez a fonte citada, por tipologia definida previamente. Por exemplo, quando a reportagem cita uma fonte institucional identificada, como o Secretário Geral da UNASUL, se ele é citado mais de uma vez na mesma reportagem, esse dado não é contabilizado. A contagem, neste caso, fica apenas uma citação referente à fonte institucional identificada. A quantidade de vezes que a mesma fonte é citada na mesma matéria não importa para fins de contabilização do resultado desta análise.

Importa ressaltar, também, que a análise das fontes não foi subdividida por ano, conforme a análise temática, descrita anteriormente neste estudo. Fez-se primeiro a análise de todo conteúdo coletado de El País Brasil de 2013 a 2018, com o filtro UNASUL e posteriormente a análise de todo conteúdo coletado em BBC Brasil no mesmo período. Na medida em que o que se quer observar é qual tipo de voz é predominante nas reportagens que citam UNASUL nos dois veículos de comunicação, a análise das fontes não condizia com a necessidade de ser dividida por ano. No quadro a seguir, é possível observar como foi realizada a divisão das categorias de análise desta etapa da pesquisa.

Quadro 2– Categorias para análise de fontes utilizadas nas matérias sobre Unasul BBC Brasil e El Pais Brasil

Categorias (análise de fontes)	Número total de aparições El País Brasil	%	Número total de aparições BBC Brasil	%
1. Oficiais institucionais identificadas				
2. Oficiais institucionais sigilosas				
3. Oficiais políticas identificadas				
4. Oficiais políticas sigilosas				
5. Agência de notícias				
6. Especialista (Cientista político, economista, professor universitário)				
Total de fontes utilizadas nas matérias analisadas				

Fonte: Elaboração própria

A classificação das categorias, conforme quadro acima, teve por intuito separar quais fontes eram identificadas ou sigilosas, quantificar também qual era o montante de notícias replicadas de Agência e quais reportagens eram produzidas pelos próprios veículos de comunicação em análise. Já no quadro abaixo é possível observar o resultado da quantificação das fontes utilizadas pelos textos analisados.

Quadro 3 – Resultado da análise de fontes: BBC Brasil e El País Brasil

Categorias (análise de fontes)	Número total de aparições El País Brasil	%	Número total de aparições BBC Brasil	%
1. Oficiais institucionais identificadas	121	57,89%	52	41,26%
2. Oficiais institucionais sigilosas	08	3,82%	06	4,76%
3. Oficiais políticas identificadas	56	26,79%	21	16,66%
4. Oficiais políticas sigilosas	07	3,34%	01	1,26%
5. Agência de notícias	04	1,91%	08	6,34%
6. Especialista (Cientista político, economista, professor universitário)	13	6,22%	38	30,15%
Total de fontes utilizadas nas matérias analisadas	209	100%	126	100%

Fonte: Elaboração própria

A partir da análise de dados realizada, percebe-se que há predominância nos dois veículos de fontes oficiais institucionais e por vezes são fontes viciadas, como o chanceler de determinado país. E, neste caso, importa considerar que as fontes oficiais são pessoas que ocupam cargos ou funções públicas. É a preferida da imprensa, mais recorrente nesta pesquisa, após análise midiática realizada. O que acontece é que por vezes esse tipo de fonte pode falsear a realidade (SCHMITZ, 2011, p. 25).

Ainda, no que se refere aos números captados de análise de fonte, observa-se que as agências de notícias como fontes jornalísticas não somam um número muito expressivo em relação ao total. A maior diferença de cobertura, neste caso, é da utilização de especialistas como fontes, destacando-se o veículo BBC Brasil na tentativa de ser um pouco mais analítico nos temas que englobam Unasul, trazendo ao debate cientistas políticos, economistas, dentre outros especialistas.

A BBC Brasil, que apresenta um percentual de 30,15% de utilização de especialistas em suas reportagens, evidencia uma tentativa de conferir credibilidade ao assunto abordado pela reportagem, ao trazer em grande parte: professores universitários das áreas de Relações Internacionais, cientistas políticos, economistas. Contudo, trazer especialista para o texto não foi alternativa para que o veículo contextualizasse melhor os assuntos tratados. Os textos de BBC Brasil ainda se resumiam a relatar os fatos, sem a contextualização necessária sobre o contexto político e geopolítico em que os acontecimentos estavam inseridos. Contudo, neste caso, a cobertura de um veículo de mídia para outro difere-se em termos quantitativos, uma vez que em El País, a utilização desse tipo de fonte é bem mais escassa, apresentando um percentual de 6,22%.

Faz-se necessário situar o leitor a respeito desse tipo de fonte utilizada no trabalho jornalístico de produção de notícia. Sobre esse tipo de fonte, SCHMITZ (2011) expõe,

Além dos cientistas, são fontes especializadas os peritos, consultores, intelectuais, profissionais especializados, bem como organizações, grupos sociais ou quem se ocupa de um conhecimento específico. Estas fontes tendem à prolixidade, empregando termos técnicos e jargões. Igualmente agem política e estrategicamente (SCHMITZ, 2011, p. 51).

O uso de fontes especializadas tem sua importância, dada a possibilidade de contextualização e entendimento da fonte sobre o assunto pautado, mas também faz a abordagem da notícia um pouco refém dos interesses políticos e estratégicos que elas têm por traz. As fontes oficiais, sejam identificadas ou sigilosas, aparecem como majoritárias nas

coberturas. Uma vez que os interesses políticos permeiam o campo jornalístico, é importante situar a definição de fontes oficiais,

Alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas etc.). É a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político (SCHIMITZ, 2011, p. 25).

A pesquisa que se discute aqui reflete mais uma vez esse cenário, que sendo mídia nacional ou conglomerados estrangeiros atuando no Brasil, algumas práticas jornalísticas se repetem, ouvir majoritariamente fontes oficiais é uma delas. No El País, se somadas as identificadas com as sigilosas, chega a um montante de 61,71% de fontes oficiais consultadas. Em BBC, o cenário não é tão diferente: 46,02%.

Apesar de serem notícias ocorridas em âmbito internacional, na maioria das vezes, as Agências de notícias não são largamente utilizadas como fontes para as reportagens, apresentando um percentual baixo, de 1,91% por El País e 6,34% por BBC Brasil. O mesmo acontece com fontes políticas, que são aquelas que estão envolvidas no contexto, mas não representam cargos ou instituições do país que reflitam a visão oficial do tema necessariamente. Em El País, as fontes políticas (considerando identificadas e sigilosas) representam 30,13% e em BBC Brasil 17,92%.

As fontes mantidas em sigilo, apesar de essa ser uma garantia do exercício do jornalismo, também representam uma fatia menor das fontes ouvidas no contexto geral das notícias. Em BBC Brasil, elas somam 6,02% do total. Em El País, o cenário não é muito distinto: 7,16% de fontes são mantidas sob sigilo. Pode-se interpretar que: ou a cobertura desses temas não gera tanto interesse político a ponto gerar ações, debates, furos de reportagem; ou a mídia limita-se a cobrir apenas o factual, quando há reuniões dos blocos, quando acontece algum fato inusitado que motiva alguma ação por parte do Conselho de Segurança, como foi o caso da descoberta que os Estados Unidos haviam espionado vários governos Latino-Americanos, inclusive o Brasil e questões internas da Petrobrás. A partir da análise crítica de mídia realizada, a segunda alternativa de que a imprensa cobre apenas o factual, silenciando na agenda pública as temáticas da integração, parece apontar para o caminho mais certo quando se procura resposta para as indagações.

3.2. ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA DOS DADOS OBTIDOS: COBERTURA MIDIÁTICA, POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

De 2013 até o final de 2018, foram identificados e analisados, ao todo, 141 conteúdos informativos (dentre notícias, reportagens e entrevistas), nos dois veículos: BBC Brasil e El País Brasil, observando que em 2013, o El País não apresentou cobertura que citasse a UNASUL, muito provavelmente por ser o ano em que o veículo começava suas atividades no Brasil. Ademais, em 2017, a BBC Brasil não veiculou nenhum conteúdo que se encaixasse nos critérios de análise, considerando que o filtro essencial era aos menos citar a UNASUL. Memora-se que as categorias foram estabelecidas após uma pré-análise de todo o conteúdo coletado nos dois meios de comunicação e selecionando que tipo de discurso e temática eram mais frequentes ou preponderantes.

Retomando o ano de análise em que não há conteúdo sobre a UNASUL, na BBC Brasil, observa-se que em 2017, o contexto político, ao menos no Brasil, país de extrema relevância regional e, também, para a Instituição, foi o ano em que, após a destituição de Presidenta Dilma Rousseff no Brasil, o então Secretário Geral da Unasul, Ernesto Samper, pediu a saída do cargo, que ficou sob vacância até meados de 2018. Esse processo coincidiu com o período em que o Brasil havia acumulado uma dívida de mais de R\$ 12 milhões com a entidade. O cenário inviabilizava o funcionamento regular da Instituição em prol do processo integracionista, uma vez que a Unasul já não tinha mais recursos financeiros para sustentar o desenvolvimento de suas atividades e instâncias mais básicas.

Importante citar, ainda, que 2017 é também o ano que é aprovado no Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Decreto Legislativo 08/2015, que versa sobre acordos, tratados ou atos internacionais, inserindo no Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) os termos do Protocolo adicional sobre o compromisso com a democracia assinado em Georgetown, na Guiana, em dezembro de 2010. Na prática, o protocolo objetiva a garantia da democracia nos países integrantes do bloco.

O Protocolo supracitado previa medidas para os países que tivessem ruptura democrática. As consequências para os países, como forma de penalização a quem concretizasse alguma ruptura neste sentido, eram: suspensão do direito de participar de órgãos relacionados ao processo de integração. E, em casos mais graves, a previsão era de

fechamento parcial ou total das fronteiras terrestres suspensão do comércio, do transporte aéreo e marítimo, das comunicações e de alguns serviços básicos de suprimento de necessidades. Ou seja, 2017 não foi um ano que passou em branco para a UNASUL. Houve, sim, medidas importantes tomadas na área da integração e alguns avanços, inclusive. No entanto, percebe-se a tentativa de desvirtuar o debate do cenário que realmente importa e, nesse sentido, falar de outros temas envolvendo a América Latina é mais interessante. Acrescenta-se a esse processo, que na cobertura midiática analisada aqui, somada ao contexto geopolítico, fica evidente a disfunção narcotizante exercida pelos meios de comunicação (MARTINO, 2009), conforme será demonstrado mais adiante.

É perceptível que quando a UNASUL é citada nas notícias publicadas por esses meios de comunicação, em grande parte das vezes, a situação da Venezuela é elencada como motivo maior para alçar o papel do bloco apenas como mediador das relações internacionais. Embora, não haja enfoque positivo no sentido de ações concretas por parte da UNASUL com relação à situação do país e pró avanços na integração latino-americana. Muito pelo contrário, em grande parte das reportagens, o contexto Venezuelano é tratado como extremamente crítico e é imputado ao bloco sul-americano a responsabilidade em dialogar e colocar fim aos “desmandos” do governo Venezuelano.

É relevante memorar que criada no Governo Lula, em 2008, a UNASUL, pensada sob ótica do Brasil, foi meio não só de aprimorar as relações entre os países sul-americanos, mas também colocar o Brasil como país central no contexto integracionista. MARTINEZ (2016) ressalta, inclusive utilização de estratégias de *soft power* da política externa brasileira nesse período. O financiamento de projetos e criação de organismos para desenvolvimento da região são exemplo disso, um deles foi o COSIPLAN, o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento, com intuito de pensar na integração física da região.

O interesse do Brasil com a conformação da Unasul se traduziu na busca por liderança política, econômica regional e em ser produtor de consenso entre os países vizinhos em inúmeras áreas (FIORI, 2009). Importante lembrar que a criação do bloco ocorreu como resposta contra hegemônica à proposta de constituição da Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA (BRESSER-PEREIRA, 2010).

No entanto, umas das dificuldades do bloco era de se institucionalizar, fator possível de ser observado na análise midiática realizada. O contexto de criação do bloco remete a uma tentativa, por parte do Brasil, em estabelecer relação pacífica com Estados Unidos, mas também em manter relações mais firmes com os vizinhos. A Venezuela, por sua vez, fixava-se

em uma posição mais contra hegemônica, embora escoasse grande parte de sua produção petrolífera para os Estados Unidos. Ambos os países, apesar de posicionamentos muito distintos, acenavam para a multipolaridade (SERBIN, 2009).

Em 2013, ano de início de análise, aconteceu em Manaus o Seminário Sul-Americano de Monitoramento de Áreas Especiais. O evento foi o primeiro passo para a criação de um sistema regional de monitoramento comum aos países amazônicos, em que a ideia era firmar acordos de cooperação e integração no campo de proteção a essas zonas, chamadas de especiais. Em 2014, ao menos em El País, há predominância de citação - 31 vezes - da UNASUL como mediadora das relações da crise na Venezuela. É importante observar que não existem coincidências entre a cobertura midiática e as relações internacionais predominantes no cenário de poder e hegemonia internacional. Tal qual afirmava Motta (2008), a cobertura jornalística se agarra a elementos que tentam conferir veracidade aos fatos, são estratégias comunicativas dotadas de intencionalidade.

Ainda sobre o período inicial da análise midiática e a ligação com a Geopolítica Mundial, ressalta-se que em 2013 a Venezuela passou por eleições majoritárias, elegendo Nicolás Maduro, após a morte de Hugo Chaves, o que não ocorreu de maneira totalmente pacífica e sem interferências externas. Mas, foi também o momento que a UNASUL, em eleição extraordinária em abril de 2013, reconheceu Maduro como Presidente da Venezuela.

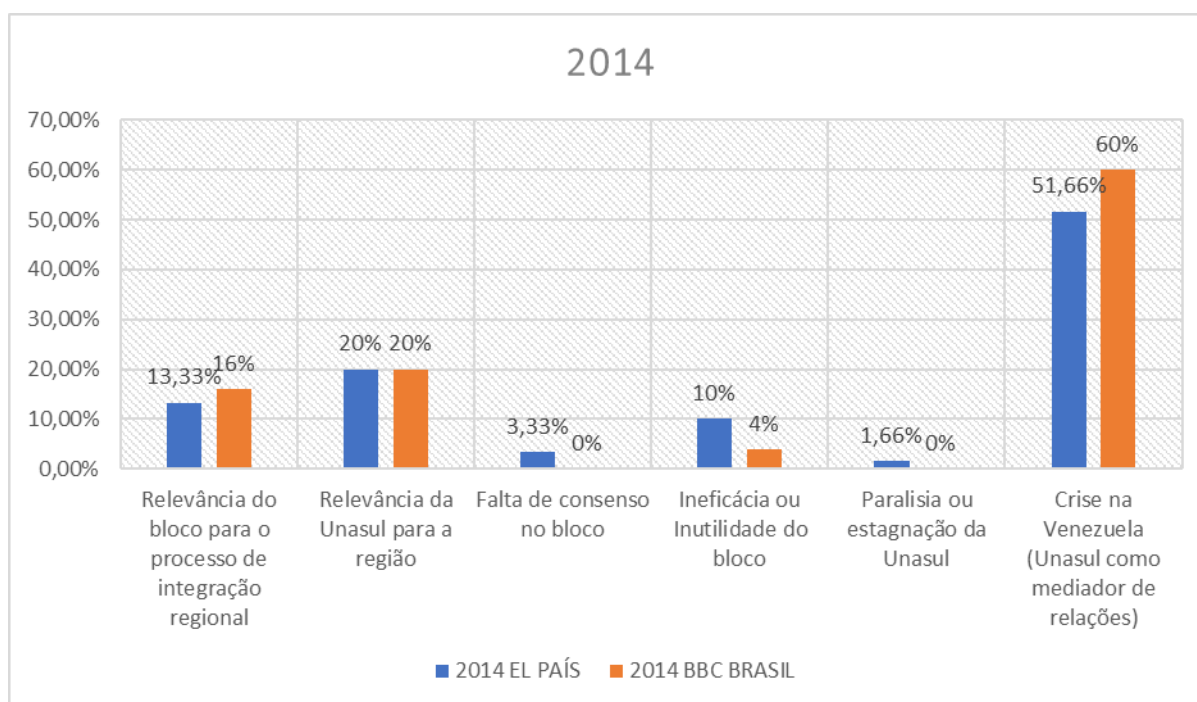
Em 2014, o país enfrenta a queda do preço do petróleo, principal produto da economia Venezuelana, considerando que 96% das divisas do país eram oriundas das exportações de petróleo. Com esse cenário, vieram a alta do dólar, desvalorização da moeda local e escassez de alimentos. Esses fatores causaram instabilidade política, econômica e um cenário favorável para incursão de tentativa externa de implodir o governo pelas suas bases, o que pode se chamar de guerra não convencional, tais como as denominadas Guerras híbridas, discutidas anteriormente nesse estudo, a partir do embasamento teórico.

Com relação à análise dos conteúdos a respeito da Unasul, veiculados entre 2013 a 2018, é possível perceber, no tocante à análise temática, em que houve mais enfoque, que em 2014 já existe enquadramento mais voltado à relevância do bloco para o processo de integração regional (13,33% em El País Brasil e 16% em BBC Brasil) e, também, relevância da UNASUL para a região (20% em ambos os veículos de mídia).

O ano de 2014 também foi um período de resoluções importante no sentido de tomada de posicionamento por parte da UNASUL. O regulamento sanitário internacional, que aconteceu em 2011, se repetiu em 2014. Além disso, também foram firmados os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS). Então, de certa maneira, o bloco esteve presente em ações importantes para ganho de relevância na região e como parte do processo integracionista. Embora tudo isso tenha ocorrido, o que é evidentemente crescente, conforme é possível perceber no gráfico abaixo, é o enfoque da UNASUL apenas como mediador da crise na Venezuela.

Gráfico 1 – Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram UNASUL em 2014



Fonte: elaboração própria.

Importa ressaltar que o cenário sul-americano em 2014 era mais favorável aos processos integracionistas da região, considerando que governos mais progressistas ocupavam o poder e viam como vantajosa integração dos países para galgar desenvolvimento dos mesmos, acenando para multipolaridade. Foi no ano de 2014 que a UNASUL ganhou sua sede em Quito (Equador) e, nessa oportunidade, foi dada uma declaração do então Secretário Geral da entidade de “Quito será para UNASUL o que Washington é para a OEA”,

A Secretaria Geral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) vai se mudar de uma casa colonial do centro-norte de Quito para um edifício moderno ao lado do monumento da Metade do Mundo (noroeste da cidade). Com o novo edifício, que custou 44 milhões de dólares, a expectativa é fortalecer o organismo regional que nasceu em 2008 e é integrado por 12 países. Mas por enquanto a propaganda está concentrada em alimentar o orgulho local: o presidente do Equador, Rafael Correa, sustentou em seus espaços televisivos semanais que “o edifício é um orgulho para

Quito” e que a cidade se converterá na “capital da América” (El País, 2014)⁶.

A reportagem, com citação acima, em diversos momentos reconhece o avanço da UNASUL e importância de o organismo tentar se firmar como ente regional. Ao mesmo tempo, palavras como “debilidade” para abordar a situação da UNASUL enquanto entidade importante, são utilizadas reforçando a ideia de fragilidade do órgão e de que por mais que houvesse tentativa para que ele se consolidasse, assim como a construção da sede em Quito, algum avanço da entidade era ainda um cenário duvidoso. Outros termos como “escasso compromisso entre os membros” e “se a UNASUL conseguir decolar” são recorrentes nos textos.

Nas notícias de 2014, ainda há a figura do Ex-Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, como personagem relevante para a construção de agenda de pró integração e como instrumento de diálogo com Nicolas Maduro. Lula era visto e tratado como figura central e conciliadora, mesmo com o governo de Dilma Rousseff em curso. É relevante pontuar que 2014 é um ano importante para o bloco, quando há a designação de Ernesto Samper como Secretário Geral da Unasul.

No que se refere à análise do texto mais especificamente, a análise pragmática da narrativa, referendada em Motta (2005), destaca justamente que o exercício do jornalista está impregnado de um discurso de retórica. E, essa narrativa é um jogo contínuo entre o real e os efeitos de sentido. São jogos de intencionalidade que produzem sentidos, com objetivos claros (MOTTA, 2005, p.12). A reportagem acima abordou a inauguração da UNASUL fazendo correlação com o fato de isso inflar o ego do então Presidente do Equador, país em que ficou sediado o prédio do organismo.

Fatores como a falta de consenso no bloco ou paralisia e estagnação quase não foram abordados nas notícias, reportagens e entrevistas analisadas, representando percentuais de 3,33% para falta de consenso em El País Brasil e ausência de resultado para essa variável no período em BBC Brasil. Ao mesmo tempo, paralisia ou estagnação do bloco apresentaram quantitativo de 1,66% em El País e ausência de resultado para o veículo britânico. Enfoque como esse fica mais visível em 2018, isso considerando a cobertura de El País, uma vez que em BBC Brasil a aparição de conteúdo noticioso citando UNASUL foi incipiente. Em 2018, é

⁶ CONSTANTE, Soraya (2018). **A Unasul se muda para metade do mundo**. El País Brasil, 19/08/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/19/internacional/1408480916_042821.html> Acesso em 15 de set. 2018.

justamente o ano em que acontece a suspensão da participação de seis países no bloco. É possível memorar o fato com o seguinte trecho da reportagem,

Os membros restantes da Unasul são Venezuela, Bolívia, Equador, Uruguai, Guiana e Suriname. “A Unasul trabalha por consenso, mas as diferenças entre os pontos de vista político e econômico de seus membros são tão grandes que já não é possível funcionar”, disse um diplomata peruano que pediu para não ser identificado, porque não tinha autorização para falar publicamente (El País, 2018)⁷.

Nas reportagens sobre a suspensão da participação de seis países do bloco, outros termos como “estava à deriva” para se referir ao contexto da entidade com a presidência *pro tempore* da Bolívia, que acabou gerando divergências irreversíveis e a “paralisia” do bloco também volta a ser enfatizada. Divulgação que acaba sendo muito ruim ao processo integracionista em voga, uma vez que ele nasceu como uma mudança ao neoliberalismo em vigor em anos anteriores na América Latina. Dessa maneira, a UNASUL nasce e tenta se estabelecer como integração voltada ao multilateralismo, na produção de diálogo e consenso.

Protagonismo assume a Colômbia quando em agosto de 2018 comunica sua retirada do bloco, intenção que havia sido anunciada em campanha pelo Presidente eleito do país, Ivan Duque, que com alinhamento mais liberal ventila a hipótese de criação do PROSUL, modelo que mais se assemelha ao projeto da ALCA, que havia sido “enterrado” pelos governos latino-americanos em meados de 2008, quando da criação da UNASUL. Importante lembrar aqui, conforme tratado anteriormente, o alinhamento da Colômbia com o governo americano, ao longo de sua história, o que permitiu instalação de bases americanas no país e atuação de tropas dos EUA com mais de 1400 homens. Tal fato, sempre se traduziu em fator de divergência e assimetrias com outros países latino-americanos, especialmente Bolívia e Venezuela.

Necessário pontuar que a ideia central consiste em isolar a Venezuela e Maduro e substituir um modelo de integração mais aberto, como estava definido na UNASUL, por tratativas voltadas ao âmbito comercial. A respeito do cenário de destruição do projeto da UNASUL, da integração voltada ao desenvolvimento conjunto dos países sul-americanos, Jaeger (2019) ratifica:

⁷ REUTERS (2018) **Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam Unasul**. El País Brasil, 21/04/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/21/internacional/1524267151_929149.html> Acesso em 20 de mai. 2018.

Assim, acabar com a UNASUL na atual conjuntura de extremismos no âmbito global é, na prática, condenar a América do Sul ao auto-abandono. Significa negligenciar experiências bem-sucedidas e que apresentavam, entre avanços e recuos, uma certa continuidade. A despeito de fazer parte de um ciclo conservador – que, como qualquer ciclo, deve findar-se – certamente sua retomada teria que ser conduzida em um novo contexto, muito mais debilitado e atrasado em relação a meados dos anos 2000. (JAEGER, 2019, p. 10).

Conforme é possível verificar no gráfico “Resultado da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram UNASUL em 2018”, é relevante destacar que em BBC Brasil, neste ano, o silenciamento sobre UNASUL é muito maior do que em El País. O silenciamento reflete o que na análise crítica da narrativa dá-se pelo não exposto. O que está implícito ou que deixou de ser dito diz muito sobre a própria narrativa e suas intencionalidades. A respeito desse jogo comunicativo, Motta (2005) explicita que,

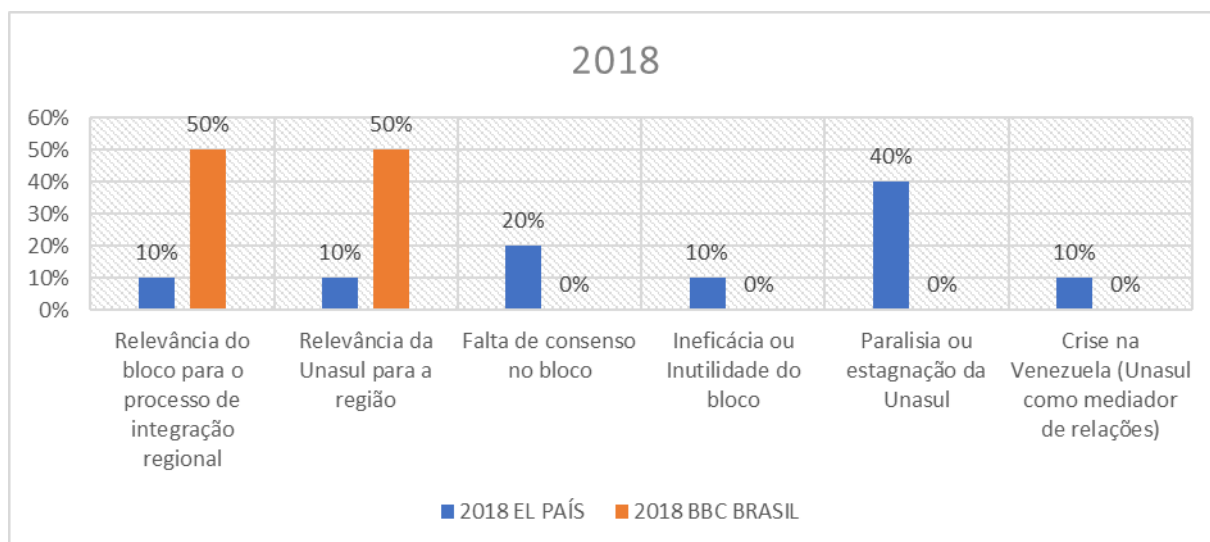
A observação da “relação comunicativa” já está metodologicamente contemplada nas etapas precedentes. Vale a pena, entretanto, retomar aqui as idéias da estética da recepção sobre o ato de leitura dos dramas e tragédias reportados continuamente pelas notícias diárias e para entender a dinâmica do jogo entre os interlocutores no processo comunicativo jornalístico. Diz textualmente W. Iser (1999, 28): “Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, o próprio texto é pontuado por lacunas e hiatos que têm de ser negociados no ato da leitura. Tal negociação estreita o espaço entre texto e leitor, atenua a assimetria entre eles, uma vez que por meio dessa atividade o texto é transportado para a consciência do leitor. Se a estrutura básica do texto consiste em segmentos determinados interligados por conexões. Os números, portanto, que apontam para o não enfoque dessas duas categorias que tratam da inutilidade do bloco ou estagnação não tiveram expressão na BBC, uma vez que não houve uma cobertura efetiva e factual sobre o que acontecia com a Unasul no momento (MOTTA, 2005, p. 12).

Em um dos textos analisados nesta seção da pesquisa, a reportagem trazia uma fonte que dizia que a UNASUL trabalhava por consenso, mas as diferenças entre os pontos políticos e econômicos dos países membros já era tão grande que estavam impedindo o organismo de funcionar. A categorização, embasada na análise de conteúdo construída por Bardin (1979), permite depreender que a falta de consenso, variável crescente nos primeiros anos da pesquisa, em 2013, 2014 e 2015 embora ocorra, faz parte de um efeito de produção de sentido construído pela própria agenda midiática. Muito embora a análise da narrativa sustentada em Motta (2005), fale que não importa muito o que era o fato relatado, ou no caso deste estudo o que seria a UNASUL. Importa mais, como a mídia construiu a imagem do bloco nesse período de análise.

No entanto, uma vez que a pesquisa acaba interrelacionando as áreas de Comunicação, Relações Internacionais e Geopolítica, observamos não só a construção de sentido a partir da

ressignificação midiática, mas também o contexto internacional e geopolítico em que essas realidades construídas estão inseridas. No ano de agravamento da crise da UNASUL, em 2018, 50% do conteúdo jornalístico informativo veiculado sobre a entidade enfocou variáveis como relevância do organismo para a região e relevância do bloco para o processo de integração regional. Ou seja, metade do que foi dito sobre UNASUL neste veículo no ano mais emblemático da crise enfocou duas variáveis importantes na construção da opinião pública sobre o bloco. Nesse sentido, importa destacar que o enquadramento dado nos textos foi no sentido de indagação ou de questionamento sobre a relevância da entidade para a região e para os processos integracionistas.

Gráfico 2 – Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram UNASUL em 2018



Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito ao que foi enquadrado enfocando a UNASUL quase que unicamente como órgão mediador da situação na Venezuela, por meio da análise de conteúdo proposta é fácil perceber que em 2015 esse tipo de enquadramento, mesmo em notícias que não necessariamente tinham como pauta específica a situação do país, continuou em um crescente.

Ao mesmo tempo, a falta de consenso dos países do bloco ou a inutilidade dele é um fator que começa a surgir com maior frequência. Neste mesmo ano (2015), de maneira mais clara na BBC, é possível perceber que há inclusive cobertura enfatizando uma agenda de segurança e defesa e de autonomia nesse âmbito.

Ainda na esteira do escândalo de espionagem que fragilizou as relações entre os Estados Unidos e países sul-americanos em 2013, os membros da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) dão início nesta sexta-feira às atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (Esude), que tem o objetivo expresso de formar quadros especializados em Defesa e Segurança Regional, mas também pretende fomentar a "confiança mútua" entre os membros do bloco⁸ (BBC Brasil, 2015).

A reportagem enfatiza que a intenção era formar políticas de defesa para UNASUL, pontuando que a Escola sul-americana de Defesa decorria em parte da espionagem, revelada em 2013, dos Estados Unidos a países sul-americanos, como Venezuela, Argentina, Brasil e Equador. Importante ponderar que a pauta da defesa, com a criação em 2008 do Conselho de Defesa Sul-americano, vislumbrava um dos objetivos da UNASUL de colocar segurança e defesa como assuntos prioritários do bloco, até para amenizar qualquer ofensiva norte-americana à região, não só como papel estabilizador, como para busca da paz, um dos elementos centrais quando da própria criação da Unasul (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p. 177).

A mesma reportagem ressalta que a iniciativa para defesa já contava com uma cooperação entre Brasil e Argentina, mas se intensificou com outros países sul-americanos após o escândalo de espionagem, em 2013, com alguns chefes de estado, o que acabou por fragilizar as relações dos Estados Unidos com os países da região. Além do Brasil, nesta ocasião, teriam sido espionados: Argentina, Venezuela, Colômbia e Equador.

Outro aspecto abordado pelas notícias em 2015, neste caso pela BBC Brasil, foi o posicionamento do governo de Dilma, no Brasil, e uma falta de relações políticas e internacionais com outros países, como tinha o ex-presidente Lula. Muito tentou-se construir a imagem de Dilma como ineficiente, até mesmo o fato de ela viajar menos que Lula foi pontuado:

O professor da UnB observa que as viagens à América Sul estão ligadas a circunstâncias políticas e à estratégia de integração regional, com o Mercosul e a criação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), em 2008. Já a Europa se destaca pela importância econômica, tanto no comércio exterior como no fluxo de investimentos para o Brasil, e pelos acordos de cooperação educacional e tecnológica (BBC Brasil, 2015)⁹.

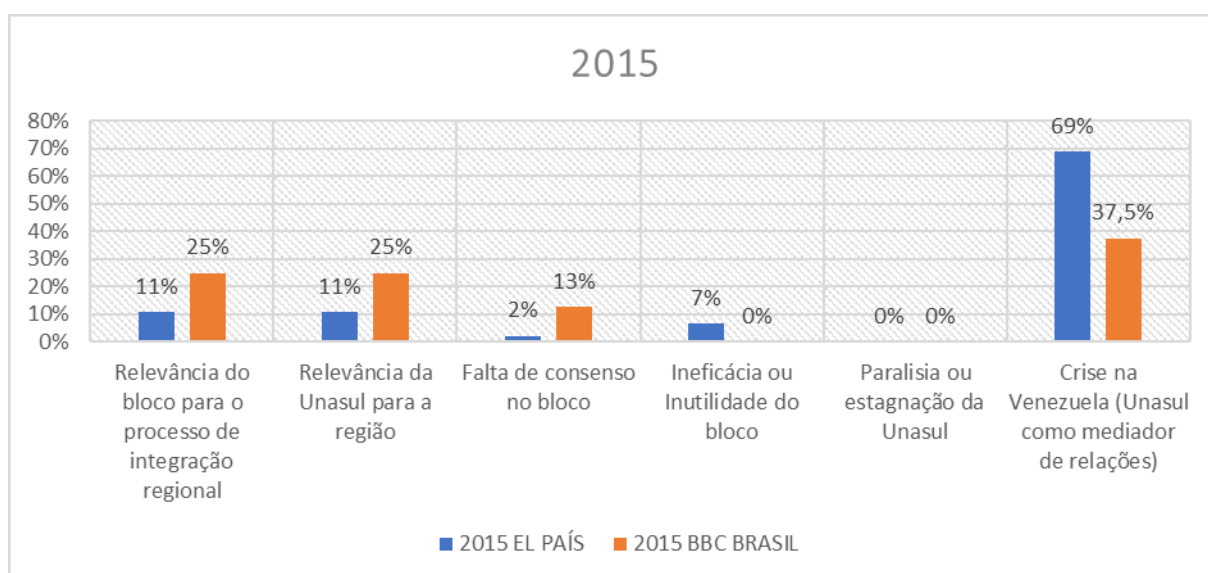
⁸ CARMO, Maria (2015). **Escola de Defesa da Unasul começa a funcionar**. BBC Brasil, 17/04/2015. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150417_escola_defesa_unasul_mc > Acesso em 10 de nov. 2018.

⁹ SCHREIBER, Mariana (2015). **Dilma viaja menos da metade que Lula ao Exterior**. BBC Brasil, 21/01/2015. Disponível em:

Essa visão de que a então presidenta do Brasil viajava menos e cumpria apenas os compromissos agendados, foi tratada em certa medida como falta de priorização de política externa e relações de diplomacia internacional. Como a postura de Dilma foi muito diferente da de Lula, o presidente anterior, que tinha uma pauta muito focada na diplomacia internacional, o tratamento da mídia foi de consolidar uma imagem de ineficiência, o que não se diferenciou do tratamento que a grande mídia nacional do Brasil conferiu a Presidenta. Portanto, o conglomerado estrangeiro apenas corroborou a formação da opinião pública para ineficiência de Dilma. Essa construção midiática pode ser considerada como estratégia de implosão e desestabilização de governo (KORYBKO, 2018).

Dilma era tratada pela mídia como quem fazia o estritamente necessário para governar. No trecho acima, a reportagem sobre a quantidade de viagens e quais locais a Ex-Presidente do Brasil realizou ou visitou, ainda trazia a Unasul como ponto de preocupação do então governo brasileiro. Mostrando que, ainda que tivesse enfraquecida diferente da época do Governo Lula, quando foi criada, a entidade representava certa relevância para o maior país sul-americano.

Gráfico 3– Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram UNASUL em 2015



Fonte: elaboração própria.

Em 2016, no ano em que houve o impeachment da Presidente Dilma Rousseff no Brasil, é possível verificar no Gráfico 5, que as duas primeiras categorias de análise: Relevância do bloco para processo de integração Regional, correspondendo a 25% em BBC Brasil e 8,33% em El País, e Relevância da UNASUL para a região, correspondendo a 50% em BBC Brasil e 25% em El País. As duas variáveis, portanto, se mantêm com altas aparições, nos dois veículos.

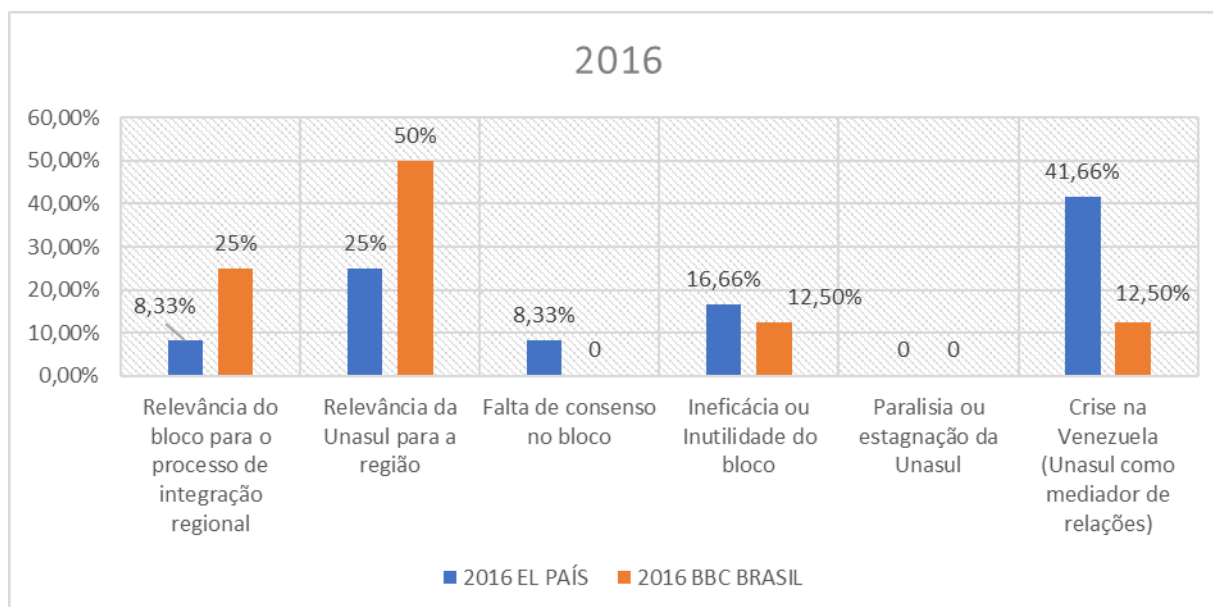
Todavia, a falta de consenso, bem como a ineficácia da UNASUL, são duas variáveis crescentes neste período, em tentativa de desconstrução do processo integracionista. A crise política e institucional que tomou o Brasil em 2016 foi veiculada pelos dois veículos de mídia como objeto de preocupação aos países vizinhos e membro da entidade, muito pela importância do Brasil no cenário sul-americano e preocupações com cenário político e econômico do país.

Antes da Argentina manifestar sua preocupação com o Brasil, o presidente da Bolívia, Evo Morales, tinha pedido uma reunião "de emergência" da Unasul para "defender a democracia no Brasil, Dilma, o companheiro Lula e todos os trabalhadores". Evo disse, em La Paz, que a reunião seria para "evitar qualquer golpe do Legislativo ou do Judiciário" brasileiros. O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, também propôs "uma mobilização latino-americana para apoiar Dilma e Lula" (BBC Brasil, 2016) ¹⁰.

Esse trecho de uma reportagem de BBC Brasil, que está inserido em uma retransmissão da matéria, demonstra preocupação com ameaças, não só para instabilidade política do Brasil, mas também prejuízo ao processo integracionista. A reportagem traz Argentina e Bolívia como principais países que tinham preocupação com a crise institucional brasileira e com o reflexo disso nos países sul-americanos, uma vez que Argentina sempre foi grande parceira comercial do Brasil e Bolívia também tem grandes acordos econômicos, como a exportação de gás, o que representa uma parcela significativa do PIB Boliviano.

¹⁰ CARMO, Maria (2016) **Crise brasileira vira dor de cabeça para os vizinhos**. BBC Brasil, 25/03/2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160323_analistas_america_mc_if> Acesso em 17 de jul. 2018.

Gráfico 4– Resultados da análise temática sobre os conteúdos jornalísticos, veiculados em El País Brasil e BBC Brasil, que citaram UNASUL em 2016



Fonte: elaboração própria.

Com relação aos dados quantitativos, em 2016 foram 25% da cobertura de BBC Brasil apontou para relevância do bloco para o processo de integração regional, enquanto para mesma variável em El País Brasil, o percentual foi de 8,33%. Com relação à variável Relevância da Unasul para a região, em BBC foi de 50%, para 25% em El País. Também em 2016, a variável da Crise na Venezuela e da Unasul como mediadora de relações apresentou ainda um quantitativo elevado na cobertura de El País, com 41,66%, enquanto em BBC o enfoque foi bem menor, de 12,50%. Nesse ano não houve resultado para variável de paralisia ou estagnação da Unasul. Contudo, a categoria que quantifica aparições para ineficácia ou inutilidade do bloco ainda apresentou percentuais de 16,66% em El País e 12,50% em BBC Brasil.

3.2.1 Análise Geopolítica

O cenário geopolítico reflete mudanças de paradigmas a respeito do conceito de guerra no modelo tradicional e a utilização de fatores híbridos para desmobilização interna dos governos, da estabilidade política e institucional, a fim de provocar implosão dos países em sua própria estrutura, somado aos fluxos comunicacionais facilitados pelo processo de convergência digital, telefonia móvel e internet. Esses avanços tecnológicos que propiciaram

o desenvolvimento das comunicações, em alguma medida foram produto de processo de globalização e da disseminação horizontal de tecnologias (FRIEDMAN, 2005).

Conforme Khanna apontava, os interesses econômicos fomentam a interdependência e as hegemonias estão cada vez mais próximas de suas periferias. Os Estados Unidos da América Latina, a Europa com o mundo árabe e a China com o sudeste Asiático (KHANNA, 2005, p. 25).

O crescimento e avanço de processo de integração regional envolve questões mais amplas como defesa da soberania nacional, de democracias mais consolidadas e situação política estável (MONIZ BANDEIRA, 2003). Uma UNASUL forte e sem ataques, inclusive, midiáticos, contribuiria para a formação de blocos de poder e desequilíbrio em um futuro das balanças de poder das hegemonias atuais (VIZENTINI, 2006). É comum que as grandes potências ajam no sentido de sabotar o poder que países emergentes ou semi-periferias venham ganhando ao longo do tempo (MEARSHEIMER, 2001).

O que Friedmann (2012) já abordava em seu texto era que, ao menos no caso do Brasil, os Estados Unidos viam com cautela o crescimento do país. Uma vez que seria uma ameaça se desenvolvêssemos base aérea e naval forte, com controle do Atlântico. O que em larga escala significaria que o Brasil poderia não controlar não somente suas próprias saídas para o mar, como colocar bases em áreas Africanas, aumentando sua capacidade de expansão e poder territorial.

A Economia Política da Comunicação já esclarece como nossa concentração de poder midiático se explica historicamente e economicamente. Desde o desenvolvimento tardio de nossa infraestrutura física que propiciasse a o processo comunicacional, ficamos dependentes do capital externo para promoção de avanços tecnológicos, que eram caros. Nossa condição de subdesenvolvimento nos levou à dependência e nos manteve nela, dado o alinhamento dos grandes grupos de mídia nacionais com os países hegemônicos.

Criar condições que não nos permitissem desenvolver autonomia enquanto Estado Soberano sempre foi muito interessante por parte de grandes países e de blocos regionais consolidados, como a União Europeia. Conforme Samuel Pinheiro Guimarães (2007), a autonomia seria nossa capacidade de conduzir o próprio destino econômico, cultural, identitário, sem sermos absorvidos na condição de semiperiferia ou periferia. Promovendo guerra, seja ela híbrida, com auxílio dos meios de comunicação ou não, as grandes potências competem mesmo na agressividade porque acreditam que é sua forma de manutenção no Poder e de assegurar sua segurança (MEARSHEIMER, 2001). Essa

manutenção a qual o autor se refere é a própria dominação do sistema internacional.

3.2.2 Análise de imagens

O estudo a respeito das imagens utilizadas para correlacionar a situação política e geopolítica da UNASUL também perpassa por memorar um pouco porque esse tipo de análise em conjunto com a verificação da construção do texto, é tão importante para entender a construção da narrativa que se cria sobre determinado assunto. Nesse sentido, faz-se relevante discorrer um pouco sobre o trabalho de análise de imagem realizado pela presente pesquisa. Além disso, importa ressaltar a análise das imagens é relevante, uma vez que as imagens criam modelos de conhecimento. Não apenas o signo importa, mas também o que ele representa. A respeito disso, Santaella afirma,

A expressão “formas de representação visuais”, que dá título à classificação das modalidades, indica, em termos semióticos, que está sendo colocada sob exame a relação da imagem com aquilo que ela representa, indica ou ao modo como ela se apresenta em si mesma, sem se reportar a algo fora dela. Disso resultam dois aspectos para a análise das formas visuais, de um lado, a forma que diz respeito ao signo visual ou imagem em si mesma, ou seja, aos seus caracteres internos, e, de outro lado, a representação que se reporta àquilo que a forma é capaz de indicar, figurar ou até mesmo representar (SANTAELLA, 2015, p. 16).

Relembra-se um pouco do processo de análise imagética. Com objetivo de estudar as imagens utilizadas nas reportagens analisadas pela presente pesquisa, desenvolveu-se para tal um livro de códigos, classificando alguns elementos fundamentais da análise midiática de imagens. As principais definições foram: classificação de imagem com nome do veículo, data de publicação e tipo de imagem: foto, infográfico e as demais classificações constantes no livro de códigos (apêndice da pesquisa). Importante enfatizar que foram analisadas somente as fotos principais de cada matéria.

No nível descritivo da análise, foram pontuados tipos de cenários, se eram urbanos, rurais, ambiente interno ou fechado, prédios públicos, empresas ou instituições. Também foi codificada a quantidade de pessoas representadas na imagem, se retratava multidão, representante da sociedade civil ou autoridades políticas.

A ação das pessoas na foto ou na imagem utilizada para ilustrar a matérias, as atividades realizadas pelas pessoas representadas na imagem também foram fatores importante na coleta de dados: se estavam realizando protesto, se estavam sendo alvo de repressão policial, se era um ato simbólico, pessoas em estado passivo, discurso ou retrato. Ao mesmo tempo, também foi analisado o nível semiótico da imagem: como plano aberto, médio

ou fechado. Outro fator relevante na análise era qual foi o componente enquadrado, que condizia ao ato principal retratado. Analisar o nível semiótico pretende compreender o processo de produção de sentido (JOLY, 2007, p. 30).

3.3. COBERTURA MIDIÁTICA COMO INSTRUMENTO DE GUERRA HÍBRIDA CONTRA A VENEZUELA

A tentativa recorrente de desgaste da Venezuela acaba sendo um dado escancarado se observada a análise de mídia realizada neste estudo. Ao pensar no processo de guerra informacional, caracterizada como forma de Guerra Híbrida, sustentado por interesses externos em implodir o governo Venezuelano e qualquer tentativa de integração que envolva esse país, os interesses envolvidos no desgaste do país são claros. O país latino-americano que possui sua economia baseada estritamente no petróleo, sofreu com queda brusca do preço dos barris e enfrentou vários reveses em sua economia. Por aí, a tentativa de guerra não convencional se acentua na busca por implodir governo anti-americanista. E essa estratégia não é de guerra convencional, de linha e com a entrada armamentista em outro país. Esse tipo de desestabilização se caracteriza por um modelo híbrido de guerra. Por Guerra Não Convencional, importa considerar o que diz Korybko (2018),

A Guerra não convencional não acontece sozinha e espontaneamente; em vez disso, ela é a continuação de um conflito já existente na sociedade, e a função da guerra não convencional é ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito a derrubar as autoridades. A Guerra Híbrida levanta a hipótese de que o conflito pré-existente em questão é uma revolução colorida fabricada externamente e que a guerra não convencional pode ser iniciada de forma secreta quase que imediatamente após o início da revolução colorida para atuar como multiplicador de forças. (KORYBKO, 2018, p. 71).

As guerras não convencionais retomam a discussão de poder, já apontada neste estudo como elemento central do uso das mídias para implodir tanto o governo dos países contrários aos interesses hegemônicos externos, quanto qualquer iniciativa de integração regional. Retomando a discussão inicial sobre o Poder, para Castells (2006), ele está baseado em instituições, organizações e nos controladores simbólicos, que podem ser tanto midiáticos, quanto igrejas. Isso se funde na esfera pública e nos intermédios dos fluxos globais. Ele, o poder, é difuso. O surgimento de guerras híbridas, na verdade, não coloca fim totalmente às guerras tradicionais, mas cria um fator que dificulta a defesa dos países agora no século XXI (HOOFMAN, 2009, p.38)

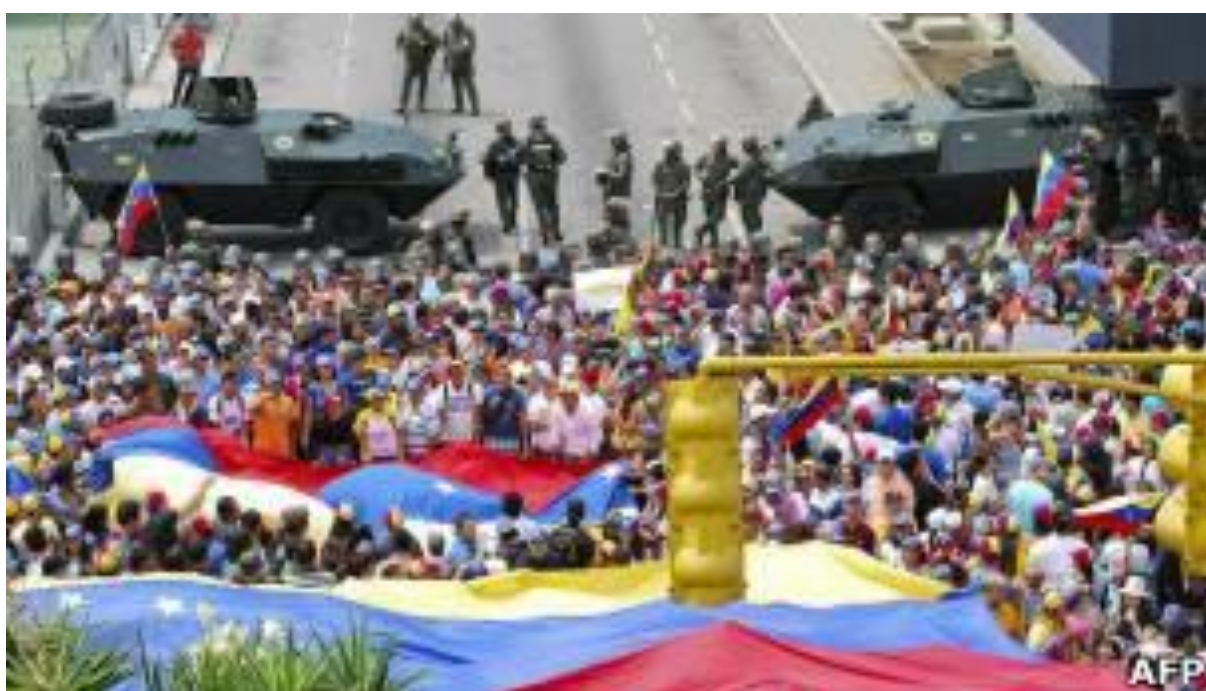
A fim de compreender melhor a análise de mídia realizada pelo estudo, importando

neste momento, compreender a relação com o desgaste político e institucional da Venezuela, faz-se necessário observar a análise semiótica, a partir das imagens (fotografias, infográficos) utilizadas para retratar notícias correlacionando a situação da Venezuela e o papel da Unasul no conflito.

3.3.1. Análise do uso de imagens ilustrativas nas notícias referentes ao papel da UNASUL na mediação da crise na Venezuela

A análise de imagem, descrita de forma mais objetiva adiante, traz imagens veiculadas como principais nas reportagens, e claramente dão conta de uma cobertura desfavorável em relação ao contexto Venezuelano. Algumas imagens, como a analisada a seguir, por meio do livro de códigos criado por esta pesquisa, colocam imagens de protesto com multidão nas ruas e canhões das forças armadas, dando conotação de um cenário de guerra no moldes tradicionais. Considera-se que essa imagem, abaixo, foi utilizada para ilustrar reportagem cuja manchete era “UNASUL fará reunião para discutir tensão na Venezuela”.

Figura 2 – Imagem para retratar notícia “Unasul fará reunião para discutir tensão na Venezuela”



Fonte: BBC Brasil, 2014

Quadro 4 – Análise de imagem notícia “Unasul fará reunião para discutir tensão na Venezuela”

Descrição detalhada da imagem: V002bbc17/04/2013Foto
Unasul fará reunião para discutir tensão na Venezuela https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130417_unasul_venezuela_pt Veículo 02 Componente enquadrado: Crise Venezuela Descrição imagem: Cenário da imagem: urbano Pessoas representadas na imagem: multidão e forças armadas Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: protesto/ Repressão policial Nível semiótico: Plano aberto Fonte: Elaboração própria

Na reportagem abaixo, também de BBC Brasil, intitulada “Venezuela pede ajuda para mediar crise”, a imagem retrata em plano médio, quase fechado, uma manifestante sendo segurada fortemente por policiais equipados como em cenário de guerra, com capacetes, óculos e uniforme militar. A cobertura da crise na Venezuela domina em grande parte o que se fala sobre UNASUL e quando o assunto é esse país, a forma como é feita é recorrente.

Figura 3 – Imagem para retratar notícia “Venezuela pede ajuda internacional para mediar crise”



Fonte: BBC Brasil, 2014

Quadro 5 -Análise de imagem notícia “Venezuela pede ajudar internacional para mediar crise”

Descrição detalhada da imagem: v02bbc06/03/2014Foto
Pela 1ª vez, Venezuela pede ajuda internacional para mediar crise Claudia Jardim De Caracas para a BBC Brasil 6 março 2014 https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140304_marco_aurelio_venezuela_1k Veículo 02 Componente Enquadrado: Crise na Venezuela Descrição Imagem: Cenário Da Imagem: Ambiente Externo Pessoas Representadas Na Imagem: Sociedade Civil e Polícia Atividade Realizada pelas pessoas representadas na Imagem: Repressão policial Nível Semiótico: Plano Médio

Fonte: Elaboração própria

A cobertura em El País Brasil no mesmo ano, de 2014, não difere muito de BBC quando o assunto é mediação da crise da Venezuela. Para ilustrar reportagem de manchete “A UNASUL adia sua visita a Caracas para reativar o diálogo”, a imagem principal da matéria traz um grupo de manifestantes algemados, no chão e cercado por militares fortemente armados, em ação clara de repressão a algum protesto realizado.

Figura 4 – Imagem para retratar notícia “UNASUL adia sua visita a Caracas para reativar o diálogo – Caracas”



Fonte: El País Brasil, 2015

Quadro 6- Análise de imagem notícia “UNASUL adia sua visita a Caracas para reativar o diálogo”

Descrição detalhada da imagem: V001EIPaís15/05/2015Foto
A Unasul adia sua visita a Caracas para reativar o diálogo - Caracas https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/15/internacional/1400179146_078252.html
Veículo 01
Componente enquadrado: crise venezuela
Descrição imagem
Cenário da imagem: Ambiente externo
Pessoas representadas na imagem: Sociedade civil e polícia
Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: protesto / repressão policial
Nível semiótico: plano aberto

Fonte: Elaboração própria

Esse tipo forma de retratar a situação política e instabilidade na Venezuela se repete em diversas reportagens e há sempre a aliança com a imagem e o papel institucional da UNASUL. Na reportagem em que há a análise de imagem, a seguir, intitulada “UNASUL apoia regime Chavista”, a foto principal da matéria é novamente de protesto, com carro blindado das forças armadas ao fundo, manifestantes cobrindo rosto com a blusa, restos de bombas de efeito moral no chão, militares com capacete e manifestantes no chão.

Figura 5 – Imagem para retratar notícia “UNASUL apoia o regime chavista”



Fonte: El País Brasil, 2014

Quadro 7 – Análise de imagem notícia “UNASUL apoia regime Chavista”

Descrição detalhada da imagem: V001elpaisbr13/03/14Foto
Unasul apoia o regime chavista A organização enviará uma missão de chanceleres à Venezuela para facilitar o diálogo pela paz. A resolução indigna a oposição venezuelana EFE Santiago do Chile 13 mar 2014 - 13:04 brt https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/13/internacional/1394726687_926210.html Veículo 01 Componente enquadrado: Crise Venezuela Descrição imagem Cenário da imagem: Ambiente externo Pessoas representadas na imagem: Sociedade civil e polícia Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: Ato simbólico Nível semiótico: Plano aberto

Fonte: Elaboração própria

Em alguma medida, permite-se depreender das análises que a cobertura midiática realizada contribui para disseminar a imagem de quebra da Venezuela, de conflito político, militar até a alta instabilidade. Muito se explica pelo fato de a Venezuela ser uma das maiores reservas de hidrocarbonetos, sendo por esse motivo, um país estrategicamente muito interessante para a indústria militar. A próxima imagem mostra imagem de mulher adulta e criança, parecendo representar mãe e filha, caminhando de mãos dadas na frente de muro pintado com a bandeira do país e escrito pátria. Um simbolismo grande de futuro de nação, em meio à crise interna grave supostamente enfrentada pela Venezuela, ao representar imagem remetendo a mãe e filha, quando criança representa normalmente futuro de um país. A imagem facilmente transmitida para opinião pública é de que um país mergulhado em tanta crise, em conflitos e situação semelhante à guerra não apresentava perspectiva de futuro nenhum a sua nação.

Figura 6 – Imagem para retratar notícia “A UNASUL será mediadora entre a oposição e o Governo venezuelano”



Fonte: El País Brasil, 2015

Quadro 8 - Análise de imagem notícia “A UNASUL será mediadora entre a oposição e o Governo venezuelano”

Descrição detalhada da imagem: V001ElPaisBrasil05/03/2015Foto A Unasul será mediadora entre a oposição e o Governo venezuelano Três chanceleres viajam na sexta-feira a Caracas para tratar da tensão política – Caracas 5 MAR 2015 - 20:31 BRT https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/04/internacional/1425499467_729230.html Componente enquadrado: Crise na Venezuela Descrição imagem Cenário da imagem: ambiente externo Pessoas representadas na imagem: Cidadão comum caminhando pelas ruas Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: Caminhando pelas ruas na frente de muro pintado com escrito dizendo pátria Nível semiótico: Plano médio

Fonte: Elaboração própria

O Dossiê 17 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, de junho de 2019, ressalta que no processo de guerra híbrida, além de guerras econômicas, alguns elementos como desabastecimento e operações militares são fatores importantes à guerra psicológica e cultural, promovida pelos meios de comunicação e eficazes na manipulação de narrativa sobre

os governos. Até mesmo reportagens que remetem a reuniões ou interferências externas no contexto da UNASUL e no cenário dos países em que entidade está envolvido, as imagens trazem um cenário confuso, expressando desorganização.

Figura 7 – Imagem para retratar notícia “UNASUL pede que os EUA revoguem as sanções contra a Venezuela”



Fonte:El País Brasil, 2015

Quadro 9 – Análise de imagem notícia “UNASUL pede que os EUA revoguem as sanções contra a Venezuela”-

Descrição detalhada da imagem: v01Elpaisbr06/03/2015Foto

UNASUL pede que os EUA revoguem as sanções contra a Venezuela-

quito 16 mar 2015 - 11:38 BRT

Intromissão do Presidente Obama na Região criou “uma tensão muito forte”, avaliam líderes

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/internacional/1426382700_862529.html

Veículo 01

Componente Enquadrado: Crise Venezuela

Descrição da Imagem

Cenário da Imagem: Ambiente interno

Pessoas representadas na imagem: chanceler dos países integrantes do bloco

Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: Reunião extraordinária em Quito (Ecuador)

Nível semiótico: Plano Médio

Fonte: Elaboração própria

A reportagem falava de uma união de esforços em favor Venezuela e contra uma decisão de Washington de ter de ter declarado o país latino-americano um problema de segurança nacional. Momento esse em que a UNASUL decidiu rechaçar o posicionamento Estado Unidense, mencionando a atitude americana como ameaça à soberania. Essa reunião havia sido, inclusive, o primeiro evento na própria da UNASUL.

3.3.2. Análise do uso de imagens ilustrativas nas notícias referentes à falta de consenso no bloco da UNASUL

A construção a respeito da falta de consenso entre os países que formam a UNASUL é recorrente. Na notícia abaixo sobre uma reunião entre os integrantes do bloco, fala-se em uma tentativa de relançar a UNASUL. A notícia ressalta a ausência de Mujica, Presidente do Uruguai na época. Além disso, a narrativa corrobora para a ideia de que o bloco integracionista pouco faz em relações a ações concretas.

Além da ausência de Mujica, o texto relata desconforto dos dirigentes sul-americanos com os atrasos rotineiros da Ex-Presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A imagem, em si, retrata os Presidentes da Venezuela e da Bolívia fazendo acenos de luta, Rousseff batendo palma e Cristina Kirchner – que, segundo a notícia, era sempre a última a chegar e nessa reunião não foi diferente - fazendo símbolo de paz. A ideia de que nada se concretizava a partir das reuniões entre dirigentes do bloco era de tanto interesse midiático em ser repassada que a reportagem relata que o encontro terminou com Rafael Correa, então Presidente do Equador, e Ernesto Samper, então Secretário Geral da Unasul, em cima de um palco, cantando juntos em um Karaokê. A abordagem não só deixa de tratar assuntos importantes relativos ao processo de integração regional, como dá destaque para momento de descontração do encontro, conferindo o entendimento de que as reuniões não resultam em nada sério e concreto para os países sul-americanos integrantes da UNASUL.

Figura 8- Imagem para retratar notícia “UNASUL tem atrasos, reclamações e Dilma como 'pinguim”



Fonte:BBC Brasil, 2014

Quadro 10 – Análise de imagem notícia “UNASUL tem atrasos, reclamações e Dilma como ‘pinguim”

Descrição detalhada da imagem: v02bbcbrasil06/12/2014Foto
Unasul tem atrasos, reclamações e Dilma como 'pinguim' Marcia Carmo- Enviada especial da BBC Brasil a Quito 6 dezembro 2014 https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141205_unasul_bastidores_novo_rm Componente enquadrado: falta de consenso Descrição imagem Cenário da imagem: ambiente externo Pessoas representadas na imagem: políticos presidentes dos países da região Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: acenos para imagem posada Nível semiótico: plano aberto

Fonte: Elaboração própria

Outra reportagem que utiliza imagem semelhante da mesma reunião, conforme figura abaixo, intitulada “UNASUL inicia nova etapa para ganhar relevância na região” ressalta que a inauguração da nova sede do organismo era esperança de ser um passo importante para a instituição que, segundo a matéria, havia perdido peso político ao longo dos anos. Além disso, outra citação na reportagem era de que a integração era uma dívida pendente do órgão e que a demora era um fator perigoso.

Figura 9 – Imagem para retratar notícia “Unasul inicia nova etapa para ganhar relevância na região”



Fonte: El País Brasil, 2014

A própria reportagem também traz a informação de que Rafael Correa, Ex-Presidente do Equador, reconhecia a debilidade da UNASUL e ainda tentava explicar a desaceleração do processo integracionista, como se fosse fruto de descuido dos Presidentes e também um pouco de azar das nações sul-americanas. Cenário esse que teria sido acentuado com a morte de dois impulsionadores da integração regional: Hugo Chaves e Néstor Kirchner.

A reportagem abaixo que relata aproximação da Argentina dos países emergentes, levanta possíveis divergências entre Brasil e Argentina quando reporta que Cristina Kirchner havia faltado ao final da Copa do Mundo com o jogo entre Brasil e Alemanha. Como forma de conter os rumores, a então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff afirmou que a integração poderia acontecer um dia, embora fosse fruto de muito consenso.

A imagem utilizada como ilustração principal da notícia mostra Cristina Kirchner acenando para o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, enquanto esse está de perfil para ela, olhando pra baixo, com expressão de indiferença. A linha de apoio da notícia dava conta de que Cristina havia saído satisfeita da reunião com os países emergentes, que apoiaram a Argentina em seu litígio com os fundos especulativos. Enquanto, que conforme a notícia, a posição do Brasil era de avaliar um possível auxílio financeiro a Argentina, caso essa solicitasse. Argentina estava entre 2005 a 2010 com uma dívida grande e os países credores começavam a cobrar, o que quase levou ao Governo Kirchner a declarar moratória.

Figura 10 – Imagem para retratar notícia “Argentina se aproxima dos BRICS”



Fonte: El País Brasil, 2014

Quadro 11 – Análise de imagem notícia “Argentina se aproxima dos BRICS”

Descrição detalhada da imagem: v01elpais16/07/2014Foto
Sob ameaça dos fundos abutres, a Argentina se aproxima dos BRICS A presidenta Cristina Kirchner sai satisfeita do encontro dos países emergentes que apoiaram o seu país no litígio com os fundos especulativos - Fortaleza / São Paulo 16 JUL 2014 - 16:29 BRT https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/16/economia/1405538997_289055.html Componente enquadrado: falta de consenso Descrição imagem Cenário da imagem: ambiente externo Pessoas representadas na imagem: políticos presidentes dos países da região Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: acenos para imagem posada Nível semiótico: plano aberto Fonte: Elaboração própria

3.3.3. Análise do uso de imagens ilustrativas nas notícias referentes à paralisia e esvaziamento da UNASUL

Apesar de Brasil e Argentina terem encabeçado a UNASUL em sua origem, o contexto político especialmente em abril de 2018 não era favorável aos países sul-americanos. Michel Temer representava a ruptura do governo de Dilma Rousseff, que havia sofrido impeachment em 2016. Logo, Temer não havia sido escolhido pela população brasileira como mandatário e não representava o pensamento de maior parte do país. Na Argentina, Macri já enfrentava em 2018 os reveses das políticas neoliberais que colocaram o país em recessão. Esse era o cenário ideal para forçar a ideia de fracasso da integração regional, que já vinha sendo construída desde 2013, como pode-se perceber na matéria abaixo.

Figura 11 – Imagem para retratar notícia “Integração regional idealizada por Chávez fracassou”



Fonte: BBC Brasil, 2013

Quadro 12 – Análise de imagem notícia “Integração regional idealizada por Chávez fracassou”

Descrição detalhada da imagem: V0)2BBCBrasil11/03/2013Foto
Integração regional idealizada por Chávez fracassou, dizem analistas 11 março 2013 https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130308_integracao_latina_chavez_jp_mc Veículo 02 Componente enquadrado: Fracasso da integração Descrição imagem Cenário da imagem: Ambiente externo Pessoas representadas na imagem: Sociedade civil Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: ato simbólico. Pessoas segurando um poster com o rosto de Chávez. Nível semiótico: Plano médio

Fonte: Elaboração própria

Essa reportagem acima traz uma visão de alguns cientistas políticos que concordam que os projetos de integração tiveram avanços importantes. No entanto, destacam poucos efeitos práticos. A imagem retrata manifestantes, segurando um poster com rosto de Hugo Chávez, que durante algum tempo, pela mídia, foi retratado como representação de viés ideológico da UNASUL.

A matéria, em questão, trata a própria Unasul como iniciativa brasileira e que esteve

presente em alguns momentos de instabilidade política,

Durante o governo de Chávez surgiram a Alba, a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) e o Banco do Sul, ligado à Unasul – bloco apontado como iniciativa brasileira que esteve presente em momentos de turbulência política como no Equador, que em 2010 teria sido alvo de uma "tentativa de golpe" contra o presidente Rafael Correa. (BBC BRASIL, 2013)¹¹

O contexto trazido pela reportagem analisa que a integração sul-americana já patinava e com a UNASUL não houve medida concreta, nem na integração de infraestrutura, nem em quesitos econômicos. Outro contexto geopolítico em que o discurso midiático reforçou o esvaziamento do bloco foi com a suspensão de participação de seis países membros. Na imagem principal da matéria estavam o então presidente do Brasil, Michel Temer e o Presidente da Argentina, Mauricio Macri.

¹¹ BBC BRASIL, 2013. Integração regional idealizada por Chávez fracassou, dizem analistas. BBC BRASIL, 11/03/2013. Disponível em:<
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130308_integracao_latina_chavez_jp_mc>

Figura 12- Imagem para retratar notícia “Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam UNASUL”



Fonte: El País Brasil, 2018

Quadro 13 – Análise de imagem notícia “Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam UNASUL”

<p>Descrição detalhada da imagem: v01elpaísbrasil 22/04/2018Foto Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam Unasul A metade das nações integrantes do bloco anti-estadunidense criado há uma década decidem suspender sua participação Reuters 22 ABR 2018 - 15:24 BRT https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/21/internacional/1524267151_929149.html Veículo 01 Componente enquadrado: Esvaziamento e abandono da Unasul Descrição imagem Cenário da imagem: Ambiente externo Pessoas representadas na imagem: Presidentes do Brasil (Michel Temer) e da Argentina (Maurício Macri) Atividade realizada pelas pessoas representadas na imagem: Presidentes realizando aperto de mão Nível semiótico: Plano médio Fonte: Elaboração própria</p>
--

Algumas hipóteses podem tentar explicar o esvaziamento da Unasul nos meios de comunicação, especialmente os que atuam na América do Sul. Uma delas é de que nossas divergências culturais, econômicas enquanto nação já dificultam uma relação homogênea entre os países da própria região (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007). Não fosse, inclusive, por sobrevivência econômica certamente alguns processos integracionistas não existiriam. As questões identitárias, em que o povo latino-americano nega a própria inserção nesse contexto regional, também explicam um pouco nossa falta de interesse em vislumbrar a integração sul-americana como benéfica.

A mídia, da forma como retrata nossa realidade e até mesmo alguns avanços políticos, sociais e econômicos que acontecem na América Latina, contribuem para corroborar com a visão de que nossa integração regional não traz resultados concretos e que também não se reverte em benefícios sociais. O que, de certa maneira, é estrategicamente interessante para as potências mundiais, uma vez que os países que integravam a UNASUL formavam um bloco com recursos naturais extremamente visados por nações hegemônicas.

Fazendo um paralelo com a discussão feita nos capítulos anteriores da pesquisa, a respeito de poder e a influência do capital externo, Garcia Linera (2008) já citava a maneira como a correlação de forças imposta pelo capital estrangeiro dominou regiões estrategicamente importantes, quando observado recursos naturais disponíveis. Minar a UNASUL correspondia em acabar com qualquer tentativa de formamos um bloco forte para defender nossos interesses. E, mais do que, isso em uma região em que predominam economias baseadas em petróleo, gás, lítio e com saídas para os oceanos.

A análise feita por esta pesquisa expõe esse cenário em que a falta de consenso entre os países e o próprio esvaziamento do bloco é evidente. E, conforme já afirmava Vizentini (2008), a UNASUL foi criada justamente com um dos objetivos chave de criar a consciência política da integração regional, o que, tudo indica, não avançou suficientemente para sobreviver às mudanças políticas de 2015-2016 a 2018 na região.

Importa considerar que interessa às hegemônias que pretendem a manutenção de poder, também a nossa falta de consciência política sobre o significado do que uma integração regional nos traria de fato como benefício em termos econômicos e de desenvolvimento social. Luiz Felipe Miguel (2002) trouxe elementos importantes para mostrar como a mídia molda a preocupação da opinião pública com os temas. E, a todo esse contexto de interesses externos contrários aos processos integracionistas, soma-se o próprio Estado em seu processo

de alienação política, que não regula as mídias, não industrializa o setor de comunicação nacional e sequer coloca o tema em pauta em seus poderes: Legislativo e Executivo (MATTERLAT, 2004).

3.4. Breves considerações sobre a Conjuntura Regional em 2019

A conjuntura regional da América Latina, especialmente a da América do Sul, atualmente merece ser observada. As crises no Chile, em que a população fez diversas manifestações contra medidas do governo, como aumento no preço do combustível, que na verdade acabou sendo o estopim para descontentamento geral da população, envolvendo outras pautas como previdência. A Venezuela também viu sua crise acentuada, ocasionando um movimento migratório grande para países vizinhos. O Paraguai também passou por manifestações quando o governo assinou acordo de negociação da energia de Itaipu, em reuniões secretas. A Argentina também teve algumas manifestações em decorrência do descontentamento da população com as políticas neoliberais de Mauricio Macri, que acabou não sendo reeleito.

A situação em 2019 que leva a Evo Morales renunciar à Presidência da Bolívia e aceitação dessa situação por parte do governo brasileiro, diferencia muito o cenário em relação ao que víamos tendo há décadas com nossos parceiros e vizinhos regionais. Somos o maior importador de gás da Bolívia, a construção do gasoduto foi um acordo ainda do final dos anos 1990 e desde então nossa dependência do gás boliviano aumentou.

Ao mesmo tempo, a eleição de Fernandez em 2019, que significa a retomada dos Kircheners na Argentina. E, a postura de falta de diálogo do Brasil com o novo governo também estremece as relações bilaterais com maior parceiro comercial do Brasil na região e principal país de cooperação internacional no Mercosul. Quando Alberto Fernández vence o pleito na Argentina, alguns teóricos da área de comunicação como Becerra e Mastrini começam a discutir os novos rumos da área das comunicações no país vizinho. O cenário que Macri criou acentuou a concentração dos meios e os teóricos acreditam não haver grandes mudanças nessa área, uma vez que o novo presidente eleito acena para a grande mídia e não deve fazer grandes reformas.

Mais recentemente, em janeiro de 2020, a integração regional se estremece novamente com anúncio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil declarando suspensão da participação da CELAC, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, que engloba 33 países e é um dos principais espaços de discussão das pautas latino-americanas.

Mesmo após convite do México, que atualmente preside a entidade, o Brasil não permaneceu no bloco, alegando discordância ideológica a respeito da participação de Cuba e de representantes da Venezuela no bloco.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise do conteúdo jornalístico informativo veiculado por BBC Brasil e El País Brasil a respeito da UNASUL dão conta de uma construção de cenário desfavorável para integração latino-americana. Observa-se como importante não só a forma como esses conteúdos foram tratados pela mídia, mas também o silenciamento midiático perceptível sobre o tema.

Alguns períodos importantes para América do Sul, como o ano após o impeachment de Dilma Rousseff e toda a preocupação gerada nos países vizinhos com a instabilidade política do Brasil, foram períodos silenciados pelos meios de comunicação analisados. É sabido que mudanças de governos e outros fatores internos dos países sul-americanos esfriaram as relações pró movimentos de integração regional. E, com a UNASUL não foi diferente disso. A falta de recursos para o bloco e o descomprometimento dos países membros em manterem a entidade funcionando ficaram evidentes. Posterior a isso, foi possível acompanhar futuros ataques por parte dos países que integravam o bloco e a tentativa de recriar a ideia do PROSUL, sob a alegação de que o viés ideológico da UNASUL não era o tipo de integração desejada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central dessa pesquisa foi identificar como se estabelece a Geopolítica de Comunicações na América do Sul e quais os efeitos dos conglomerados de mídia estrangeiros, com produção e rotina própria no Brasil, em processos integracionistas e na busca pela soberania comunicacional da região.

A fim de se alcançar o objetivo, alguns debates teóricos foram importantes. Breves análises das legislações de mídia e em como, em grande, parte da América do Sul abrimos tanto nosso campo midiático para entrada de capital estrangeiro, permitiram compreender um pouco sobre como os interesses geopolíticos, questões internas e externas dos países corroboram para minar nossas tentativas integracionistas.

Acredita-se que a pesquisa trouxe luz ao debate, ainda pouco realizado sobre a

influência da mídia estrangeira e suas interligações com cenário Geopolítico mundial. Importante, a partir dos dados quantitativos e qualitativos analisar, compreender como a produção de informação a respeito da nossa realidade e em como esses veículos estrangeiros disseminam conteúdo contribui para um ataque a nossa soberania e nossos movimentos integracionistas. Fazendo crer, inclusive, que não obtivemos resultado sólidos de qualquer processo integracionista que tenhamos feito.

Na primeira parte da dissertação, o alinhamento da Geopolítica, questões de infraestruturas, bem como o desenvolvimento histórico do campo comunicacional foram relevantes no sentido de observar em como as questões geopolíticas estão intrinsicamente ligadas a outros campos, como o da comunicação. Já o segundo capítulo procurou abordar a discussão dos problemas mais latentes em sermos países emergentes ou semiperiféricos na correlação com o campo comunicacional. Foi possível compreender em como a nossa dependência histórica do capital financeiro externo moldou nosso crescimento, em alguma medida com atraso no campo das comunicações. Nossa falta de controle de território, nossos processos de desindustrialização e desnacionalização dos meios de comunicação contribuíram para o cenário atual.

A última parte da pesquisa, mais análise com relação a texto, imagem, fontes e análise crítica de mídia demonstram a criação de um imaginário coletivo descompromissado com a América do Sul, com a realidade latino-americana, suas particularidades, dificuldades e avanços. E, sobretudo, apontam para certo descaso com movimentos integracionistas, como MERCOSUL, UNASUL, trazendo a compreensão de que a integração regional por aqui nunca existiu de fato, de que algumas ações concretas como Conselho de Segurança e Defesa da UNASUL só foram tomados a partir de fatos concretos como escândalo da espionagem.

A área da comunicação no Brasil, por exemplo, ainda tinha uma estrutura precária na década de 1960. É somente por volta dos anos 1980 que o setor consegue se estruturar um pouco, ainda que sob dependência do capital externo. No quesito da integração regional, como esforço em desenvolvimento e crescimento conjunto dos países, percebe-se na América do Sul dos anos 2000 um movimento intenso pró integração.

Contudo, a retomada dos governos neoliberais e alinhados aos Estados Unidos - neste caso percebe-se a movimentação atual do Brasil como fator importante - trouxe um novo cenário para América Latina e Integração sul-americana. O abandono da Unasul e de suas conquistas e a tomada de posição contrária ou muito incisiva de maneira negativa a outros países da região, são alerta para qualquer projeção de cenário que se faça daqui por diante.

O campo da Comunicação, ao menos na América Latina, tem características bem peculiares: concentração de propriedade nas mãos de conglomerados que em grande medida são familiares; abertura ao capital estrangeiro para investimento e entrada no mercado comunicacional local. Somam-se a isso outros fatores atuais, como: projeto em trâmite no congresso que voltaria a liberar a propriedade cruzada dos meios de comunicação.

A partir da convergência de meios, especialmente com advento da internet, um fator relevante é a regulamentação do marco civil da internet. Segundo o *Observatório Latino-Americano de Regulacion de Medios y Convergência*, o Superior Tribunal Federal de Justiça do Brasil decidiu postergar qualquer decisão relativa ao marco civil da internet. O ponto de discussão é justamente o artigo 19, que versa sobre a responsabilidade de intermediários se não cumprirem a ordem judicial para remoção de conteúdo de terceiros.

O cenário atual, pós eleições de 2018 no Brasil, em que ficou evidente o poder dos meios de comunicação e o da internet, converge para necessidade de regulação dos meios de comunicação e difusores de informação, agora mais ainda com o ambiente digital e processos de guerra híbrida em curso, sendo facilitados pela permissividade do fluxo de informação na rede.

Considerando a narrativa tomada para falar de UNASUL nos dois veículos de mídia analisados, fica evidente que o espaço é quase sempre o mesmo das reportagens, geralmente encontros institucionais, com a presença de chefes de estado. Então, geralmente quando se fala de UNASUL é o momento em que há algum evento ou reunião entre os países membros. Os jornalistas, neste caso, de alguma forma terceirizam o debate, sendo apenas mediadores e deixando de contextualizar questões históricas e atuais que envolvem a integração regional na América Latina, especialmente América do sul.

A crise que se desenvolve atualmente na UNASUL foi amplificada pela guerra informacional, em modelo de guerra híbrida, em que países hegemônicos que detém o controle da imprensa, veem a Integração Regional na América do Sul como uma ameaça, seja de concorrência econômica, seja geopolítica e estratégica. A Comunicação, mais livre do capital estrangeiro e com algum comprometimento com a realidade regional sul-americana que é fundamental nesse processo. E, incorremos em um erro enorme em não termos mexido na regulação de mídia e não termos feito nenhuma reforma na distribuição das concessões, ficando a mercê da grande mídia, tais como Globo, Record, SBT, Folha de São Paulo e, conseqüentemente, do capital estrangeiro, com todos seus interesses políticos e geopolíticos.

Ocorre que, seja com menor interferência do setor comunicacional ou não, a

integração regional continua sendo a saída que temos para nos desenvolvermos e avançarmos em questões essenciais, como industrialização, infraestrutura, transporte, educação e em áreas estratégicas como segurança, defesa e a própria comunicação enquanto campo do conhecimento. Muito provável, que nossos avanços enquanto Estado soberano e autônomo só aconteçam, de fato, quando integração regional e a comunicação estiverem como pautas prioritárias no país. Nesse sentido, importa enfatizar que não existirá integração regional sem comunicação. As duas áreas se entrelaçam e são extremamente necessárias para nosso desenvolvimento.

Percebe-se ao longo da pesquisa como o estudo das imagens permitiu avançar na análise comunicacional do tema proposto, uma vez que os elementos imagéticos permitem a compreensão do que o contexto da notícia quis passar enquanto mensagem e não estava explícito no texto. Ao mesmo tempo, percebeu-se que a falta de uma liderança política na América Latina deixa a região perder espaço na agenda midiática.

Considera-se que outros campos, como economia, são de extrema relevância para o desenvolvimento social e crescimento do país. Contudo, nossas assimetrias regionais, nossas instabilidades políticas e nossas jovens e frágeis democracias, são ainda desafios a serem encarados e superados em prol de um desenvolvimento mais eficaz, duradouro e que coloque nossos interesses enquanto nação e região acima a vontade política das grandes hegemonias mundiais. Talvez, só assim, fazendo movimentos que gerem desequilíbrio nas balanças de poder, consigamos percorrer um caminho mais autônomo e vantajoso para nossas realidades regionais, que em muito difere dos países de centro ou hegemônicos.

Portanto, vê-se como fundamental a continuidade de pesquisas que monitorem as relações existentes e que aos poucos vão se costurando ao longo do tempo e da história, envolvendo a Geopolítica Mundial, pensando com base nas Relações Internacionais e tendo como norte a Comunicação enquanto estratégia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA MELLO, Leonel (1996). **Argentina e Brasil: balança de poder no Cone Sul**. [S. l.]: ANNABLUME.

AMIN, Samir. (2005). **O Imperialismo, Passado e Presente**. Tempo, Rio de Janeiro. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a05.pdf > Acesso em 30 Set. 2018.

ARON, Raymond (2002). **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília, DF: Universidade de Brasília.

ARRIGHI, Giovanni (1996). **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly (2001). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.

BARDIN , Laurence (1970). **Análise de conteúdo**. TRD. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BAUER , Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som – um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BECERRA, Martin; MASTRINI , Guillermo (2017). **La Concentración Infocomunicacional en América Latina (2000-2015)**. Nuevos medios y tecnologías, menos actores. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

BECERRA, Martin; MASTRINI , Guillermo (2009). **Los dueños de la palabra: acceso, estrutura y concentración de los medios en la América Latina del siglo XXI**. Buenos Aires, Argentina: Prometeo.

BERNAL-MEZA, Raúl (2013). **Modelos o esquemas de integración y cooperación em curso en América Latina** (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): uma mirada panorámica. Ibero Online, Ibero-Amerikanisches Institut Preußischer Kulturbesitz, 2013. Disponível em: <http://www.iai.spkberlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Ibero-Online/Ibero_Online_12.pdf> Acesso em: 12 de fev. 2018.

BID. **Informe Mercosul 2º semestre de 2013 e 1º semestre de 2014**. Argentina. n° 19. Janeiro/2015. Disponível em: <[https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Informe-MERCOSUL-No-19-\(2013-2014\)-Segundo-Semestre-2013---Primeiro-Semestre-2014.pdf](https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Informe-MERCOSUL-No-19-(2013-2014)-Segundo-Semestre-2013---Primeiro-Semestre-2014.pdf)> Acesso em: 15 de Mar. 2018.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (2008). **Desafios da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura frente às inovações tecnológicas e a mudança social: a atual batalha epistemológica do pensamento crítico latino-americano**. In: BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Economia Política da Comunicação Estratégias e desafios no capitalismo global**. São Leopoldo: Editora UNISSINOS.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (2003). **Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil**. Aracaju: Economia Política de las Tecnologias de las Información y de la Comunicación, 2003, v.2.

BORON, Atilio (2006). **La Verdad sobre La Democracia Capitalista**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2006/boron.pdf>>. Acesso em: 12 de Jun. 2018.

BUKHARIN, Nikolai (1915). **O Imperialismo e a Economia Mundial**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/imperialismo/index.htm>> Acesso em: 05 de fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2017). **Estado, Estado-nação e formas de Intermediação política**. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00155.pdf>> Acesso em: 12 de Mar. 2018.

BRITTES, Juçara; MARQUES DE MELO, José (1997). **Políticas de Comunicação no Mercosul: do nacional ao megarregional**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/901bb658e3a71fe0f53b006ac7c7d505.PDF>> Acesso em: 20 de Jul. 2018.

BRITTES, Juçara (2013) **Comunicação e Mercosul. Considerações sobre a estrutura comunicacional em processo de implantação no Mercado Comum do Sul**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/c3932bbf1ed597ab274760292338272c.PDF>> Acesso em: 25 de set. 2018.

CANCLINI, Nestor (2001). **Culturas híbridas**. Barcelona, Espanha: Paidós.

CARVALHO, José Murilo (2001). **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

CASTELLS, Manuel (2000) **O poder da identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo, SP: Paz e Terra.

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORBA, Pedro (2012). **Argentina: segurança, política e Relações Bilaterais com o Brasil**. p. 141-152. In: DATHEIN, Ricardo (2012) [org.]. **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. vol 1. Editora da UFRGS: Porto Alegre, RS.

CHANG, Ha-Joon (2004). **Chutando a escada: estratégias do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo, SP: Unesp.

CHARAUDEAU, Patrick (2007). **Discurso das mídias**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

COLLING, Leandro (2001). **Agenda-setting e Framing: reafirmando os efeitos limitados**. Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 14 • abril quadrimestral.

COMPA. **Livro de Códigos Enquadramento Multimodal**. Disponível em: <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27>. Acesso em: 10 de Set. 2019.

COSTA, Darc; PADULA, Rafael (2007) **Uma proposta de plano de ação em infraestrutura de transportes para o Brasil – 2007-2010**. Comunicação & Política, v. 25, n. 1, Rio de Janeiro, CEBELA.

DASMACENO, Claudionor (2012). **Políticas públicas e o direito à comunicação na América Latina**. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo PROLAM/USP), São Paulo-SP.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert (2003). **Relações Internacionais: as teorias em confronto**. Gradiva

DOSSIER - Dossiê 17 Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Junho de 2019 https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/06/190604_Dossier-17_PT_Web-Final.pdf. Acesso em: 15 de Set. 2019.

ENTMAN, R (1993). **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, vol. 43, n° 4, p. 51-58.

FIORI, José Luiz (2009). O poder global e a nova geopolítica das nações. CyE, N° 2 <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/06opo.pdf>> Acesso em: 13 de fev. 2018.

FRIEDMAN , George (2012). **A próxima década**. Ribeirão Preto, SP: Novo conceito.

FURTADO, Celso (1961). **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura.

FURTADO, CELSO (1983). **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural.

GARCIA LINERA, Álvaro (2008). **El estado en transición: Bloque de poder y punto de bifurcación**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/linera/7.4.pdf>> Acesso em: 16 de Jan. 2018.

GOBI, Maria Cristina (2010). **Nativos digitais: autores na sociedade tecnológica. In Televisão Digital : informação e conhecimento**. Maria Cristina Gobbi e Maria Teresa Miceli Kerbauy (Ogs). Cultura acadêmica: São Paulo, SP.

GOFFMAN, Erving (1986). **Frame Analysis. An essay on the organization of experience**. Northeastern University Press, Boston.

GRANATO, Leonardo (2015) **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Curitiba: Appris.

GRASSI, Jessica Maria (2019) **Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: cooperação nuclear e integração sul-americana no século XXI**. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina-UNILA). Foz do Iguaçu, PR.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2007). **O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana**. Revista Comunicação & Política, v. 25 n. 3, p. 169-189.

GULLO, Marcelo. **Relaciones Internacionales: Una teoría crítica desde la periferia sudamericana**. Buenos Aires, Argentina: Biblos, 2018.

HAAS, Ernest (1958). *The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces 1950--57*. Stanford University Press: Stanford, CA, EUA.

HALL, Stuart (1999). **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: DP & A Editora.

HARDY, Jonathan (2014). **Critical Political Economy of the Media**. Cap. 1. London: Routledge.

HERZ, Daniel (1987). **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre, RS: Tchê.

HIRSCH, Joaquim (2005) **¿Qué significa Estado? Reflexiones acerca de la Teoría del Estado capitalista**. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3722>> Acesso em: 10 de out. 2019.

HOFFMAN, Frank (2009). Hybrid Warfare and challenges. issue 52, 1st quarter 2009

JAEGER, Bruna Coelho (2019). **Crise e colapso da Unasul: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora**. *Conjuntura Austral*. v. 10, n. 49, p. 5-12. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/88358/52481>>. Acesso em 05 de nov de. 2019.

JAEGER, Bruna Coelho; COUTINHO, Isadora; COSSUL, Naiane; OLIVEIRA, Namisi (2015) **A integração de infraestrutura na América do Sul: Uma análise acerca da logística e dos desafios à defesa regional**. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/231>>

JENKINS , Henry (2009). **Cultura da Convergência**. São Paulo, SP: Aleph.

JOLY, Martine (2007). **Introdução à análise da imagem**. Lisboa, Portugal: Edições 70.

KASKA, Kadri; BECKWARD, Henri; MINÁRIK, Tomas (2019) **Huawei, 5G and China as a Security Threat**. Disponível em:<<https://ccdcoe.org/uploads/2019/03/CCDCOE-Huawei-2019-03-28-FINAL.pdf>> Acesso em: 10 de set. 2019.

KHANNA, Prag (2008). **O segundo mundo: impérios e influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca.

KORYBKO, Andrew (2018). **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo, SP: Expressão Popular.

KORYBKO, Andrew (2015). **Hybrid Wars: The indirect adaptive approach to Regime Change**. Peoples' Friendship University of Russia: Moscow, Russia. <orientalreview.org/wp-content/uploads/2015/08/AK-Hybrid-Wars-updated.pdf> Acesso em: 12 de out. 2019.

KRAKOWIAK, Fernando (2018). Economía política de la comunicación, estado y políticas públicas. <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/8510> Acesso em: 28 de Set. 2019.

LIND, Willian. (2005). **Compreendendo as Guerras de Quarta geração**. *Military Review* (port.), p. 12-17. jan-fev. 2005. <<http://usacac.army.mil/CAC/milreview/portuguese/JanFeb05/lind.pdf>> Acesso em: 22 de Set. 2019.

LUCENA, E; LUCENA, R. (2018). **Agentes externos provocaram uma "guerra híbrida" no Brasil, diz escritor**. 19 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/agentes-externos-provocaram-uma-guerra-hibrida-no-brasil-diz-escritor/>>. Acesso em: 15 de set. 2019.

MACHADO ARROIO, Ana Carolina (1995) **A Política Externa e o Sistema Brasileiro de Telecomunicações por satélite**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, Vol. 17, n 1, jan/jun 95, p. 61-88.

MARQUES MELO, José (2006). *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. Editora Paulus: São Paulo, SP.

MARQUES MELO, José; ASSIS, Francisco (2016). **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>> Acesso em: 10 de mar. 2019.

MARQUES DE MELO, José (1985). **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre, RS: Mercado aberto.

MARTIN BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2015.

MARTINEZ, Maria Juliana. (2016). **El rol de brasil en la creación y evolución de un sur como proyecto posneoliberal. Un análisis a partir del concepto de soft power**. Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario Facultad de Relaciones Internacionales, Bogotá.

SÁ MARTINO, Luis Mauro (2009). **Teoria da Comunicação: Ideias, conceitos e métodos**. Petrópolis, RJ: Vozes.

MASTRINI, Guillermo (2017). Economía Política de la Comunicación e Industrias Culturales: apuntes sobre su vigencia actual. <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5986407>> Acesso em: 10 de mar. 2019.

MATTELART, Armand. **Pensar as Mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTELART, Armand (2002). *História da Sociedade da Informação*. Editora Loyola: São Paulo, SP.

MENDEL, Toby; GARCIA, Angel; GOMÉZ, Gustavo (2017). Concentración de medios y libertad de expresión: normas globales y consecuencias para las Américas. UNESCO Office Montevideo and Regional Bureau for Science in Latin America and the Caribbean. Disponível em < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248091_spa> Acesso em: 25 de jun. 2019.

MERCOSUL (1994) Protocolo de Ouro Preto. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL . Ouro Preto, Brasil, 17 Dez. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm Acesso em: 22 de Set. 2019.

MIGUEL, Luiz Felipe (2002). **Os meios de Comunicação e a Prática Política**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452002000100007&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em 10 de dez de 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2006). **O Brasil e a América do Sul**. In. OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos (Org.) [2006]. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v.1. Saraiva: São Paulo, SP.

MORAES, Denis de (2013). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação/IN**: Moraes, Denis; Ramonet, Ignacio;Serrano, Pascual: Boitempo; São Paulo, SP; Editora Faperj: Rio de Janeiro, RJ.

MORAES, Glória (2004). **Telecomunicações e Poder Global dos EUA**. p. 347-392. In: FIORI, José Luís (2004) [org.]. *O Poder Americano*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2000.

MOSCO, Vincent (2006). **La Economía Política de la Comunicación:una actualización diez años después**. <<https://www.um.es/tic/LIBROS%20FCI-I/EconomiaPoliticaCom.pdf>>

MOTTA, Luiz Gonzaga (2005). A análise pragmática da narrativa jornalística. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

MOTTA, Luiz Gonzaga. (2008). **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In BENETTI, Marcia;LAGO, Cláudia - Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NYE Jr, Joseph S. & OWENS, William A. (1997). A Vantagem dos Estados Unidos na Informação. *Rev Parcerias Estratégicas*, v 1, n 4.

NYE, Joseph S (2002) **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP.

NYE, Joseph S; KEOHANE, Robert (2001) **Power and Interdependence**, Estados Unidos, Longman.

NYE, Joseph S (2004). *Soft Power, New York, Estados Unidos*: Public Affairs.

ORTEGA, Felipe Afonso (2009). **Cores da Mudança? As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

PADULA, Raphael (2010). **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese de Doutorado. PPG Engenharia de Produção. UFRJ: Rio de Janeiro, RJ.

POZOBON, Rejane; SCHAEFER, Ricardo (2015). Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento. *Revista Interin*, v. 19, n. 1, p. 120-136.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A (2018) **Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff**. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 08-36, ago. 2018/nov.2018.

PUIG, Juan Carlos (1986). **Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX**. *Revista Integración Latinoamericana*, Nº 109, enero-febrero, p. 40-62.

SANTAELLA, Lucia (2015). Uma imagem é uma imagem, é uma imagem, é uma imagem. Disponível em: < <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/2258/1965>> Acesso em: 16 de fev. 2018.

SANTIAGO, Priscila Braga (2011). *Infraestrutura: Experiência na América Latina*. CEPAL, IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1345/1/TD_1553.pdf> Acesso em: 10 de Set. 2019.

SCHIMITZ, Aldo (2011). *Fontes de notícias: Ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Editora Combook: Florianópolis, SC.

SERBIN, André (2009). **A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa?**. *Nueva Sociedad*, Dezembro 2009, ISSN: 0251-3552 Tribuna regional e global | NUSO Nº Julho 2018

SERRANO, Pascual. MORAES, Dênis de; RAMONET; Ignacio (2013). **Da concentração monopólica à democratização da informação**. Faperj: Rio de Janeiro, RJ.

SOUSA, Jorge Pedro (2002). *Teorias da notícia e do jornalismo*. Editora: Argos.

STADNIK, Célia (1991). **Coronelismo eletrônico**. PUC RS/ Famecos: Porto Alegre, RS.

UNESCO (2019). Desafíos y asimetrías regulatorias de los servicios audiovisuales en Internet ¿Qué hacer? Disponível em: < <https://www.observacom.org/recomendaciones-para-una-regulacion-democratica-de-los-servicios-audiovisuales-en-internet-nuevo-documento-de-observacom-para-unesco/>> Acesso em: 10 de nov. 2019.

UNTIVEROS, Erick Butron (2014) *La Television digital terrestre en Bolivia: Retos para la recién llegada. Bolivia: Saberes Bolivianos*.

VIGEVAI, Tullo; ARAGUSUKU, Juliano Akira (2014) **Atitudes brasileiras para as organizações hemisféricas: círculos concêntricos**. Pensamiento Propio, v. 39, n. 19, p. 163-210, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115351>>. Acesso em: 10 de Set. 2018.

VIMIEIRO, Ana Carolina.; MAIA, Rousiley. Celi Moreira (2011). Análise indireta de enquadramentos da mídia. Revista Famecos, v.18, n.1, 2011a.

VISACRO, Alexandre (2011) Desafio da transformação. Revista Military Review (edição brasileira): Fort Leavenworth, mar-abr 2011. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20110430_art010POR.pdf> Acesso em: 10 de out. 2018.

VIZENTINI, Paulo. (2005). **A crise no Quirguistão: democracia ou geopolítica?**. *Terra Relações Internacionais*. 30/10/2005. Portal Terra, Educação.

VIZENTINI, Paulo (2006). **Introdução: O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade**. In: VIZENTINI & WIESEBRON (2006) [orgs].**Neohegemonia americana ou multipolaridade**. Ed. UFRGS / Nerint: Porto Alegre, RS WIESEBRON, Mariane (2006) *Neohegemonia americana ou multipolaridade: Pólos de poder e sistema internacional*. Editora UFRGS: Porto Alegre, RS.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (2012). *A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo*. Editora Leitura XXI. Porto Alegre, RS.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (2014). *O Grande Oriente Médio: da descolonização à assim chamada Primavera Árabe*. Elsevier. Rio de Janeiro, RJ.

WAINBERG, Jacques (2006). **Contribuição da Geopolítica brasileira para os estudos comunicacionais**. Libero , ano IX, n 17. Disponível em <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Contribui%C3%A7%C3%A3o-da-geopol%C3%ADtica-brasileira-para-os-estudos-comunicacionais.pdf>> Acesso em: 10 de set. 2019.

WARDLE, Claire.; DERAKHSHAN, Hossein (2017) **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Disponível em: <<https://shorensteincenter.org/information-disorder-framework-for-research-and-policymaking/>> Acesso em: 17 de Set. 2018.

WOZNIAK, Antal.; LÜCK, Julia; WESSLER, Hartmut. Frames, Stories, and Images:: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media. **Content Research on Climate Change. Environmental Communication**, [s. l.], 2014.

NOTÍCIAS

CARMO, Maria (2015) **Escola de Defesa da Unasul começa a funcionar em busca de**

autonomia regional. BBC Brasil, Buenos Aires, 17 de abril 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150417_escola_defesa_unasul_mc Acesso em: 10 de set. 2018.

CARMO, Maria (2016) **Crise brasileira vira dor de cabeça para os vizinhos.** BBC Brasil, Buenos Aires, 25 de março de 2016. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160323_analistas_america_mc_if> Acesso em: 15 de fev. 2018.

CONSTANTE, Soraya (2014) **A Unasul se muda para a Metade do Mundo.** El País Brasil, Quito, 20 de agosto de 2014. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/19/internacional/1408480916_042821.html Acesso em: 10 de jan. 2018.

REUTERS (2018) **Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam Unasul.** El País Brasil, 22 de abril de 2018. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/21/internacional/1524267151_929149.html> Acesso em: 05 de mar. 2018.

SCHREIBER, Mariana (2015) **Dilma viaja menos da metade que Lula ao exterior.** BBC Brasil, Brasília, 21 de janeiro de 2015. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_lgb> Acesso em: 20 de jul. 2018.

APÊNDICE - LIVRO DE CÓDIGOS PARA ANÁLISE DE IMAGENS: ENQUADRAMENTO VEICULAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE A UNASUL EM EL PAIS E BBC BRASIL

1.INTRODUÇÃO

Esse livro é uma ferramenta para análise do enquadramento das imagens veiculadas nas notícias sobre Unasul em BBC Brasil e El País Brasil, entre 2013 a 2018.

2.AMOSTRA:

Foram analisadas imagens principais das reportagens, veiculadas no ambiente online, nos veículos BBC Brasil e El País Brasil, no período de 2013, quando os dois veículos já possuem produção e rotina no Brasil, a 2018, com o agravamento da crise da Unasul. Inicialmente, será realizada uma coleta automática nos acervos dos jornais online a partir da palavra-chave “Unasul”. A coleta compreenderá o período citado acima.

3.INSTRUÇÕES PARA CODIFICAÇÃO:

- Antes de codificar, leia a matéria em sua totalidade.
- Comece codificando os dados gerais e depois disso faça a codificação das imagens.

3.1 REPRESENTAÇÃO VISUAL


TIPO DE IMAGEM		
Assinale o tipo de imagem, considerando a imagem principal utilizada para abrir a reportagem, de acordo com os códigos abaixo.		
01	Somente fotografia	Ex: BBC-17/04/13-FOTO ELPAIS: VEÍCULO 01 BBC:VEÍCULO 02
02	Fotografia + outro elemento visual	
03	Infográfico	
04	Outro	Especificar qual outro tipo de imagem foi utilizada que não se enquadra nas categorias anteriores.

PESSOA(AS) REPRESENTADA NA IMAGEM - IDENTIFIQUE



Identifique as pessoas representadas na imagem. Caso sejam desconhecidos, escrever “desconhecido”. Caso sejam grupos ou grandes aglomerações, escrever: multidão, sociedade civil. S




(continua)

ATIVIDADE REALIZADA PELA (S) PESSOA (AS) REPRESENTADA (AS)

01	Protesto	<p>Refere-se a imagens de pessoas segurando cartazes e ocupando as ruas. Ex:</p> 
02	Ato simbólico	<p>As pessoas utilizam seu corpo, dentro do contexto de alguma ação, para criar um ato símbolo. É diferente de protesto. Ex:</p> 

(continuação)

ATIVIDADE REALIZADA PELA (S) PESSOA (AS) REPRESENTADA (AS)		
03	Discurso	<p>Há uma pessoa ou grupo fazendo um discurso. Ex:</p>  A photograph of a man with grey hair and a beard, wearing a dark suit and tie, speaking into a microphone. The background is dark.
04	Repressão	<p>Pessoas sendo alvo de repressão policial. Ex:</p>  A photograph showing police officers in riot gear (helmets and shields) interacting with a woman in a purple shirt. The woman is holding a camera or phone up to her face. The scene appears to be outdoors during a protest or public gathering.

ATIVIDADE REALIZADA PELA (S) PESSOA (AS) REPRESENTADA (AS)		
05	Outras atividades políticas	<p>Inserem-se aqui fotos posadas de reuniões, participação em eventos ou autoridades políticas reunidas. Ex:</p> 
06	Pessoas em estado passivo	<p>As pessoas representadas não realizam quaisquer atividades. Ex:</p> 
07	Retrato	<p>Ex:</p> 

(conclusão)

ATIVIDADE REALIZADA PELA (S) PESSOA (AS) REPRESENTADA (AS)		
08	Não se aplica	<p>Não há pessoas representadas na imagem. Ex:</p>  <p>Reuters</p>

CENÁRIO DA IMAGEM		
O cenário da imagem refere-se ao local em que a foto ou a imagem foi feita.		
01	Cenário urbano	Imagem na cidade
02	Cenário rural	Imagem de campo, lavoura, sítio
03	Ambiente interior	Interior de prédios públicos, empresas ou instituições.

NÍVEL SEMIÓTICO		
O nível semiótico refere-se ao plano de imagem utilizado.		
01	Plano aberto	Plano de imagem amplo e aberto
02	Plano médio	Plano de imagem nem tão aberto e nem close
03	Plano fechado ou close	Plano de imagem fechado no rosto de alguém ou na figura principal da imagem

COMPONENTE ENQUADRADO	
O componente enquadrado refere-se a elemento preponderante no enquadramento.	
01	Atividades do bloco: Reuniões entre dirigentes e representantes dos países
02	Suspensão dos países do bloco da Unasul
03	Crise e conflitos na Venezuela

DESCRIÇÃO DETALHADA DA IMAGEM	V02BBC19/04/2013FOTO
<p>BBC – V02BBC19/04/2013FOTO Dilma chega à Venezuela trazendo 'apoio' da Unasul à paz https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130419_venezuela_dilma_unasul_pu VEÍCULO 02 COMPONENTE ENQUADRADO: CRISE VENEZUELA DESCRIÇÃO IMAGEM: CENÁRIO DA IMAGEM: URBANO PESSOAS REPRESENTADAS NA IMAGEM: SOCIEDADE CIVIL ATIVIDADE REALIZADA PELAS PESSOAS REPRESENTADAS NA IMAGEM: ATO SIMBÓLICO NÍVEL SEMIÓTICO: PLANO MÉDIO</p>	